UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE - PPGET

ALFREDO MARTINS GARAY

VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NA POLÍTICA: Alianças, conexões e contradições entre política indígena (*teko joja*) e política partidária (*karai política*) em Tacuru, MS

DOURADOS

2025

ALFREDO MARTINS GARAY

VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NA POLÍTICA: Alianças, conexões e contradições entre política indígena (*teko joja*) e política partidária (*karai política*) em Tacuru, MS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade.

Mestre: Alfredo Martins Garay

Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR ALFREDO MARTINS GARAY, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS ".

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NA POLÍTICA: Alianças, conexões e contradições entre política indígena (teko joja) e política partidária (karai política) em Tacuru, MS"**, apresentada pelo mestrando Alfredo Martins Garay, do Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Levi Marques Pereira/UFGD (presidente/orientador), Prof.ª Dr.ª Lauriene Seraguza Olegario e Souza/UFGD (membro titular interno), Prof. Dr. Luis Roberto de Paula/UFABC (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 18 de março de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
LEVI MARQUES PEREIRA
Data: 20/03/2025 17:59:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
LAURIENE SERAGUZA OLEGARIO E SOUZA
Data: 20/03/2025 17:40:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS ROBERTO DE PAULA
Data: 21/03/2025 09:16:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PProf. Dr. Levi Marques Pereira
Presidente/orientador

Prof.ª Dr.ª Lauriene Seraguza Olegario e Souza - Membro Titular Interno

Prof. Dr. Luis Roberto de Paula
Membro Titular Externo

Pg. 1 de 1

ATA HOMOLOGADA PELO(A) PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UFGD
PROPP/UFGD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G212" Garay, Alfredo Martins
"VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NA POLÍTICA: Alianças, conexões e contradições entre política indígena (teko joja) e política partidária (karai política) em Tacuru, MS" [recurso eletrônico] / Alfredo Martins Garay. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Levi Marques Pereira.
Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Vereadores indígenas. 2. Kaiowá e Guarani. 3. Política indígena. 4.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NA POLÍTICA: alianças, conexões e contradições entre política indígena (*teko joja*) e política partidária (*karai política*) em Tacuru, MS

RESUMO: A presente pesquisa descreve os processos de eleição para vereador nas comunidades indígenas kaiowá, do município de Tacuru, buscando compreender como esses processos são negociados internamente nas comunidades, considerando que elas reúnem várias parentelas que entre elas formam redes de alianças instáveis no tempo, em sintonia com a forma política kaiowá e guarani - *teko joja*. Cada parentela articula interesses exclusivos, gerando a expectativa de que o vereador eleito atenda com prioridade suas demandas e, em menor grau, da rede de parentelas aliadas. Entretanto, o número de votos para a eleição exige angariar votos de parentelas que nem sempre estão solidamente acomodadas na rede. Isso gera uma intensa movimentação na política interna em torno da eleição e o do exercício da vereança. Por sua vez, a filiação partidária exige a inserção do candidato em redes políticas envolvendo os políticos do município no qual a terra indígena está inserida, impondo a necessidade de lidar com a política praticada pelos não indígenas – *karai política*. O objetivo da pesquisa é refletir sobre as alianças, conexões e contradições que emergem na interface desses dois modos de fazer política. A rede de interlocutores da pesquisa é formada, prioritariamente, por vereadores atuais e ex-vereadores, líderes de parentela, pastores, rezadores e políticos indígenas que participam dos processos de eleições de indígenas e de exercício dos seus mandatos. Espera-se, assim, compreender melhor esses processos que são fundamentais para as comunidades que vivem na aldeia Jaguapiré e na reserva de Sassoró.

Palavras-chave: Vereadores indígenas; Kaiowá e Guarani; Política indígena; Indígenas na política.

ABSTRACT: This research describes the processes of election for councilor in the Kaiowá indigenous communities, in the municipality of Tacuru, seeking to understand how these processes are negotiated internally in the communities, considering that they bring together several kinships that among themselves form networks of alliances that are unstable over time, in tune with the Kaiowá and Guarani political form - teko joja. Each family articulates exclusive interests, generating the expectation that the elected councilor will prioritize their demands and, to a lesser extent, those of the network of allied family groups. However, the number of votes for the election requires garnering votes from family groups that are not always solidly accommodated in the network. This generates intense internal political movement around the election and the exercise of the council position. In turn, party affiliation requires the candidate to be included in political networks involving politicians from the municipality in which the indigenous land is located, imposing the need to deal with the politics practiced by non-indigenous people – karai politics. The objective of the research is to reflect on the alliances, connections and contradictions that emerge at the interface of these two ways of doing politics. The network of interlocutors for the research is formed primarily by current and former councilors, kinship leaders, pastors, prayers and indigenous politicians who participate in the processes of indigenous elections and the exercise of their mandates. The hope is, therefore, to better understand these processes that are fundamental for the communities that live in the Jaguapiré village and in the Sassoró reserve.

Keywords: Indigenous councilors; Kaiowá and Guarani; Indigenous politics; Indigenous people in politics.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO 09
Sobre a Pesquisa 09
O Início da História 12
CAPITULO 2 A HISTÓRIA DE JAGUAPIRE 31
2.1 - Trajetória da Parentela Garai (Garai *Kuéra*) 31
2.2 Minha Trajetória na Aldeia Jaguapiré depois da Aldeia Lima Campo (*Jatayvary*) 35
2.3 Garay *Kuéra* na Educação Escolar da Aldeia Jaguapiré 40
2.4 *Karai* Política: Entrar no Partido 41
2.5 Conflitos na Comunidade que me Impulsionaram à Eleição 44
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NO MUNICÍPIO DE TACURU (MS) 46
3.1 A Eleição e a Vereança em Jaguapiré 46
3.1.1 A Relação com as Parentelas e com a Capitania 53
3.1.2 A Relação com os Partidos 62
3.2 A Eleição e a Vereança em Sassoró 67
CAPÍTULO 4 – DILEMAS, IMPASSES E RESULTADOS NO EXERCÍCIO DA VEREANÇA 76
4.1 O Desmoronamento da Equipe de Lideranças 79
CONSIDERAÇÕES FINAIS 85
Referências Bibliográficas 94

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Sobre a Pesquisa

Começo essa dissertação com a história da minha vida, onde nasci, onde cresci, até o envolvimento da minha trajetória com a política no município de Tacuru MS. Esta história envolve também as minhas relações familiares, a minha formação escolar, as atividades realizadas fora e dentro da aldeia Jaguapiré, a experiência nas campanhas políticas – que é o foco desta dissertação, até chegar ao poder como vereador de Tacuru MS. Também trago relatos durante e depois da gestão da vereança. Esta é uma pesquisa voltada especificamente à política partidária, envolvendo a comunidade e a minha personalidade, na qual vivenciei uma experiência fantástica sobre o mundo da política durante a gestão como vereador. Revivo aqui minhas vivências junto aos leitores, as minhas emoções obtidas no cargo e outros fatores que fizeram parte da minha trajetória como vereador municipal de Tacuru (MS) e na comunidade.

Inicialmente, vou contar as estratégias e o interesse na política, envolvendo a escola e os funcionários, assim como o envolvimento das principais lideranças da comunidade na política do município, no sentido de concretizar o interesse comum entre a minha pessoa e a comunidade indígena, até chegar ao poder como vereador. Descrevo as conquistas para a comunidade, a aquisição de recursos e as organizações das lideranças políticas internas e externas da comunidade, bem como a formação das parcerias com os políticos não indígenas. Também relato as divergências de opiniões dentro e fora da comunidade.

Claro, não poderia deixar de relatar o final do mandato como vereador, um final de sucesso, mas que não houve continuidade. Situo, também, o meu desconforto sobre o resultado nas urnas quando disputei a reeleição.

É importante encontrar as respostas políticas dos problemas indígenas junto com a comunidade; esta é a principal finalidade de um representante político que queira trabalhar a partir do olhar indígena. Algumas perguntas que norteiam o meu debate são: Qual seria o perfil de um representante político para a comunidade, no sentido de ser aceito pela maioria, como legítima liderança política? E como aderir a este conceito, me descolonizando e me desvinculando da convencional/tradicional política *karai*, destituindo a mente indígena daquela velha prática de compra de voto na aldeia.

Uma pessoa instruída no mundo político tem um olhar sobre a comunidade indígena de forma diferente, mas a comunidade tem o próprio modo de agir e pensar sobre os políticos partidários e, talvez, a primeira coisa que vem à cabeça sobre os políticos é a corrupção. A pesquisa buscou uma análise objetiva dos diferentes grupos indígenas da aldeia, visando encontrar respostas através de alternativas na organização política da comunidade indígena, ou apenas para chegar num resultado comum. Para os indígenas faz pouco sentido a posição política do partido - se situado à direita, centro ou esquerda - o que é levado mais em conta são as relações com os políticos locais em cada município.

A metodologia desta pesquisa foi trabalho de campo, nos moldes praticados pela etnologia, onde se discute com os interlocutores suas percepções e experiências vividas.

> A pesquisa etnográfica constitui-se no exercício de olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através de sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta. (Rocha; Eckert, 2008, p.23)

Esta pesquisa também fez uso de autoetnografia, porque trata da minha experiência pessoal vivida e parte do meu envolvimento na realidade da comunidade familiar da aldeia Jaguapiré. Através disso obtive uma análise específica sobre a pesquisa. Sou indígena, membro da comunidade e fonte de relatos, que são frutos de olhares, escutas e observações. Este trabalho etnográfico de pesquisa, na sua maior parte, é resultado do exercício de ouvir os protagonistas, colocando-me como um deles.

As entrevistas foram realizadas com os interlocutores diretamente vinculados aos temas propostos na pesquisa. A estrutura foi elaborada a partir de entrevistas com roteiro aberto, fazendo uso de um aplicativo de celular ou gravador de voz. As entrevistas abertas pressupõem que, a partir da conversa, surjam novas perguntas que são debatidas com os interlocutores. O instrumento de registro da entrevista foi a gravação da história, para incentivar a transcrição e a condução da entrevista. As vozes foram gravadas para entender aquele lugar, o coletivo, captar elementos sobre o território e a manifestação da pessoa no território. Houve também limitação de entrevistas com as lideranças e políticos, para que não houvesse saturação de amostra. A escolha das pessoas foi delimitada de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, que foi compreender a relação entre política indígena e política não indígena, a partir da experiência dos vereadores.

Além disso, incluí, na metodologia, como foi o processo da entrevista, até a conclusão das respostas para, assim, atingir a saturação da amostra. Todas as questões iniciais obtiveram uma explicação, as perguntas foram respondidas conforme as necessidades da pesquisa em andamento.

Nesta metodologia, a história oral foi trabalhada com recursos orais, com questionário e com a ideia de que os historiadores estão na comunidade, muitas vezes ocultos e silenciados, de modo que o empenho foi motivá-los a expressar suas narrativas. Como a etnografia se faz dentro da comunidade, com entrevistas densas, foi possível reconstituir a história das pessoas entrevistada nos mínimos detalhes, como se o produto final fosse um livro que retratasse a vida delas. Além disso, eu fui conduzindo o entrevistado, para auxiliar a entrevista, ajudando-o a relatar oralmente sua história. Como nos ensina Vansina (2010, p.179), "a tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração à outra. Suas características são o verbalismo e sua maneira de transmissão da qual difere das fontes escritas".

As conclusões desta pesquisa também não serão dadas como verdades. Os relatos foram analisados teoricamente e foi feita uma ligação com a ciência. Realizei uma pesquisa bibliográfica com vários artigos que têm ligação com o tema da participação indígena na política partidária. Aliás, foi realizada a apuração dos dados concretos, uma lapidação, uma releitura daquilo que está oculto aos olhos humanos. Analisei com atenção e cuidado para não haver equívocos, conferindo sempre a história e os conhecimentos da realidade, pois a memória pode se confundir. O sujeito que vivencia o real se engana sobre o mundo real, pois criamos e recontamos as nossas histórias e podemos manipulá-las; por isso o relato não é exatamente o real, mas sim aquilo que a pessoa quer contar. Assim, a participação de indígenas na política do município de Tacuru (MS) foi contada por mim, a partir do que eu vivenciei e como interpretei.

Através da pesquisa foram levantadas as hipóteses submetidas aos interlocutores para se posicionarem e, assim, produzi os registros de acordo com os relatos da comunidade, eleitores e ex-vereadores, buscando uma conclusão contundente sobre a política na aldeia. Um resultado relevante aqui é apontar soluções de como um político poderá agir dentro da comunidade e, assim, encontrar qual é o perfil para haver uma aceitação mais adequada, por parte dos eleitores indígenas, da figura de um representante político indígena.

Deste modo, proponho mudar a ideia colonizadora de política dominadora externa dentro da comunidade indígena, como a compra de votos, reintegrando o povo num objetivo comum, visando solucionar os problemas existentes na comunidade, através da aquisição de recursos públicos, e gerar um olhar diferenciado dos políticos internos e externos sobre a população indígena para, assim, garantir resultados de qualidade dentro da comunidade.

1.2 O Início da História

Na foto abaixo estão retratados eu (bebê), Alfredo Martins Garay, nascido no dia 16 de setembro de 1978, na cidade de Tacuru (MS), minha mãe, Crescência Martins, e meu pai, João Paulo Garay.

Fonte: Garay, Alfredo. Foto de 1988, aldeia Sassoró

De acordo com minha mãe, o encontro entre meu pai e ela aconteceu no *tekoha* (lugar-aldeia) *Karaguata'y* (palavra indígena que se refere a um lugar de caraguatá ou à seiva de caraguatá), no início da década de 1970, quando meu pai visitava o *tekoha*, junto com as pessoas que trabalhavam com ele na fazenda próxima a esta aldeia tradicional indígena, 20 a 30 quilômetros distante de Tacuru, no sentido norte da cidade. Nessa época, minha mãe morava na casa do tio dela, o Sr. Nicassio Barbosa, lugar que meu pai sempre visitava após ter visto minha mãe naquela casa. Depois de várias idas e vindas eles se casaram no modo tradicional indígena da época, naquele mesmo lugar, e foram morar nas redondezas da aldeia, nas fazendas que meu pai trabalhava prestando serviços gerais. Em

muitas ocasiões eles moraram em barracas de lonas e, quando terminavam as empreitadas no local, mudavam de fazenda em fazenda.

> *Tio Nicássio ha tia Semiona ou xe rehe ko Jaguapirepe, ou hikuai Karaguata'ýgui xe gueraha upepe, ha upepela ajotopa akue ndepapairãre, areko akue 16 anho. Nicassio rogapela aiko, inhanhami akue xeve tia Semiona, ha erzieze agoto, San Lorenço ára, ha kunha karai Pulência herava oho ogueru tia Semionape, fazendape ho'u haguã kanha...ha ore roho jeyma monde rexavo, ha kokuegui mandio rogueru haguã ave, ha tia are reru tapeguirei. Ha upepe tia okau, , ore roho kavaju ári, ha tia Semiona kuéra oho yvyrupi. Ha nde papairã ja omba'apomã oĩ ra'e upepe, karaguatay vagope, nhuuntuixao'i, upepela rojotopa...upejave mama umia oho kuri ha aguela'ila xeme'ete xupe. Tio Nicássio ndoipotai amenda karaire, ndaikatui xene nhacombiza xupe nhande rembi'u pehe'i, aguela'ila he'i xeve reikoparei maoingo sy kuéra rekaru haguã emendante maarã oĩ he'i xeve. Upei roho fasendare hare hendie roiko.* (*Xe sy ñe'ẽ*: Crescencia Martins)
>
> O tio Nicassio e a tia Semiona vieram me buscar da jaguapiré, vieram de Karaguatay me levaram lá, e foi lá que me encontrei com o seu futuro pai naquela época na casa do Nicassio, eu tinha 16 anos, a tia Semiona me odiava muito naquela época, mas morava lá, e no dia dez de agosto, é dia de São Lourenço, e uma senhora, que se chamava Pulencia, trouxe a tia Semiona na fazenda para tomar algum aperitivo...enquanto nós fomos buscar mandioca da roça e para ver a armadilha monde também, e a Semiona da estrada mesmo trouxe a gente. E o futuro do seu pai já estava lá, na fazenda para baixo do Kuaraguatay e foi lá que nos encontramos. Naquele momento também a sua vózinha foi lá e me entregou para o seu futuro pai, mas o tio Nicassio era contra de inicio, tinha vergonha de convidá-lo com comida indígena. Mas, a sua vózinha me convenceu de que pelo menos casando poderia comer melhor. (Relato da minha mãe, Crescencia Martins) (Tradução livre)

Os dois perambulavam pelas redondezas. Conforme Brand (1998 p.28), eles praticavam o "fenômeno do *oguata*, caminhar, indicativo da significativa mobilidade Kaiowá/Guarani, sempre dentro do mesmo território tradicional". Até que um dia nasceu a minha irmã mais velha, Angélica Garay, na região que se denominava naquela época como *Ñu po'i* (*ñu* = campo nativo e *po'i* = estreito; atualmente o lugar é denominado Assentamento Vitória da Fronteira*)*. Anos depois nasceu outro irmão, que seria o mais velho, porém ele faleceu quando ainda era criança, motivado pelo que a minha mãe justifica como a falta de atendimento médico daquela época. Ela tinha recorrido à medicina tradicional indígena com o apoio da nossa bisavó, Tomásia de Varga, mas o problema já estava muito avançado, por este motivo, com o conhecimento tradicional indígena seria impossível realizar o procedimento; além disso, o menino não era batizado na tradição indígena, uma espécie de reconhecimento, no sistema, do nome específico (*héra ka'aguy* – nome). Devido a essa falta, os saberes indígenas seriam inaproveitáveis para aquela situação em que o menino se encontrava. Minha mãe ainda lembra que, se houvesse atendimento médico naquele tempo, como nos dias de hoje, talvez ele tivesse sido salvo. Este fato aconteceu quando estavam morando no *tekoha* Jaguapiré (aldeia indígena tradicional da ancestralidade). Mas depois

tiveram que continuar o trabalho para ganhar a vida e manter a família, e meus pais voltaram a realizar as atividades braçais na fazenda próxima à aldeia e continuavam a perambular na região, até chegar ao *tekoha Karaguata'y* outra vez.

Da narrativa de minha mãe, dois aspectos chamam especialmente a atenção: a) naquele momento, o *oguata* dizia respeito à mobilidade tradicional dos Kaiowá e Guarani, cujo percurso era traçado por demandas colocadas pela própria comunidade, como a participação festiva na *chicha* e nos rituais em outras comunidades, ou mesmo em expedições de caça e coleta. Após a instalação das fazendas, o *oguata* passou a ser provocado pela necessidade de engajamento, como trabalhadores em situação precária, nas atividades geradas pelas frentes de expansão econômicas, como a derrubada das matas para a implantação de fazendas; b) o fato de meu irmão mais velho não ter passado pelo ritual de batismo também é reflexo dessa mobilidade forçada, submetida aos interesses das frentes de expansão econômica na região. Isso teria desarticulado muitas práticas econômicas, festivas e rituais, promovendo a desterritorialização das famílias, processo denominado como *esparramo* ou *sarambi* (Brand, 1997).

Anos depois, na região de *Karaguata'y*, minha mãe estava gestante outra vez: era a minha vez de vir ao mundo. Quando ela estava prestes a dar à luz, procurou retornar à aldeia Jaguapiré, para obter acompanhamento da parteira familiar durante o parto. Segundo minha mãe, ela veio sozinha para buscar ajuda, mas não foi possível chegar antes do parto na aldeia Jaguapiré, pois a viagem foi interrompida e ela veio para a cidade de Tacuru (MS). Ali, pediu pouso para uma moradora na cidade, afirmando que continuaria a viagem no dia seguinte. Essa casa pertencia a uma senhora paraguaia que morava com sua neta, as quais acolheram minha mãe naquela noite. Ao perceber que ela estava prestes a dar à luz a qualquer momento, no outro dia não a deixaram partir, dizendo que ela poderia continuar a viagem após o nascimento do bebê. Assim, aconteceu o esperado naquela tardezinha, o menino veio ao mundo, cheio de saúde, forte, saudável e "muito lindo", conforme minha mãe.

A história relatada pela minha mãe, após o meu nascimento, é surpreendente, pois o fato aconteceu muito inesperadamente na vida dela. Conta que, passados dois a três dias após o nascimento do filho, apareceu uma senhora na casa onde ela estava hospedada e avistou o menino. A mulher chegou em um veículo fusca de cor branca, tinha cabelo ruivo e aparentava ser muito rica. Logo, ao ver a criança, ofereceu uma proposta para a mãe, que seria irrecusável para uma mãe que não tivesse amor pela criança. Disse que, em troca do menino, daria uma quantia grande de dinheiro, que mostrou para minha mãe,

além de oferecer seis novilhas e um carro. Assim, aquela senhora deu dois dias de prazo para que minha mãe pudesse pensar sobre a proposta.

> *Nde ryke'y rangue onhehundi maronteko rosẽ jey akue agui, osapukai etereimango akue ikyvymipe, nereindy... ojupiiarã tatãre matare, upei rõse,. Ha roho jey karaguataype. Upegui rosẽ ha roho* sitio *herava ekue Ka'arapo... ka'aty oijepe! Upegui mala ore jojujey Tacurupe. Upeguila jaha jey* fasenda *kururu heravape. Peteĩ kanhaza porã akue upepe, upepe oingo ho'a xe ry'ere mbokaja, ha'use tereigui tatu, neirãiteri reiko. Upegui nde papai ohojey fasenda Kururupe, xeryepe gueteri nde reiko. Upeguila jajujey rogana haguã Jaguapirepemõa, jaju japyta kunha karai rogape Tacurupe, ome'ẽ xeve koty'imi, Aurelhana héra va'ekue kunha karai, taula Ari rei Xe mongue xe molomo rasypa, hampo xe aganáta mara'e mitã'í. Upe'are la xe ha'e!... Xe la mitã ame'ẽta rire! Rome'ẽ ramuã, kunha karaipe, ogueru xéve heta mitã'í ao, ha ofrese xéve sei* novilha - *mitã'i, nãme'ẽ mo'ãi ha'egua'u, - ahata aporandu ipapaipe ha'e gua'u kunha karaípe...upemarõ...ahajey...nde papai... õihape fasendape Karaguatay kotare.* (*Crescencia Martins)*
>
> A tua irmã chorava muito pelo teu irmão... Subia na árvore, chamava por ele. Por isso saímos daqui. Por isso fomos para o sítio que se chamava Caarapo, lugar de erva mate! Depois voltamos para Tacuru. Depois fomos para outra fazenda que se chamava Cururu. Um lugar muito lindo, naquele lugar cai de barriga num coqueiro, quando tinha tanta vontade de comer tatu, você ainda não tinha nascido. De lá o seu pai voltou para fazenda Cururu, você ainda estava na minha barriga. De lá, voltamos para ter você que seria em Jaguapiré, mas viemos parar em Tacuru, na casa de uma senhora que se chamava Aureliana, deu um quartinho pequeno para eu pousar naquela noite, dormi em cima de uma tábua, doeu tudo as minhas costas, mas não esperava que eu estivesse dando à luz ao menino. Por isso que eu digo!...Se eu fosse qualquer mãe, tinha dado você para outra pessoa naquela época! A mulher me trouxe várias roupinhas de crianças e me ofereceu seis novilhas - eu disse indiretamente que não daria a criança: 'Vou perguntar primeiro ao pai dele', eu disse à mulher; depois voltei com você na fazenda onde estava o seu pai, próximo à aldeia. (Crescencia Martins) (Tradução livre)

Já era uma tarde de sexta feira e aquela senhora voltaria no domingo para ver se minha mãe aceitaria a proposta, mas respondeu, então, que retornaria para a casa dela para perguntar ao meu pai sobre a proposta dela. De acordo com o silêncio da minha mãe durante a contagem da história, ela simplesmente voltou para o *tekoha Karaguata'y*, onde meu pai tinha ficado para trabalhar na fazenda, e nem contou para ele sobre a proposta recebida porque não lhe interessava. Isso apenas fez meus pais retornarem mais cedo para casa, no *tekoha Karaguata'y*.

A escolha do meu nome foi influenciada pelo meu pai, por ter vivido a ditadura militar no Paraguai, quando era governado pelo ex-ditador Alfredo Stroessner.

> A Ditadura do General Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989)
>
> Na noite de 04 de maio de 1954, Stroessner – comandante-em-chefe das Forças Armadas – depôs Chaves e enviou Epifanio Méndez Fleitas às reuniões coloradas que discutiram a nova situação política do país. Este tinha a função de destacar que o golpe realizado foi em combate ao antigo Chefe de Estado e não contra o Partido Colorado. Os correligionários decidiram que o presidente da instituição, Tomás Romero Pereira, assumiria temporariamente o governo. Em 12 de junho, a congregação escolheu Stroessner para concorrer às eleições

> presidenciais (Doratioto, 2012, p. 517). No mês seguinte, sendo o único candidato, foi "eleito" por 98,4% dos votos válidos (Nohlen, 2005, p. 425-437), assumindo o mandato de Cháves – que finalizaria em 1958 –, mantendo-se no poder até 1989. (Junior, 2016, p.42)

Dessa maneira, prosseguiram de volta ao *tekoha* Jaguapiré, passando de fazenda em fazenda até chegar ao seu destino. Essas rotas duravam meses e anos, até que um dia, enquanto trabalhavam na fazenda Esperança do município de Tacuru (MS), resolveram ir morar na aldeia Sassoro, porque havia possibilidade de registrar as crianças e colocá-las na escola para estudar. Percebe-se, assim, que a mobilidade passa a ser regulada também pela necessidade de realizar procedimentos burocráticos de registros documentais e de acesso ao sistema escolar, necessidades que se impõem com a perda gradativa da autonomia indígena no território e a necessidade de acessar os sistemas escolares e assistenciais disponibilizados pelo Estado.

Nessa aldeia, conforme o relato da minha mãe - Sra. Crescencia Martins - aconteceu um fato comigo, que ficou guardado na memória dela até hoje. Ela contou a história de forma tão real, de modo que, também eu, pudesse imaginar com nitidez o ocorrido. Esta história aconteceu da seguinte maneira: Depois de ter passado alguns dias na aldeia, ela estava lavando roupa num córrego que se chama *YKaiowá* (nome do córrego *y*-água, *kaiowá*-etnia indígena) na aldeia Sassoró[1]. Este era um córrego razoavelmente forte, muito rico em peixes, naquela época, e que hoje está em situação crítica, devido à falta de cuidados das nascentes que ficam fora da aldeia, assim como também as nascentes que ficam dentro da aldeia.

Enquanto minha mãe lavava roupas com as amigas vizinhas no córrego *Y Kaiowá* , por volta de nove horas da manhã, aproximadamente e, como medida de segurança, ela tinha me deixado próximo dela. Porém, como as mulheres estavam entretidas com as roupas, entre conversas e risadas, por um descuido ou pela habilidade da criança, se deram conta que eu estava sendo levado pela correnteza da água na curva do córrego. Conforme minha mãe relata, o córrego era fundo e somente uma pessoa que tinha habilidade de nadar poderia atravessar ou entrar nele para salvar-me. Ao verem o menino sendo levado pela correnteza e sem ninguém por perto para ajudar, uma das mulheres que ali estava, por impulso, pulou na água e me salvou da correnteza. Foi um momento muito tenso e

[1] Antigamente as roupas eram lavadas pelas mulheres indígenas na aldeia no córrego, devido à ausência de energia elétrica e também de máquinas de lavar roupas.

emocionante ao resgatar a criança viva da água. Esse fato foi apenas uma das etapas de "provas" que viriam pela frente.

> *Xeve la, he'i capitán Ubaldo aha haguã Sassorope, upéimango nde papai oho xerapy kueri, upepe anohe peeme registro, siete anhopema nereindy oikue ecuelape. Filomenasy ndie roho'akue, aharã aguahẽ nde aguelai oĩhame, aheja akue ndereindy upepe, quinsezia haguepema ndepapai ogueraha jey xupe. Sementerio'ypype ome'akue peteĩ tapere'íkue jaiko haguã, upepe oĩngo nde re'u akue aguara akangue, oga aghenope. Primero jaiko haguepe oĩ aingo y ndegueraha moã... roho rojohei ao ajojope, umi kuña ojahujoa hikuai, ha he'i hikuai, hakue nemenby ohomaatu he'i, suerte atu, oĩ há'e kuéra upepe, Alzira hera akue, peteĩ morena po'imi, suerte atungo repa'ã yvyrakuape. Ha nerenoheygui.*
>
> Pra mim que o capitão Ubaldo falou para ir na aldeia Sassoro, depois que o teu pai foi atrás de mim, lá que vocês foram registrados, a tua irmã entrou na escola quando já estava com sete anos de idade. Fomos com a mãe da Filomena naquela época, eu tinha que chegar aonde estava a tua vozinha, também tinha deixado a tua irmã na fazenda, depois de quinze dias que teu pai levou ela. Ficamos morando perto de um cemitério, numa casinha abandonada que deram pra nós morar, lá que você tinha comido carne de lobo guará. Lá também onde moramos pela primeira vez...a água quase te carregou...quando íamos lavar roupas no rio, as mulheres estavam tomando banho, que de repente disseram, 'cuidado seu filho já está indo'...a sorte que elas sabiam nadar, uma se chamava Alzira, uma morena bem magra, e a sorte também que você ficou na raizera de uma árvore e tiraram você de lá. (Crescencia Martins) (Tradução livre)

O segundo momento de "prova" foi com a porta da casa em que morávamos - uma porta rústica e muito pesada, porém com um suporte muito fraco. Um dia, logo ao anoitecer, segundo minha mãe, pela minha habilidade de criança, eu andava muito, gatinhando pela casa e, de repente, a porta caiu –"blash!" - e a mãe não percebeu que havia algo errado, mas se lembrou de mim, e quando ela foi erguer a porta, me avistou debaixo dela, totalmente desmaiado.

> *Upe tapere'ipe jaiko haguepente oĩ'aingo ho'a akue nderehe okẽ, yhovy kótape. Jaha kuri kokuepe, agueru mandi'o vosápe, ha nhaguahẽ, ha nañapyty porãi oĩ Xe rokẽ upeaguila ho'a nderehe, okẽ pohy'i. Nde nderepo oĩ akue leitere, pee penhomohase akue aperea akanguerehe, nde ha nereindy, upeixako jaiko akue nhande, xe yma napomombo'ovoiri akue. Tembiu kartore amomboo akue Xe membýpe.(Crescencia Martins.)*
>
> Lá no mesmo lugar que tinha caído a porta em cima de você. Tínhamos ido na roça para buscar mandioca, eu tinha trazido mandioca numa bolsa e quando chegamo, a porta caiu em cima de você, também eu não tinha amarrado direito a porta por isso que caiu. Você quando parou de mamar, não era com leite de vaca que parou de mamar, você e a sua irmã brigavam pela cabeça de preá para comer, assim que vivíamos nós lá, eu não desmamava vocês tão cedo mesmo, desmamava todos com caldo de comida. (Crescencia Martins) (Tradução livre)

Outro fato importante e marcante na minha vida foi quando aconteceu um episódio muito triste comigo na minha infância. Estávamos passando por um período muito difícil, um tempo de escassez, quando faltava praticamente tudo na nossa casa, e eu ainda era pequeno e necessitava de açúcar para dormir. Eu passei mal por falta de ingerir açúcar e, de

acordo com a minha mãe, num instante fiquei pálido e passei a apresentar um comportamento estranho, assustador. Então, minha mãe se lembrou que era por falta de açúcar no corpo. Ela saiu correndo sem saber para onde, quando, então, se deparou com um pé de cana de açúcar e apanhou-o, transformando-o em água doce para que eu pudesse tomar. Em seguida, fiquei em estado normal, tranquilizando o coração da minha mãe, mas este ocorrido foi um susto para ela.

Outro episódio que aconteceu comigo foi quando tive um acidente de carro horrível. Eu me recordo, quando estava cursando a terceira série do ensino fundamental no antigo primário, um dia estávamos indo para a cidade de Iguatemi, numa caminhonete que ficava com o pastor da igreja Missão Evangélica Kaiowá da aldeia Sassoró. Na carroceria estávamos eu, minha mãe e outras pessoas conosco, inclusive a minha coleguinha da sala de aula. Estávamos muito felizes indo juntos para a cidade de Iguatemi, como qualquer criança indígena daquela época, que sempre gostava de ir para a cidade. De repente, na estrada avistamos uma ave morta próxima a um rio (Rio *Rogui* palavra de origem do guarani *hovy* – verde, rio verde). Combinamos com o motorista para parar na volta e pegar aquela ave morta. Assim, seguimos para a cidade de Iguatemi e à tardezinha retornamos. No momento em que íamos passando por aquele local, eu, por ser um menino habilidoso em pular, queria antecipar o pulo da carroceria para ser o primeiro a pegar aquela ave do chão, mas me desequilibrei e cai da caminhoneta, com o veículo ainda em a velocidade muito alta. Fiquei no chão desacordado e ensanguentado. Ao perceberem minha situação todos se assustaram; logo o motorista me levou ao Pronto Socorro de Iguatemi e fiquei internado por uns três dias, voltando depois para minha casa. Assim, passei algumas etapas na vida e fui vencedor de todas elas. A seguir, o relato da minha mãe sobre este fato:

> *Nhavoni roga kuepe la javajey akue Galino kuegui, kambisare ha kasõre okambia akue, ogare, upepe nhande are. Upepe oingo akue re'a kamiongui, ndengo peixaite oĩ akue, he'i: omaña iguaxíre - Rodrigo potura ite, kkk...nde pirumi akue. Upero ngo pe Nercia ikunhatãi guassu, ha Nerciandiêla penhomo jaru ndegua'ula repulase ra'e xugui, ha repo rejepoi carrore vigui, haimete remano, ximuã nerãnhykã ra'e rembotava'i,hamiete oĩ ndejuka... huguypa netĩ, nde juru, ohejapa umi hente tapepe rei, ajeve Nira he'i ndeve mba'exaiko rehejata necaderno kuera he'i ndeve, upeaguila jeko nde rendu xe asapukairõ ndeve Amambai laope. Upei jaha jey pyelo, pe kurva kalipiotype mango reje jekorajey. Zo dia Aiko ndendie hopitarpe. Ha pyharema agueraha jey cheve kamba mitã opitarpe.*
>
> *Ha ajeve uperire reho eymboyve reziparase akue rehenduro guare arguno asapukairõ ndeve Amambaipe reho haguã, ha itonce rogueraha akue, Kinka meziko rogape, ne vence akue, ha he'i akue kurpa nereindy, akanhy haguere amomba'apo ha aikytyka xupe inhakarangue, ajeve Angelicare ajehu rangue, ajehu hese he'i upe meziko akue, upe haguela upe inhakarangue ranguela ogueraha...ha agueraha ne'ãkãrangueei raka'e ogueraha, he'i meziko. (Crescencia Martins)*

> Nhavoni tinha uma casa velha onde nos mudamos outra vez da Galino-kue, tinha trocado por uma camisa e uma calça aquele lugar a casa, lá moramos muito tempo. La também você tinha sofrido acidente de uma caminhonete, você era idêntico esse menino - olhou para o seu criado Rodrigo - você era igualzinho ele. Naquela época, a Nercia era uma moça já, e com ela que estavam disputando de quem pularia primeiro, mas você se desequilibrou da carroceria e caiu, quase morreu, achei que tinha machucado o seu queixo, quase que morreu mesmo...ficou todo ensanguentado o seu nariz, sua boca e o motorista deixou o pessoal na estrada onde estava e voltou para cidade e a Nira que brigou muito pra você, dizendo como que você vai abandonar os seus cadernos, por isso você escutou eu te chamando para o lado de Amambai. E depois voltamos para cidade. E depois de muito tempo me levaram o meu filho pequeno *kamba*, fiquei dois dias com você no hospital. Então antes de você ir para estudar em Amambai você tinha uma vontade de sair correndo de vez em quando, e por isso eu tinha levado você para o Kinka, ele um rezador, ele tinha falado que a culpa da irmã, por ter sumido com homem, castiguei ela, mandei cortar cabelo dela, então por isso que esse fato era pra acontecer com ela e erraram, então aconteceu em você, porque levaram o cabelo que era seu ao invés de ser o cabelo da sua irmã, disse o rezador. (Crescencia Martins) (Tradução livre)

Passada a fase de perigos na vida, o vento começou a soprar a meu favor, me levando para um novo rumo, nova expectativa para ampliar o conhecimento e a sabedoria. Terminei o antigo primário - até a quarta série - na aldeia Sassoró, no ano de 1991. Fui fazer o teste para entrar na escola agrícola de Amambai, e lá conclui o Ensino Fundamental completo, em 1994. Nesse mesmo ano, mais uma vez tive que fazer outro teste para continuar meus estudos no Ensino Médio. Fui, então, com ajuda da FUNAI de Amambai, fazer o teste para cursar o Ensino Médio, em Bodoquena na escola Fundação Bradesco de Miranda (MS). Fui aprovado no processo seletivo e fiquei entre os 50 alunos convocados. Conclui o Ensino Médio nessa escola, no ano de 1998, e saí com o certificado da escola como profissional Técnico em Agropecuária.

Meu aprendizado na escola agrícola Fundação Bradesco, despertou em mim o interesse de olhar para a política na juventude, porque foi uma experiência de convivência com várias pessoas de vários pontos do Brasil, no mesmo lugar. Isso exigiu a habilidade de convivência, que possibilitou o entendimento sobre o interesse coletivo de pessoas e me mostrou a maneira de tomar decisões apoiado pela maioria. Aprendi que existem lados opostos sobre qualquer interesse comum entre pessoas, por isso, eu precisava escolher um grupo com os mesmos pensamentos para fazer parte e, de preferência, ficar do lado da maioria. Ao mesmo tempo, era necessária a adequação a outras variáveis, a costumes diferentes trazidos por várias pessoas que dividiam comigo a minha própria identidade como indígena. Nesse cenário diverso, aprendi a respeitar e ser respeitado e, principalmente, aprendi a negociar entre posições diferentes.

O fato é que enfrentei essas experiências longe de minha família, mas foram aprendizados importantes na minha vida, com os quais adquiri as habilidades do mundo da política naquela escola, somado ao conhecimento sobre o mundo externo da minha aldeia. Isso não significa que a escola me ensinou um método sobre a política ou que a política estivesse no currículo da escola; pelo contrário, isso não passava pelo ensino da escola. O objetivo da escola agrícola era totalmente diferente daquilo que eu estava desenvolvendo em mim pessoalmente, mas todos os aprendizados foram de extrema importância para mim.

Com culturas diversificadas, religiões diferenciadas, etnias indígenas de outros lugares, idiomas diferentes, vivendo num lugar distante, região específica, o Pantanal, uma área totalmente cobiçada, e ali estava eu, um indígena kaiowá misturado entre eles. Ali, minha tendência como um ser político se fez atuante. Quando surgiu a ideia da formatura da turma, na escola agrícola Fundação Bradesco, logo no início escolheram algumas pessoas como líderes do grupo, porém foi desarticulado rapidamente entre os próprios líderes. Quando notamos a situação, já se aproximava a formatura, mas ainda não havia nenhuma movimentação para sua realização, e todos estavam ansiosos pelo evento. Nessa ocasião, entrou minha primeira iniciativa como um político (nem sabia que isso se tornaria útil depois, no futuro, na política partidária).

Convoquei alguns amigos que eu tinha mais proximidade e dialogamos seriamente sobre o tema da formatura. Assim, pois, deliberamos em conjunto e levamos aos nossos colegas sobre a importância de realizarmos uma formatura, que a turma acatou, pois deveria ser um momento inesquecível para todos. E para o sucesso desta idéia, teríamos que estar unidos. Recordo-me que eu tive que superar minha timidez para falar com a minha própria turma, de forma franca, sobre aquilo que estava na cabeça de todos os meus colegas. Naquela altura esqueci que eu era tímido, esqueci que eu falava com um sotaque de Guarani em Português, por isso, gaguejava inicialmente, antes do discurso, mas o fato é que conseguimos transmitir a ideia e a transformamos em ação. Resultado disso foi um grande sucesso, que ficou na memória de muitos colegas, ainda nos dias atuais, que se formaram conosco. Contudo, isso não me tornou o líder do grupo depois, simplesmente reforçamos a ideia e mostramos a importância da formatura para todos, e os que estavam na liderança do grupo perceberam a questão, se reergueram e, assim, se fortaleceram e puseram a ideia em ação.

Outro desafio superado na escola foi a questão de racismo contra indígenas, devido à herança da colonialidade no Brasil pelos portugueses. Desde a descoberta da

América, os europeus colocaram o indígena como inferior aos brancos. Assim, alguns dos meus colegas tinham essa visão sobre minha pessoa, por isso me colocavam diante de desafios com aquilo que eles mesmos não tinham coragem de enfrentar. Na minha humildade, eu me responsabilizava com as situações, principalmente nas apresentações de trabalhos de pesquisas, relatórios, entre outros desafios que meus colegas entregavam em minhas mãos. A todos enfrentei como desafio, sempre os superei e nunca fugi da minha responsabilidade.

Acredito que tudo isso foi um combustível que acionou em mim o desejo de me transformar num ser político, de forma contínua, desde então. Uma das minhas lembranças mais relevantes foi sobre a apresentação de um seminário que a escola tinha promovido, depois de ter realizado uma visita técnica na Embrapa de Campo Grande MS. A excursão foi realizada com toda a turma de cursistas de técnicos em agropecuária da escola, no ano de 1996, quando minha turma estava com segundo ano (o curso, naquele período, era de quatro anos).

Depois de ter realizado uma visita técnica na Embrapa de Campo Grande sobre pesquisa de gado de corte no Brasil, todos os professores da área de aula diversificada, como zootecnia, mecanização agrícola, entre outros, solicitaram um relatório de cada turma e apresentação em forma de seminário, no anfiteatro da escola, para todas as turmas, que correspondiam a um total de 1200 alunos, naquela época. A nossa turma, como sempre, já sabia quem iria apresentar, pois ninguém se disponibilizou naquele momento e todos olharam em minha direção e disseram: “Alfredo”. Eles também me chamavam de Tacuru, e alguns mais próximos me chamavam de índio. Assim tive que enfrentar aquele desafio, que era imenso para mim, porque eu precisava superar o medo de apresentar aos colegas e professores, assim como me equiparar às apresentações das turmas mais adiantadas, do terceiro e quarto anos, os formandos de 1996.

No dia da apresentação suei frio, logicamente, como em todas as fases de juventude do ser humano, fiquei muito ansioso; teve um momento que tremi muito antes de chegar a minha vez para ir ao palco e fazer a apresentação, gaguejei na hora do discurso, pois esquecia algumas palavras que eu tinha decorado para falar. Mas o mais importante da apresentação ocorreu de maneira mais tranquila do que eu mesmo esperava, e apresentei, pela primeira vez, diante de uma multidão de pessoas.

O desafio foi superado e assim, provavelmente, adquiri mais experiência sobre a disponibilidade de enfrentar barreiras que poderiam vir futuramente na minha vida. Mas não percebi, naquela ocasião, que muitos outros desafios viriam, assim como na política partidária, onde existem confianças e desconfianças entre os próprios parceiros. O que me proporcionou o entendimento sobre a superação daquele desafio foi o fato de que meus colegas ficaram impressionados com minha apresentação, por ter sido realizada de forma simples e detalhada. Outros colegas ficaram inspirados com isso e se arrependeram de não ter participado comigo no palco. Alguns diziam: "se era pra ser assim, eu mesmo teria ido apresentar"; mas a apresentação foi minha e tiveram que esperar outro ano para se repetir a viagem técnica igual àquela que fizemos e tentar a apresentação.

Deste modo mostrei minha potencialidade e confiança para o grupo e também mostrei que tenho a mesma capacidade dos demais colegas. Isso os ajudou a se desconectarem do pensamento eurocêntrico da colonialidade sobre a questão da inferioridade dos indígenas, principalmente, assim como neutralizou a questão do racismo institucional, que reforça o próprio preconceito em relação à questão indígena.

Seguimos, assim, até minha formatura, como técnico em agropecuária, na Fundação Bradesco. Com essa formação tive um pensamento diferente sobre o modo de vida na aldeia, principalmente do modo de produção agrícola e da estrutura da organização interna administrativa, que eu queria mudar, sobretudo em relação ao conceito de ser indígena. O pensamento de coletividade indígena tem o seu conceito paradigmático tradicional intacto estruturado, intocável, imutável e resistentemente forte; contudo, me sentia apenas como parte daquela comunidade, sem haver uma conectividade com aquele pensamento puro e coletivo, tranquilo e sereno, que pairava na comunidade e na minha base familiar. Percebi que eu estava agindo de forma contrária ao paradigma do pensamento tradicional da minha família, pois aquilo que eu pretendia impor na comunidade não se enquadrava em lugar nenhum, porque o modo de pensar do agro é o oposto do pensamento coletivo da nossa nação indígena.

Por isso, depois da formatura, fui forçado a exercer a função de técnico em agropecuária, fora da minha comunidade indígena, por alguns anos, até 2002. Até que um dia aconteceu algo na minha vida, uma mudança radical. Por causa de um discurso, meu pensamento foi modificado sobre a forma de ver e conhecer o modo de ser indígena e o modo de viver no mundo como indígena.

Esta história aconteceu da seguinte forma: Eu estava voltando da empresa na qual trabalhava e encontrei um tio muito especial, Rosalino Ximenes, defensor dos indígenas e líder por natureza. Naquela época ele era famoso entre os indígenas, especificamente pela retomada da aldeia Jaguapiré, antigo lutador da demarcação de terras indígenas junto às demais lideranças de outras aldeias. Ele tinha uma visão espetacular sobre o modo de pensar e garantir a existência familiar indígena e, também, a permanência dos indígenas no futuro, mesmo sendo analfabeto. Meu tio defendia o seu povo com muito orgulho e considerava os brancos, principalmente os grandes latifundiários, como o seu próprio inimigo, por conta disso, ele viva sob ameaças dos fazendeiros.

Naquele dia, esse homem me aconselhou de forma drástica, o que mudou totalmente meu modo de pensar. Ele estava no bar tomando cachaça, quando eu o avistei, fiquei feliz em vê-lo, me dirigi lentamente até onde ele estava e começamos aquele papo legal entre tio e sobrinho, um golinho aqui e outro ali, mas eu nem imaginava o que viria na sequência. Ele me fez uma pergunta aparentemente simples, mas foi tão objetiva que teve consequência positiva nos meus planos. Meu tio perguntou se eu estava trabalhando bem e se eu estava ganhando bem. Eu, orgulhosamente, respondi que sim. Mas ele revidou, dizendo as seguintes palavras:

> Olha sobrinho, você está ganhando bem, mas quem realmente você está fazendo ganhar muito... é o seu patrão. Enquanto a sua base familiar na aldeia está precisando de uma pessoa estudada como você, porque lá está a sua mãe, seus irmãos e seus tios, toda a família precisando de você, assim como eu, estamos passando sofrimento, enquanto você aqui, sozinho ganhando dinheiro e não está pensando na sua família.

Este discurso foi como um conselho que me fez pensar e repensar, alinhar as ideias com a ideia do meu tio, buscando um modo de me tornar um defensor do meu povo. Depois disto, desvinculei-me da empresa em que eu estava trabalhando e, em um mês, retornei para minha aldeia.

Foto de Rosalino Ximenes. (Fotografia obtida pelo autor, durante a retomada da aldeia Jaguapiré, 1992)

Devido a uma questão de sobrevivência, tive que aceitar a profissão de professor em outra comunidade, bem distante da minha família. Era uma aldeia em litígio, muito conflituosa naquela época, a terra indígena *Jatayvary (jatayva* - nome da fruta do jatobá; *ry* – seiva ou caldo de jatobá, lugar de jatobá*)*, também conhecida como Lima Campo, com uma realidade muito diferente da minha comunidade familiar.

Nessa aldeia aprendi a lidar com a política interna indígena e, ao mesmo tempo, tive algumas conversas com os políticos do município de Ponta Porã, conhecendo um pouco da política dos *karai* (branco).

Esta experiência em *Jatayvary* foi importante para a minha carreira política: foi como um laboratório, no qual enfrentei dificuldades, inicialmente, devido ao conhecimento político, distinto do que havia adquirido com minha profissão de técnico agrícola; porém, rapidamente, superei essa situação de modo benéfico para meu currículo profissional.

A situação na comunidade era bastante conflituosa, pois algumas pessoas causavam tensões constantemente entre eles. Tais conflitos existiam porque havia dois grupos

étnicos que diferiam no entendimento de como comandar uma aldeia ou uma terra em conflito. Havia disputa pelo poder no território em que estavam. As etnias resistem aos outros grupos étnicos oponentes, quando se encontram ameaçadas pela tomada de seus territórios. Diante disso, a tendência é resistir, enfrentar e superar a situação.

No dia em que cheguei à aldeia *Jatayvary*, popularmente conhecida como Lima Campo (este nome é uma espécie de apelido da aldeia), o diretor de educação de Ponta Porã me levou na casa das duas lideranças: a primeira, o Sr. Teodoro de Souza, me disse o seguinte: "Houve uma eleição de capitania ontem, eu perdi a eleição, porém continuo como liderança, porque a minha portaria[2] da FUNAI ainda não está vencida". Ele tirou um crachá do seu bolso dianteiro da camisa e nos mostrou, e depois conversamos por alguns instantes, me apresentando. Após aquele momento, seguimos na direção do outro líder, que havia acabado de ser eleito pela comunidade, que também nos recebeu de forma afetiva e depois me mostrou a escola onde os alunos da aldeia estudavam - um antigo barracão de máquinas agrícolas da fazenda. De igual modo, nos relatou que houve uma eleição, que ele tinha sido eleito no dia anterior e, portanto, o poder sobre a comunidade estava em suas mãos. Na sequência, o diretor da escola rural de Ponta Porã (2002) me levou até a escola e me disse: "Aqui é a sua sala, aqui estão os seus alunos e, se precisar de ajuda pedagógica, semana que vem estaremos aqui". Eles voltaram na aldeia somente seis meses depois. E assim fui me familiarizando aos poucos com a comunidade indígena e aprendendo a lidar com ela, compreendendo aquela realidade que era diferente da minha concepção de mundo.

Percebi que existiam dois lados opostos de pensamentos entre os grupos de etnias (Guarani e Kaiowá) naquela aldeia, pois a busca de poder e de domínio sobre o grupo influencia no modo de agir da liderança, que deseja o controle das pessoas. **N**este sentido, a liderança necessita constantemente de argumentação no exercício da chefia, demonstrando um alto poder de convencimento de pessoas sobre a ideia proposta, pois o ato de buscar um ponto comum, como liderança, é especificamente político.

No movimento de conquistar pessoas no grupo, o líder se torna mais forte e mais confiável. E, se houver a concordância da maioria sobre a ideia, com força para confrontar outras ideias de grupos opostos, neste caso, a posição contrária de grupo é superada pelo convencimento.

[2] Antigamente a FUNAI emitia uma portaria validando o mandato de liderança na aldeia.

No convívio na aldeia Jatayvary, a originalidade ancestral reascendeu em mim, de maneira inexplicável, o modo de agir como Guarani/Kaiowá. Foi como se eu voltasse na minha originalidade indígena, de acordo com a cultura, língua e crença, a reviver, com minha identidade cosmológica, o meu ser verdadeiro indígena. Foi um ato de descolonização da minha pessoa, frente aos objetivos propostos pelos conhecimentos adquiridos anteriormente (refiro-me à formação de técnico agrícola) e, sem anulá-los, praticá-los de modo benéfico para aquela comunidade em que eu estava inserido. Estava diante de dois grupos de pessoas com objetivos fortemente idealizados na permanência do domínio sobre a comunidade inteira. Tanto o grupo da etnia Guarani, como o da etnia Kaiowá têm, cosmologicamente, na orientação de mundo, praticamente os mesmos sentidos, mas, naquela situação específica, o conflito era de poder, o domínio da aldeia, e nenhum dos grupos recuava, em hipótese alguma.

Inicialmente ouvia com cautela os dois lados, para compreender os interesses em comum dos dois lados e, de acordo com o meu entendimento e com a minha intuição de político, analisava o lado em que a maioria concordava com uma ideia. Naquela situação, a comunidade enfrentava situações complicadas, pois era uma terra em litígio. A ajuda externa praticamente não existia, contudo, exigia do coletivo uma organização mais centrada, no sentido de buscar ajuda com alimentação e, assim, garantir a permanência no território para as futuras gerações da comunidade indígena. Estes eram objetivos comuns entre as duas etnias.

Um dos grupos tinha o pensamento de compartilhamento coletivo sobre os benefícios adquiridos para a comunidade; já o outro grupo tinha o pensamento diferente: para se beneficiar, fazia solicitação de recursos em nome da comunidade, mas usufruia da maior parte dos recursos dentro do grupo familiar mais próximo dele.

A ideia que prevalecia no grupo maior, onde havia o espírito de coletividade, era para uma ação de solidariedade entre eles. Por essa razão, fiz a minha escolha de ajudar as pessoas que estavam do lado da maioria. Ocorreram várias situações complicadas durante minha passagem nessa aldeia, mas destaco que o que mais me ajudou a entender a política nessa aldeia foi à questão dos benefícios no grupo.

Um dia, a polícia rodoviária federal fez uma apreensão de produtos de roupas e calçados vinda do Paraguai com falta de nota fiscal (a aldeia faz divisa com a BR que liga Dourado a Ponta Porã), que foi distribuída na comunidade indígena da aldeia

Jatayvary. Por ser uma comunidade bem conhecida pelas autoridades sobre a divisão de grupos na aldeia, foram realizadas duas entregas com as mesmas quantias de caixas apreendidas.

Em um dos grupos, o líder distribuiu caixa por caixa, para cada membro familiar, sem verificar o que continha nas caixas, com intuito de apressar a entrega, de modo a não ser percebido por ninguém. No outro grupo, a distribuição foi de forma diferente: o líder abriu todas as caixas de roupas e de calçados, despejou-as no chão, disponibilizando para que todas as pessoas pudessem fazer as escolhas do seu agrado. E essas pessoas ficaram todas satisfeitas com a ação do líder, pois todas foram beneficiadas, de acordo com o que ganhou, ou que lhe serviu. Porém, no outro grupo, as pessoas ficaram insatisfeitas com o resultado da ação realizada pelo seu líder, porque cada caixa recebida possuía apenas um tipo de peças de roupas, como por exemplo: alguns receberam caixa contendo apenas um lado do par de sapatos, outros receberam somente paletós, e outros receberam somente caixas com roupas íntimas (cueca, calcinha, etc.). Por isso, essas pessoas foram infelizes com a ação do seu próprio líder.

Com esse resultado, o líder do outro grupo, que tinha maior número de pessoas, ganhou mais membros para seu grupo, mostrando mais capacidade de conduzir a comunidade ou o grupo. A força política potencializou mais pessoas para o grupo. Assim, conforme os recursos vinham para a comunidade, aquele líder com maior número de pessoas foi crescendo mais e mais, ao ponto de isolar o líder oponente de toda a comunidade, enquanto mostrava seu prestígio à população através de ação realizada de forma coletiva.

Assim também aconteceu comigo um fato para aprendizado, devido ao conflito fundiário intenso no território. Na região, aquela comunidade era vista como invasora de terra (denominado pelos fazendeiros que atuavam ao redor da terra indígena), enfrentando bastante preconceito devido à questão, porém, na comunidade também havia muitos conflitos. Certo dia aconteceu uma agressão domiciliar entre um indígena tradicional, que acreditava em crenças indígenas, rituais e plantas medicinais, e um indígena que já acreditava nas crenças ocidentais, como a religião dos brancos. Foi uma disputa que envolveu também as autoridades externas. O indígena tradicional ao chegar em sua casa, encontrou seu filho pequeno com dor e febre, montou em seu cavalo e foi ao campo buscar ervas medicinais para a criança. Já era noite. Enquanto isso, aquele indígena de outra religião, estava cultuando em sua casa e, quando terminou o culto, foram em direção à casa do indígena tradicional, para entregar os membros de sua igreja nas suas residências. No momento em que o indígena

tradicional estava voltando, encontrou aquele grupo na frente de sua casa. Inicialmente ignorou-os e adentrou para sua casa. Ao encontrar a criança chorando na cama, perguntou para a mãe por que ela chorava. A resposta foi assim: “Essas pessoas que estão gritando lá fora assustaram a criança”. Então, o indígena tradicional montou no cavalo, novamente, e seguiu em direção às pessoas que estavam na frente da sua casa e os dispersou de forma violenta.

Na sequência, aquele indígena com religião dos brancos, dirigiu-se até a polícia rodoviária federal e pediu socorro, alegando que, juntamente com os membros da sua igreja, foram atacados durante o culto por um indígena tradicional. Eles foram atendidos imediatamente pelas autoridades, que se deslocaram até a aldeia, em busca daquele indivíduo. Porém, ao lá chegarem, aldeia, as autoridades foram surpreendidas pelos indígenas. Os agentes da polícia federal tinham realizado a apreensão de uma caminhoneta com coisas ilícitas, que estava sem a placa; porém, naquela situação, fizeram uso do veículo para se locomover até a aldeia, com o intuito de atender a comunidade com mais rapidez. No veículo se encontrava o subdelegado da polícia federal de Ponta Porã, que estava acompanhado por um agente policial. Eles foram para apreender o indígena “delinquente", da cultura tradicional. Como a aldeia Lima Campo é uma região que possibilita a visão das pessoas de longe, porque não possui mata alta (a área era somente de pastagem), quando as autoridades chegaram já foram percebidos pelos indígenas desde a entrada na aldeia.

Por ser tarde da noite, e também por ser uma área de conflito constante com os fazendeiros, os indígenas sempre estavam atentos, vigiando a todo o momento. Naquela ocasião perceberam que estava entrando na aldeia uma caminhoneta diferente, porém com um homem armado de metralhadora na carroceria do veículo. Quando alguns indígenas avistaram aquela situação, correram para informar o líder do grupo para ficar atento, porque entenderam que os jagunços dos fazendeiros estavam na aldeia. Assim, pois, se armaram e se prepararam para recebê-los.

Enquanto isso, as autoridades foram seguindo em direção à casa do indígena tradicional com intuito de prendê-lo. Esse indígena também já não se encontrava mais na sua casa, porque um líder tem os seus articuladores e, muito rapidamente, o povo já estava concentrado na casa de reza para enfrentar o suposto jagunço que estava na aldeia. Então se ajuntaram e foram até a entrada da aldeia para esperar aquela caminhoneta e, na hora do retorno, poder atacá-los. E assim o fizeram. As autoridades rodaram a aldeia e não encontraram ninguém, pois todos já estavam na estrada esperando para atacar. Quando as

autoridades foram voltando para fora da aldeia, na saída encontraram uma multidão de indígenas com flechas e outras armas indígenas nas mãos para atacar.

Os indígenas pensaram que fossem jagunços dos fazendeiros porque o veículo não era oficial, as roupas dos agentes também não eram oficiais, por isso, eles se confundiram. Por outro lado, as autoridades queriam se informar e dialogar naquele local, mas houve reação da parte dos indígenas, atacando a caminhoneta com flechas, entre outras. Para não haver maior descontrole, os agentes federais correram do local imediatamente, com a caminhoneta.

No dia seguinte, em consequência da situação, foi mandado em torno de 50 agentes federais para buscar a liderança do grupo e prendê-lo pela agressão. Nesse dia, também iríamos com a liderança buscar algumas doações que o prefeito de Ponta Porã tinha feito para a comunidade, para a realização de festa de 19 de Abril – "dia do índio" -, pois tudo já estava combinado. Porém, antes mesmo de sairmos da aldeia, os agentes da polícia federal cercaram a liderança, deixando-o isolado e maltratando-o com palavras agressivas. Naquele momento percebi que eu teria que fazer parte do meu grupo e agir de acordo com o meu entendimento, para defender aquele líder, pois percebia que ele estava sendo injustiçado, conforme a acusação do delegado, pois eu seria o único a falar por ele, naquele momento. Primeiro, porque aquele líder tinha dificuldade de se expressar em Português, tentava falar no seu idioma, mas o delegado da polícia federal o acusava veementemente. Nesse momento usei do meu impulso de negociador. Foi uma reação inexplicável, pois fui empurrando outros agentes da minha frente, até chegar onde estava aquele líder indígena nas mãos do delegado. Primeiramente pedi desculpa e pedi que me escutasse com algumas palavras. Por alguma força interna, aquele delegado me ouviu com atenção ao explicar-lhe os fatos. Depois, ele decidiu que fôssemos até a delegacia regional de Ponta Porã. Todos foram, inclusive os outros líderes da aldeia, um como acusador e o outro como autor do "crime". Nesse pleito fomos à delegacia e liberados depois das vinte horas.

Enquanto isso, os outros do grupo menor da aldeia foram até a prefeitura, se apresentaram e pegaram todas as doações que o prefeito tinha doado para a comunidade. Trouxeram para a casa deles na aldeia, mas não distribuíram para ninguém, somente entre eles. Foi revoltante, mas depois voltamos ao prefeito e dissemos tudo o que nos aconteceu. O prefeito fez outra doação, porém em menor quantidade.

Na participação daquela situação aprendi que a política é uma ligação coletiva entre os grupos, independente das circunstâncias e deve estar sempre a favor da maioria, para que tenha respostas coletivas e obtenha o resultado final positivo, com ou sem risco.

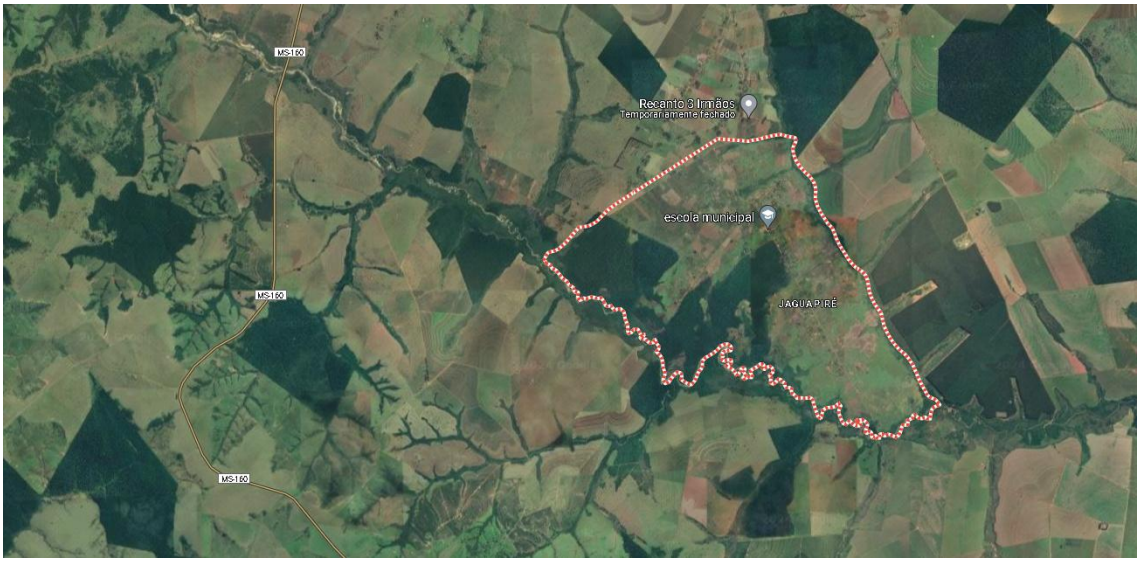
Durante a convivência nessa terra indígena *Jatayvary*, compreendi a capacidade de lidar com a política na sociedade indígena, agregando pessoas ao lado de quem é mais próximo do esperado nas ações para com a comunidade. Mas não posso deixar de registrar que o grupo menor, de acordo com a situação encontrada naquele momento, também estava "correto", porque é uma luta pela sobrevivência no território, em conflito constante na própria comunidade e da comunidade com os fazendeiros da região. Com isso fui me tornando uma pessoa que transitava nas duas etnias sem restrições da comunidade. Contudo, eu não sabia que isso era política interna ou que tivesse ligação com política partidária.

Inicialmente começamos a organização com a educação escolar na aldeia. Passados dois anos retornei para a minha terra original, a aldeia Jaguapiré.

CAPITULO 2 A HISTÓRIA DE JAGUAPIRE

2.1 - **Trajetória da Parentela Garai (Garai *Kuéra*)**

Aldeia Jaguapiré - foto satélite



Imagens ©2024 Airbus, CNES / Airbus, Landsat / Copernicus, Maxar Technologies,
Dados do mapa ©2024

A terra indígena Jaguapiré está localizada no município de Tacuru, no Estado de Mato Grosso do Sul, cuja população é formada pelas etnias indígenas Guarani e Kaiowá, com, aproximadamente, 1200 pessoas na comunidade. É uma terra indígena tradicional, reocupada, no ano de 1992, pelo grupo de moradores antigos do *tekoha*, despejados várias vezes na década de 1980, sendo o último despejo ocorrido no ano de 1988. Este caso foi noticiado na época em vários jornais. A matéria, a seguir, é reproduzida no site do Instituto Socioambiental:

> Os guaranis-kaiovás foram despejados por ordem judicial entre 1987 e 1988, a transferência para as áreas indígenas de Sassoró no município de Tacuru e Jacare'y, no município de Mundo Novo.
>
> A primeira remoção dos guarani-kaowá, entretanto, ocorreu ainda em 1985, quando foi finalizado o processo de identificação da área indígena Jaguapiré. Naquela ocasião os índios foram expulsos pelo fazendeiro Jose Fuentes Romeiro.
>
> Em razão desse fato, o fazendeiro foi chamado pela polícia Federal para explicar o caso e dizer quem eram os militares que participaram da operação. Comandando no batalhão de 24 jagunços, da quais cinco índios saíram feridos e outros seis desapareceram, incluindo-se três crianças. (Correio do Estado, 03.03.85).
>
> Noticiou o jornal que os índios "foram obrigados a entrar num caminhão e de lá foram levados para a missão de Sassoró". "Depois de expulsar os índios os invasores voltaram e atearam fogos em todas as lavouras de subsistências

> e nas habitações, antes disso, ameaçaram de morte a todos que ousassem retornar à área."
>
> Depois de terem sido despejados e expulsos da área por ordens judiciais e por fazendeiros, os Guarani-Kaiowá de Jaguapiré, em meados de 1992 – datas da declaração de posse indígena, pelo ministro da Justiça – decidiram retornar para a área à revelia dos impedimentos judiciais. (Recurso online)[3]

A Terra Indígena Jaguapiré foi declarada como de posse permanente da Comunidade Indígena Jaguapiré, por intermédio da Portaria n. 244 de 20 de maio de 1992, expedida pelo Ministro da Justiça, e sua demarcação foi homologada pelo Decreto do Presidente da República, assinado em 23 de novembro de 1992, publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 1992. Este território foi demarcado com uma superfície de 2.349 ha.

A partir de então, as lideranças do grupo recorreram, na época, à organização indígena *Aty Guasu* (grande assembleia), buscando apoio para retomar a terra *Jaguapiré* e *Jaguapiré Memby*, de modo a reterritorializar-se por completo no *tekoha* tradicional. Consequentemente, após a retomada do *tekoha Jaguapiré*, outra parte do *tekoha* foi ampliada, a *Jaguapiré Memby*, no ano de 1996, uma parte que estava na posse da fazenda São José.

A história da aldeia Jaguapiré tem sua origem a partir de duas famílias nativas da ancestralidade, moradores antigos que viviam no *tekoha*, antes mesmo da chegada dos não indígenas na região. Esta era a família de Meterio, pai de Tomásia Varga, que deixou uma família grande no *tekoha* Jaguapire, e perambulava pela região para sua sobrevivência. Conforme o relato de Tonico Benites (2022):

> A luta histórica pela recuperação dos tekoha Jaguapiré e Jaguapiré Memby, desde 1985 foram destacadas as duas famílias extensas descendentes de Metério Vargas, que lutaram pela demarcação e recuperação da tekoha Jaguapiré, em meados das décadas de 80 e 90. Por um lado, a família grande liderada pelo tamõi José Benites casado com a Emilia Varga Romero (neta por via paterna do Metério), que como vimos haviam sidos expulsas de tekoha Jaguapiré Memby pelos fazendeiros no final de 1960, e foram assentadas na reservas Ramada/Sassoró em 1968. Em meados de 1970 os integrantes da família extensa kaiowá Genuário Ximenes (tamõi Moreno) continuavam morando na terra Jaguapiré, onde se encontrava trabalhando para os fazendeiros do próprio local, nunca tendo saído de suas terras tradicionais. (Benites, 2022, p.84)

3 Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GKD00065.pdf

As pessoas descendentes desta família me relataram que, certo dia, um não indígena se instalou próximo à aldeia e começou a praticar o desmatamento da floresta, ao redor de sua morada e, em pouco tempo, o desmatamento já era de grande tamanho. À medida que o tempo passava, os não indígenas avançavam sobre a comunidade e já tinham contato com os indígenas da aldeia Jaguapiré, pois ofereciam serviços de derrubadas de matas para os próprios indígenas, que iam derrubando toda a mata que possuíam no seu próprio *tekoha* (aldeia), sob as ordens do estrangeiro não indígena. Um dia, o fazendeiro tomou posse definitiva da terra, como propriedade privada, e, desinformados, os indígenas continuavam a trabalhar para os nãos indígenas, desmatando o *tekoha* (território tradicional). Dessa forma, eles trabalharam muitos anos na fazenda (antiga fazenda Redenção). Passado muito tempo, o "dono" dessa fazenda resolveu doar uma área de 40 alqueires ao senhor Moreno e à esposa Tomásia Varga, uma espécie de premiação pelo tempo de serviço na fazenda. O objetivo da proposta era de centralizar as famílias indígenas de todo o território em um único lugar, mas os indígenas não sabiam que estavam sendo violados em seu próprio território, *tekoha* Jaguapiré. Assim, o acordo foi feito e depois formaram outras famílias, se multiplicaram em termos de número de pessoas e viveram no local por alguns anos.

Anos mais tarde, houve mais uma mudança de dono da fazenda, que logo, ao perceber a existência de índios no local, decidiu, pela via judicial, despejar os indígenas de sua aldeia Jaguapire. Isso aconteceu na década de 1980, quando todas as famílias da comunidade foram despejadas. O fazendeiro e os policiais que estavam naquele momento de despejo queimaram todas as casas dos indígenas e removeram os restos de casas queimadas com o trator esteira.

> Noticiou o jornal que os índios "foram obrigados a entrar num caminhão e de lá foram levados para a missão de Sassoró". "Depois de expulsar os índios os invasores voltaram e atearam fogos em todas as lavouras de subsistências e nas habitações, antes disso, ameaçaram de morte a todos que ousassem retornar à área. (Recurso online)[4]

Passados alguns meses, os indígenas retornaram novamente para a sua terra tradicional e, ao final da década de 1980, foram novamente despejados, por ordem da Justiça. Dessa vez os indígenas foram levados para a aldeia Porto Lindo, que, atualmente, se localiza no município de Japorã (MS). Nesta aldeia permaneceram por um período de quatro anos. Durante esse período começaram a luta pela retomada do território, liderados por Rosalino

4 Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GKD00065.pdf

Ximenes, filho de Genuário Ximenes (mais conhecido como Moreno), recebendo o apoio de outras lideranças do movimento indígena *Aty Guasu.*

A aldeia Jaguapiré foi retomada definitivamente em 1992, uma retomada com a presença de toda a comunidade e, em 1996, foi retomada outra parte do *tekoha* (aldeia), Jaguapiré Memby (filhote), que ainda faltava ser reocupada pelos Kaiowá.

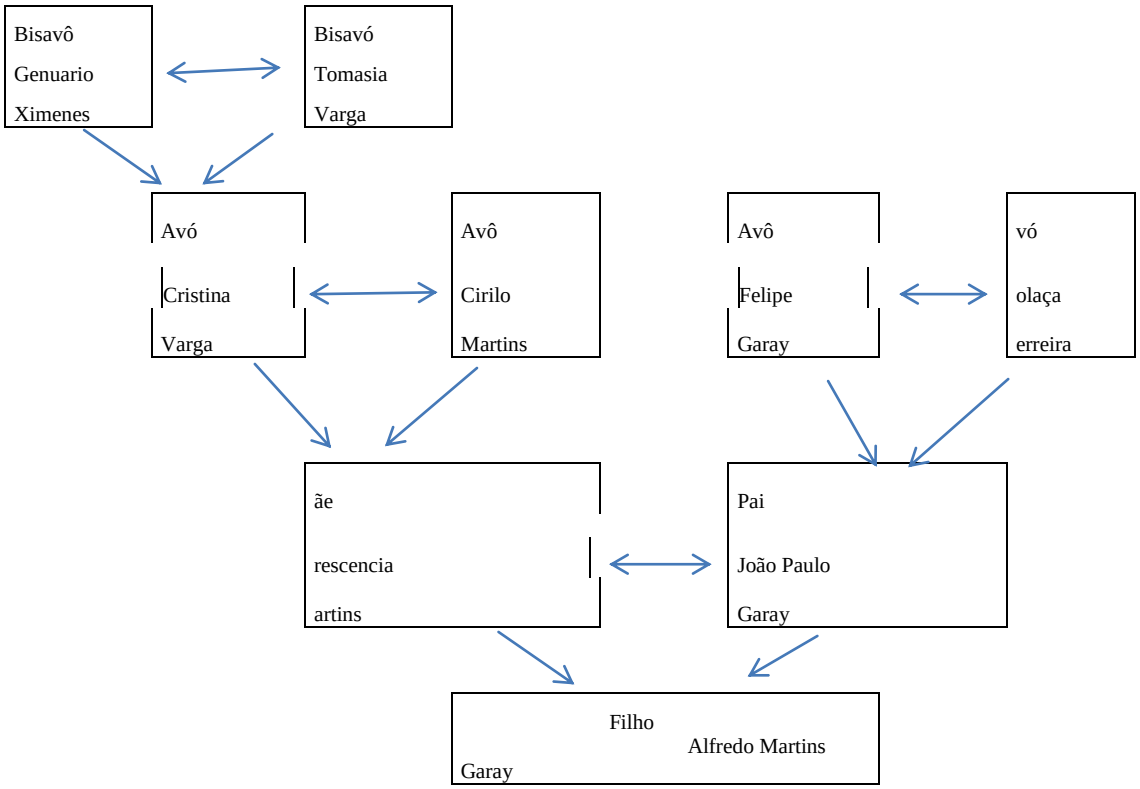
A partir daí, a aldeia começou a se organizar, se estruturar politicamente em busca de um novo desafio, visando sempre melhorias para a comunidade, buscando a regularização da terra indígena, a demarcação e a homologação do território. Atualmente, a comunidade ainda anseia pela reconquista das outras terras tradicionais ocupadas pelos não indígenas no território da *tekoha* Jaguapiré.

A terra indígena Jaguapiré é uma terra tradicionalmente povoada pela família de Genuário Ximenes (Moreno) e Tomasia Varga, que passaram a infância na terra indígena Jaguapiré com os seus pais. Sua família inteira perambulava pela região e, em cada região do *tekoha* (onde é a Jaguapiré), colocavam um nome específico, de acordo com os moradores antigos do local que tinham vínculo de parentesco ancestral, como: *Jaguapiré, Jaguapiré Memby, Jaku Jeroky, Ikua'i* e *So'o Kangue, Jipe Kue, Jukeri* etc. E em cada lugar havia uma família extensa de uma ramificação desta parentela.

Tomásia Varga teve várias filhas e um filho. As filhas eram: Semiona Varga, Cristina Ximenes Vargas, Micaela Vargas, Roberta Ximenes, Totoi (*in memoriam*), Rosalino Ximenes (*in memoriam*), Joana Ximenes (*in memoriam*).

O parentesco da família Garay *kuéra* (indicativo de plural – os Garay) com a família tradicional da aldeia Jaguapiré está vinculado com Tomásia Varga, que é a mãe de Cristina Varga Ximenes (minha avó), que, por sua vez, é mãe de Crescencia Martins (minha mãe). A questão do sobrenome diferente ocorreu quando o SPI e a FUNAI iniciaram registros dos indígenas de forma aleatória, perguntando qual era o sobrenome, mas não sabiam ou não tinham. Muitas vezes, as pessoas desconheciam a língua portuguesa, então, os próprios chefes dos órgãos sugeriam um sobrenome para os indígenas, de acordo com a decisão dos líderes naquela época.

DIAGRAMA FAMILIAR



2.2 **Minha Trajetória na Aldeia Jaguapiré depois da Aldeia Lima Campo (*Jatayvary*)**

Passados dois anos na aldeia Lima Campo, voltei para a minha terra, a aldeia Jaguapiré, no município de Tacuru (MS). Voltei carregado de experiências no âmbito da política interna da aldeia e também incluía, na minha bagagem, conhecimentos específicos na área de educação escolar indígena, que me impulsionaram mais para o envolvimento com a política, amadurecendo de forma gradual na direção da política partidária municipal.

A aldeia Jaguapiré, naquela época, enfrentava uma situação crítica em relação à educação escolar indígena, pois ainda havia desconhecimento por parte da comunidade sobre os direitos indígenas nesta área. Neste sentido, os conhecimentos que adquiri na minha trajetória na aldeia Lima Campo me proporcionaram uma aprendizagem sobre legislação específica da educação escolar indígena. Assim, fui me envolvendo com a comunidade escolar na aldeia Jaguapiré, no sentido de contribuir com as minhas experiências

e conhecimentos adquiridos nos anos anteriores, principalmente para a implantação da escola indígena na aldeia, cuja ação foi realizada de forma conjunta e organizada com os gestores escolares e, também, com o envolvimento de toda a comunidade.

A escola da aldeia Jaguapiré, até 2008, era uma extensão da escola pólo indígena Ubaldo Arandu-Kuemi, da Reserva Sassoró, por isso houve necessidade da desvinculação da escola para a implantação de outra escola pólo indígena própria na aldeia Jaguapiré. Para isso foi necessário informar à comunidade que a escola pólo indígena é um direito garantido por lei, mas também um desafio, pois exigia a força da comunidade nessa tarefa para ser colocada em prática na aldeia. Luis Grupioni (1994) explica sobre a garantia de direitos constitucionais:

> ... no artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. Esses dispositivos abriram a possibilidade para que a escola indígena constitua-se em instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas e deixe de ser instrumento de imposição dos valores culturais da sociedade envolvente. (Grupioni, Luis, 1994, p. 134)

Dessa maneira, a comunidade foi se envolvendo nessa intensa reivindicação sobre a regularização da educação escolar indígena. Primeiro começamos a implantar o ensino do EJA (Programa de Ensino de Jovens e Adultos) na aldeia, e toda a comunidade foi envolvida para avançar no estudo. Assim, implantamos este curso na aldeia Jaguapiré, pela primeira vez. As conquistas na educação escolar indígena na aldeia Jaguapiré aconteceram graças às lutas das lideranças e dos professores em conjunto, através da garantia dos direitos constitucionais na educação escolar indígena.

Na sequência, após várias reuniões com a comunidade, buscamos, em conjunto, a exigência de contratação de mais colaboradores na escola, assim como mais professores: zeladores, cozinheiras, vigia diurno e noturno; além da divisão das turmas que tinham alunos acima dos limites permitidos por sala de aula exigida na lei municipal. Nesta conjuntura com a comunidade, os objetivos sempre foram alcançados com sucesso. Em todas as ocasiões, as autoridades municipais nos deram acesso livre, direto ou indireto, para aquisição de recursos para a aldeia.

Para a escolha de professores na aldeia houve, inicialmente, um conflito decorrente dos títulos dos professores, pois não tínhamos profissionais habilitados suficientes para suprir toda a demanda. Portanto, mais uma vez a comunidade entrou em ação para que acontecesse conforme a decisão da maioria. Orientei-os para que todas as decisões da

comunidade numa ação fossem respeitadas, pois ela está garantida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Assim, de acordo com Giffoni, 2015:

> Quanto ao conceito de povos indígenas, o mesmo deve ser fundamentado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que por força do Decreto 5.051 de 2004, trouxe a presente norma ao ordenamento jurídico interno, desta forma estabelece que:
>
> Artigo 1º: 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
>
> 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.
>
> 3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional. Portanto, os direitos dos povos indígenas devem ser garantidos independentemente do seu local de moradia. Após a Constituição de 1988 os indígenas deixaram de ser considerados incapazes, deixando de serem “tutelados” pelo Estado, adquirindo aquilo que denominamos de cidadania diferenciada. (Giffoni, 2015, p.07)

Seguindo o raciocínio garantido na lei, a comunidade decidiu escolher aqueles alunos que estavam cursando um grau de escolaridade maior para ocupar o cargo de professor leigo, ou estudante do Ensino Médio, com o intuito de que continuassem seus estudos, mostrando aos alunos da escola a importância de estudar cada vez mais. Nesse sentido, o trabalho prosseguiu com a comunidade de forma contínua.

Na escolha de funcionários para exercer os cargos de vigia, zelador e outros, também no começo houve um pequeno desentendimento na comunidade, porque cada grupo familiar discordava de colocar somente as famílias do parentesco das lideranças. Para resolver este problema, orientei a comunidade para que fosse escolhida uma pessoa de cada grupo familiar extenso, a qual deveria se apresentar no plenário das discussões e, caso todos estivessem de acordo com a pessoa, poderia ocupar o cargo oferecido. Todas as orientações foram acatadas e decididas e as autoridades do município respeitaram a decisão da comunidade, elogiando a ação em conjunto, principalmente o Prefeito municipal e a Secretária municipal de educação, porque todas as reivindicações passam pela Secretária municipal antes de chegar na prefeitura. Deste modo, foram se concretizando, com êxito, as nossas reivindicações em relação à escola.

> Segundo o RCNEI (2005, p. 24), a Educação Escolar Indígena, para se constituir como tal, precisa se estabelecer sobre algumas bases: ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada. Comunitária, porque a comunidade indígena é que deve decidir sobre o que ensinar como ensinar, por que ensinar quem deve ensinar, o melhor período para ensinar etc., o que implica uma autonomia sobre o processo educacional ao qual a comunidade é submetida. Intercultural porque a criança indígena, no processo escolar, deve ser levada a transitar nos dois mundos culturais: o indígena e o não indígena; ela precisa construir sua identidade indígena e ao mesmo tempo aprender a dialogar com as outras culturas que a cercam, sem se desprender de suas raízes e ancestralidades. (Simas, 2010, p.11)

Por essa razão, a comunidade colocou em prática as leis e agiu de acordo com elas. No começo, a escola possuía apenas dois professores, porque não havia informações suficientes para a comunidade nesse sentido, explicando os direitos garantidos constitucionalmente. Após a minha chegada à aldeia, houve mudança e fortalecimento dos conhecimentos das leis para a comunidade, visando clareza sobre as práticas de luta do povo indígena Guarani e Kaiowá. Houve maior esclarecimento sobre direitos específicos da educação escolar indígena para a população da aldeia, que foi aderindo ao conhecimento e, aos poucos, colocando em prática todas as ações exigidas na lei Federal, como o disposto nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Nesta direção, Simas (2010) afirma que

> Após 500 anos do contato com o branco, depois de muita mobilização e lutas, os grupos indígenas ainda existentes no Brasil conseguiram incluir no texto da Carta Magna os seguintes artigos e incisos relativos à sua educação escolar:
>
> Artigo 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
>
> Artigo 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 2001, p. 207).
>
> Estes dispositivos constitucionais marcam a história da Educação Escolar Indígena. Para ocupar o lugar da educação integracionista, realizada até então, uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue é pensada e nos anos subsequentes à instituição dos artigos na Carta Magna, muitos textos legais passam a se posicionar sobre o assunto e regulamentar o que determinou a Constituição. (Simas, 2010, p.11)

Através do compartilhamento destes conhecimentos sobre a educação escolar indígena para a comunidade, garantimos autonomia escolar na aldeia, de forma soberana, sobre quaisquer decisões feitas internamente.

No ano seguinte já tivemos um aumento significativo de professores indígenas contratados na escola. A comunidade demonstrou satisfação diante do trabalho realizado em conjunto na aldeia, através de parcerias e de muito diálogo com as autoridades municipais, assim como com outras instâncias ligadas à área da educação escolar indígena. Todas as ações foram realizadas em conjunto entre lideranças, professores e comunidade. Por isso, quando aumentou o número de professores indígenas na escola, houve a necessidade de indicar um coordenador pedagógico, justamente para auxiliar os professores nas tarefas pedagógicas, tendo em vista que, nessa ocasião, todos os professores eram leigos, e alguns ainda estavam cursando o Ensino Médio. Por essa razão, a comunidade solicitou um coordenador pedagógico para a escola, cuja reivindicação foi atendida, de forma pacífica pelas autoridades do município. Assim, pela primeira vez na história da escola da aldeia, no ano de 2007, foi realizada a escolha de um coordenador pedagógico, o Sr. Adair Nunes (pedagogo), da própria comunidade da aldeia. Isto aconteceu de forma democrática, a partir do diálogo na comunidade.

Na sequência houve várias outras demandas, mas a mais contundente foi a questão da implantação do Ensino Fundamental II na aldeia, porque todos os alunos do 6º ao 9º ano estudavam na escola da cidade. Portanto, a comunidade, mais uma vez, se reuniu e reivindicou a implantação deste nível de ensino. Nesse caso, a situação gerou pensamentos divergentes entre os professores da cidade e os professores da aldeia, mas foi solucionada pacificamente. Assim, o Ensino Fundamental II começou a funcionar com as turmas de 6º e 7º anos, inicialmente. Os alunos também tinham divergências com relação aos profissionais indígenas, devido a que eles ainda eram “leigos” (sem título), mas, após várias reuniões na comunidade e entre os alunos, houve a aceitação da maioria pela permanência dos alunos estudando na própria aldeia. Essas dificuldades, ao longo do período foram sendo solucionadas, já que alguns professores buscaram o título de formação acadêmica através da UFGD, outros pelas universidades particulares, fazendo o curso de Pedagogia. Em cada ano, gradualmente, as séries posteriores eram acrescentadas na escola, até que ficou completa a oferta do Ensino Fundamental.

Conforme o surgimento das necessidades da comunidade, as respostas sempre foram encontradas em ação conjunta, democraticamente, perante o plenário da aldeia, em suas assembléias. Assim também surgiram outras oportunidades de colaborar com a comunidade, como nas áreas de agricultura, implementos agrícolas, entre outros. Devido ao

meu conhecimento específico nessa área, nos próximos capítulos relato as atividades realizadas.

2.3 Garay *Kuéra* na Educação Escolar da Aldeia Jaguapiré

Na área da educação escolar da aldeia Jaguapiré, a família Garay ocupou 80 % de todas as vagas que surgiram na escola, sendo favorecida porque seus membros tinham um grau de formação um pouco mais adiantado, até aquele momento. Por isso havia facilidade de preencher o quadro de professores com membros de minha família extensa, pois a exigência era de ter um grau de escolaridade mais alto entre a comunidade, para exercer a função de lecionar para as crianças na escola. Esta foi uma decisão da Secretaria Municipal de Educação e da própria comunidade.

Nessa ocasião, a família Garay *Kuéra* buscou a formação de professores para que pudessem atuar como professores na aldeia Jaguapiré e continuam, na atualidade, aperfeiçoando a formação em níveis superiores, como a pós-graduação, mestrado e doutorado. Vários membros familiares foram para fora da aldeia, assim como outros familiares formados como professores buscaram outros lugares, em *tekoha* diferentes, para colocar em prática os seus conhecimentos.

Em 2005, a escola já se encontrava organizada e estruturada interna e externamente, através da força das lideranças políticas da aldeia, com todos os professores da escola. Mesmo assim, buscavam mais parcerias externas para outros benefícios na comunidade. Essas ações eram promovidas pelas lideranças e professores da aldeia, apoiados completamente pela comunidade. A organização da comunidade vinha recebendo total apoio das autoridades competentes do município para a concretização das ações e para alcançar os objetivos da escola. Todas as ações realizadas foram apoiadas pelo Prefeito e por membros da Secretaria Municipal de Educação, naquele ano, para fins de contratações, entre outros. A vinculação política não importava, pois havia interesse de ambas as partes. A comunidade notou o avanço na educação escolar indígena, assim como em outras áreas, como criação de empregos para a comunidade etc. Houve melhoria na condição social dos grupos familiares extensos, de forma benéfica para todos os membros e lideranças da aldeia. Houve, também, uma organização interna para a distribuição de cargos entre famílias extensas, que, por sua vez, promoveu benefícios para a comunidade, de maneira contundentemente igualitária.

À medida em que a comunidade avançava na prática de aplicar os direitos constitucionais na educação escolar indígena da aldeia, clareava a mente das pessoas, no

sentido de buscar mais benefícios garantidos constitucionalmente, de maneira a promover e garantir a autonomia própria da escola. A comunidade, em conjunto com os professores e lideranças, concluiu que era importante a reivindicação de um gestor para a escola, mas, para que houvesse êxito nessa reivindicação, seria necessário avançar ainda mais na questão da legislação sobre a educação escolar indígena, e isso exigiu muita articulação política para que houvesse aceitação por parte das autoridades municipais. Isso exigia a criação de normas municipais inseridas na lei orgânica do município, para a criação de uma unidade escolar indígena pólo, no município de Tacuru (MS).

Nesta situação foi necessário buscar alianças políticas externas para realizar o objetivo da comunidade, buscando alcançar definitivamente a autonomia própria da escola.

2.4 *Karai* Política: Entrar no Partido

Apesar dos avanços nos benefícios para a comunidade, muitas reivindicações da comunidade enfrentavam barreiras na legislação da Lei Orgânica do município. Por exemplo: a regularização da escola pólo indígena e a implantação da gestão escolar indígena na aldeia, entre vários outros interesses da comunidade, sofriam derrotas na questão burocrática e da legislação. Devido a essa dificuldade muitas reivindicações foram rejeitadas, mesmo quando as autoridades estavam de acordo com a comunidade. Por conta disso, todas as contratações de funcionários indígenas da escola, inicialmente foram concretizadas informal e verbalmente, através de acordos com o prefeito, lideranças e comunidade, como já foi relatado anteriormente.

Essas ações objetivavam uma troca de parceria entre a comunidade e o Prefeito municipal que estava na gestão naquele ano. A comunidade percebia que havia uma boa relação do Prefeito com a comunidade e aprovava a gestão dele. Nesse sentido, as principais lideranças políticas do município contribuíam para esclarecer o funcionamento da política partidária para a comunidade indígena e incentivavam as lideranças políticas, professores e comunidade a formalizar a organização da aldeia, através de partidos políticos.

Houve a necessidade de buscar uma alternativa para encontrar a maneira de solucionar a situação desejada pela comunidade. Assim, a comunidade começou a se organizar coletivamente, para entrar na disputa do pleito eleitoral no município de Tacuru (MS), no sentido de garantir um representante legal da comunidade, um vereador da aldeia Jaguapiré. Assim, de acordo com Verdum, De Paula e Pataxó, (2023, p. 321), o tempo das

articulações políticas municipais é definido em três: o tempo das prévias, o tempo da política e o tempo posterior às eleições.

> Se as articulações políticas que definem as coligações partidárias, os candidatos a prefeito e a vice e ao cargo de vereador começam muito antes – no período que podemos chamar de "o tempo das prévias" ou "o tempo dos bastidores" das eleições (que certamente já estão em curso em diversas localidades) –, "o tempo da política" propriamente dito implica uma dinâmica de mobilização do conjunto da população e, de forma mais intensa, entre lideranças e bases eleitorais. Esse tempo adquire concretude com o anúncio dos candidatos, o início dos comícios, as carreatas, os shows e os debates, a contratação e a confrontação de e entre cabos eleitorais, os churrascos patrocinados pelos candidatos, a distribuição de "santinhos" e camisetas, as denúncias de compra de votos e tentativas de impugnação de candidaturas, e uma diversidade de outras ações e eventos mais ou menos públicos, mais ou menos privados. Seu auge, como sabemos, ocorre no dia da votação, na apuração dos votos e sua divulgação pelos canais oficiais eleitorais. (Verdum; De Paula; Pataxó, 2023, p.321).

Nesta oportunidade, eu, por ter sido um dos protagonistas pioneiros na luta pela regularização da escola na aldeia e por ter realizado a formação da organização da comunidade em conjunto, tive a oportunidade de assumir a responsabilidade, perante a comunidade da aldeia Jaguapiré, de buscar a representatividade na Câmara Municipal, a partir de 2005. Até então, eu desconhecia o trâmite legal para sair candidato a vereador por partido político, mas esta se apresentou como uma das etapas que necessitávamos concluir para avançarmos nas questões que exigiam solução para as demandas da comunidade.

Desde o início de 2007, os presidentes dos partidos políticos do município começaram a filiar as pessoas no intuito de lançar candidatos que pudessem somar com seus partidos, buscando eleger uma pessoa da coligação. Havia vários partidos políticos no município para a filiação, porém, nós, indígenas do município de Tacuru (MS), ainda não tínhamos nenhuma opção partidária. Esta se apresentou como uma oportunidade para que todos os presidentes de partidos políticos pudessem filiar alguns indígenas mais esclarecidos, para que somassem votos, elegendo a pessoa já indicada pelo partido para ocupar a cadeira na Câmara Legislativa Municipal. Todos os presidentes tinham os mesmos discursos: "Você é um cara bom para se candidatar pelo meu partido", ou "Você poderia ser candidato pelo meu partido, tem chance de ganhar", eram as frases animadoras e incentivadoras que eles diziam para cada liderança indígena da aldeia Jaguapiré. Assim, foram feitos muitos convites, porém ainda estávamos imaturos para aceitar o convite para entrar num partido naquele momento. Teles (2017) afirma sobre os discursos dos políticos: "Quem produz todos os discursos que existem? Os próprios seres humanos, notadamente os que integram as elites econômicas, que forjam discursos que venham sempre lhes favorecer pecuniariamente" (2017, p. 34). Ou seja,

os grandes políticos exploram as pessoas que lideram os grupos familiares, no sentido de usar o discurso para escolher - “ele ou ela é forte para entrar na política” - uma escolha indicada apenas para compor o grupo partidário e depois se tornar candidato(a).

Certo dia, eu estava pregando uma folha de Eternit no teto da minha casa, quando percebi um carro de luxo se aproximar da minha pequena residência. Nesse dia eu estava correndo contra o tempo para terminar de cobrir minha casa, por isso não dei muita atenção àquela pessoa que tinha chegado à minha casa, ou seja, não desci para recebê-la, como de costume. Esse homem era muito amigo meu, uma pessoa de muita influência política no município de Tacuru naquela época, ele foi vereador por muito tempo e sempre conduziu a Câmara Municipal da cidade. Naquele momento, ele estava atuando como vice-prefeito de Tacuru, seu nome era Carlos Casarim (*in memoriam*), mais conhecido como Casarim. Retornando ao meu raciocínio sobre filiação partidária, que começa este parágrafo, esse amigo me surpreendeu naquele momento, pois notei que ele já estava subindo a escada e chegou ao meu lado, conversando comigo amigavelmente no telhado da minha casa. Após alguns minutos de conversa, o homem voltou para a cidade.

Naquela conversa recusei veementemente o convite para a filiação no partido dele, que era o PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro). Foi um convite quase irrecusável, pois ofereceu cargos futuros e recursos financeiros para campanha. Mas não aceitei, devido ao fato de respeitar a organização interna da aldeia, já que eu teria que levar ao conhecimento da organização e, caso todos concordassem, poderíamos todos nos filiar naquele partido, no sentido de fortalecer o grupo e aumentar a possibilidade de fazer um vereador indígena.

Na mesma noite estive pensando e analisando o quanto é importante uma filiação e uma representação da comunidade. Portanto, busquei força interior para compreender a situação e concluir a escolha de um partido para me filiar, porque foi necessário interpretar todo aquele discurso e concluir uma posição antes da decisão final. Teles (2017) analisa o discurso político da seguinte forma:

> Sem a interpretação, todos os discursos ficam incompletos. Isso, porquanto toda mensagem propalada por um emissor tem como alvo algum receptor ou vários. Nada é dito imotivadamente. Nessa perspectiva, como comenta Orlandi (2015), a incompletude discursiva (a não interpretação) torna o discurso sem início e ponto final definitivos, ou seja, quando não interpretados, alguns discursos transformam-se, nas mãos dos poderosos, em regras a serem cumpridas gramatical e literalmente. (Teles, 2017, p. 34)

Naquela ocasião notava que eu tinha o poder de decisão para avançar nas conquistas para a comunidade, impedindo, também, que os não indígenas aparecessem apenas com discursos prometedores na aldeia sem o comprometimento para cumprir. Tendo isso em vista, conclui a decisão de escolher um partido político para filiação, pois, também, a maioria das lideranças dos grupos familiares já vinha me incentivando para que eu pudesse ser o candidato para vereador no município, muitas lideranças.

Várias vezes reuniram-se na minha casa, solicitando que eu aceitasse a candidatura naquele ano de 2007, para concorrer a uma vaga na Câmara Legislativa Municipal. Então, finalmente aceitei a filiação ao partido do então prefeito naquela gestão. Nessas reuniões que as lideranças faziam na minha residência, eu explicava sobre o meu entendimento sobre a política partidária, que fugia do conceito de organização indígena interna, pois envolvia outros fins. Eu havia explicado a todos que a política partidária é uma organização diferente da organização estrutural interna da comunidade indígena e que, se todos estivessem de acordo com os objetivos comuns, deveriam resistir comigo até o final do pleito pela cadeira na Câmara Municipal de Tacuru (MS). Só assim eu poderia concorrer à eleição na Câmara municipal. Deste modo, a maioria das lideranças garantiu minha candidatura, com respostas positivas. Também escolhemos um partido para nos filiarmos em conjunto, de modo a garantir forças coletivamente na comunidade. Os critérios para esta escolha estão descritos no início do capítulo 3. Mas não levamos em consideração a linha programática do partido, porque o foco era eleger vereador e porque as ações do prefeito na aldeia estavam em conformidade com a população indígena.

Notei, então, que havia possibilidade positiva para a minha candidatura. Assim, em 2007, tive a honra de ser eleito pela comunidade, com 182 votos depositados em minha confiança. Fui eleito vereador pelo Partido Republicano (PR), sendo 22 o meu número de sigla, e 22147 o meu número de candidato.

2.5 **Conflitos na Comunidade que me Impulsionaram à Eleição**

A comunidade indígena da aldeia Jaguapiré sempre esteve em conflito constante entre os grupos das famílias extensas, com a disputa pelo poder de liderança na aldeia. Naquela ocasião, na Jaguapiré, o poder de capitania estava sob o comando de uma pessoa vinda de outra aldeia e se instalara em nosso *tekoha*. Motivados por divergências anteriores com a comunidade mais antiga da Jaguapiré, os moradores elegeram a pessoa do Sr. Vanildo Rocha (*in memoriam*) para liderar a aldeia. O conflito era entre a família extensa

Rocha com os demais grupos familiares dos antigos moradores da aldeia Jaguapiré, principalmente com a família dos Ximenes, fundadores da aldeia Jaguapiré, que não aprovavam o fato de que a liderança dos ROCHA beneficiava apenas os membros de sua família mais próxima.

A política interna me impulsionou ainda mais na eleição, devido ao fato de o Sr. Vanildo Rocha ter deixado a liderança, no cargo de cacique/capitão, para ser candidato a vereador junto comigo, pelo mesmo partido. Isto forçou os eleitores a votarem em mim, devido à rejeição que ele sofria enquanto estava como liderança na comunidade, pois a atitude dele não era aceita pela comunidade. Por essa razão, tive oportunidade de ser a opção mais favorável para os eleitores da comunidade da aldeia Jaguapiré, no dia da eleição.

Certamente estava sendo um ponto de inflexão que impulsionou os eleitores a fazerem escolhas certas entre o candidato A e B, entre escolher indígenas ou não indígenas. Mesmo assim, muitos eleitores votaram fora da aldeia, pois foram manipulados, como sempre, pela velha política dos brancos: a compra de voto. Estes votantes foram comprados ou enganados pelos não indígenas e terminaram votando nos candidatos da cidade.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE VEREADORES KAIOWÁ E GUARANI NO MUNICÍPIO DE TACURU (MS)

3.1 **A Eleição e a Vereança em Jaguapiré**

Antes da eleição, após decisão da maioria da comunidade da aldeia Jaguapiré, juntamente com as lideranças e professores, foi realizada uma parceria com o Prefeito municipal daquela gestão, sobre o partido político, e concordamos em nos filiar no mesmo partido em que ele estava filiado. A escolha não partiu da sigla partidária, mas pelo reconhecimento do trabalho prestado pelo Prefeito à comunidade. Como sua gestão era aprovada pela comunidade, a maioria das lideranças concordou com a filiação no partido do Prefeito, independente da sigla, pois não havia rejeição da comunidade em relação a este partido.

Nessa época, também já havia o vereador Ezaul Martins (da reserva Sassoró), que estava atuando como parlamentar indígena pelo município de Tacuru, naquela gestão. Ele incentivou a filiação ao partido, de forma unificada entre nós das comunidades das duas aldeias. Isso facilitou as alianças políticas entre lideranças indígenas e lideranças de partidos políticos da cidade. Desta maneira ocorreu o início da campanha dos candidatos a vereador no município de Tacuru.

Como já mencionei acima, no começo foi difícil eu aceitar ser candidato, porque, na minha trajetória até aquele momento, sempre atuava realizando reivindicações às autoridades sobre as necessidades da população indígena, exigindo direitos garantidos por lei. Mas, aos poucos, fui aderindo à prática de candidato a vereador para a comunidade. Até então estava fácil, porque a comunidade era favorável, mas depois, para ampliar a quantidade de votos necessários para alcançar a meta, foi um pouco mais difícil, mais lento, pois era necessário pedir voto para mim. Era mais fácil reivindicar para os outros do que pedir apoio político para mim. Porém, com o apoio de lideranças políticas indígenas e das lideranças políticas externas - incluindo o Prefeito municipal daquela época - me incentivaram, através de orientações e de resultados, com experiências políticas. Assim, consegui buscar os eleitores que estavam faltando para concluir a eleição.

Dessa forma começou a campanha política no ano de 2008 para a gestão de 2009-2012. Pelo regulamento exigido da Justiça eleitoral, os funcionários públicos que tivessem interesse em concorrer a uma vaga de vereador ou prefeito municipal teriam que estar afastados do seu cargo três meses antes da eleição para fazer a campanha política. Na

ocasião, a parceria com o Prefeito foi fundamental, porque era necessário fazer esse ajuste, devido à minha situação financeira particular, pois necessitava de recurso no final do mês para garantir o sustento da minha família em casa. Como eu tinha sido desligado da contratação da prefeitura, pude me manter através de doações de recursos oriundos das empresas que financiavam a campanha política.

A partir do mês de junho me afastei do cargo de coordenador de escola, que havia sido nomeado naquele ano de 2008. Outra pessoa foi escolhida no meu lugar. Naquele ano, a liderança/cacique da comunidade era o professor Onides V. Borvão, que tinha sido escolhido pela comunidade. Esse também foi um dos principais apoiadores na minha campanha política, o que garantiu minha eleição. O apoio da liderança sempre é fundamental quando se trata de uma comunidade indígena, e, naquela ocasião, todas as lideranças locais apoiaram o projeto de vereador para a câmara municipal.

Quando eu era vereador, Onides Velario Borvão, ex-cacique liderança da aldeia Jaguapiré, observou o seguinte, sobre como trabalhar pela comunidade:

> Ser uma liderança ou *tendota* Guarani e Kaiowá, a princípio é olhar nas coisas que a comunidade precisa; é para isso que existe as lideranças, para buscar recursos, em todos os setores, agricultura, educação, saneamento e correr atrás, porque não temos mais mata para buscar recursos próprios. Por isso que alguém tem que buscar recursos dos não indígenas e a liderança deve olhar em todos os lados, mulheres crianças e idoso.
>
> Nós temos político partidário e os não indígenas nunca ajudou a gente e eles vêm nos dias da campanha para passar mel nas nossas bocas, e eles não precisam de nós, precisa apenas de nosso voto, assim são eles. E nós somos diferentes e o vereador indígena também tem seu olhar diferente, sabemos que o vereador é legislador, mas o vereador indígena tem olhares diferentes, já sabe qual a necessidade da comunidade. A liderança deve incentivar a comunidade para produzir, por isso precisa de vereador para ajudar a comunidade produzir pra ele próprio, olhar na comunidade e nas crianças, no sentido de dar um sentido de continuidade de projeto, de modo incentivar os jovens e preparar para o futuro, e assim o vereador ajuda a melhorar o projeto para a comunidade de modo aumentar a produção na aldeia. E assim que trabalhamos juntos, quando você era vereador, e desde então continuaram prosseguindo com o mesmo projeto até os dias de hoje, você ajudava os agricultores e gerava emprego para própria aldeia. E deveria haver vereador de novo para a aldeia. Porque naquela época as coisas eram mais difíceis, mas trabalhávamos em conjunto, assim como os projetos que conseguimos trazer junto, muitos benefícios, casinhas, agricultura, energia, até hoje o trabalho continua em andamento mesmo não estando mais no poder.
>
> Tínhamos rezador naquela época que direcionava os nossos trabalhos e nos ajudava com sua experiência para seguirmos como fazer. E hoje já não existe mais nenhum rezador que ajuda o projeto nosso agora, e agora estamos fazendo as coisas apenas com as coisas que a gente sabe e conhece, não temos mais rezador que nos orienta, que nos indica, aconselha para agir, agora está em falta. Eu mesmo, aquilo que eu sei estou colocando em prática, mas sei que vou chegar ao limite, que depois não vou saber prosseguir o outro lado. Tínhamos muito diálogo, quando você era vereador os jovens tinham projetos não era somente o esporte, tinham variedade de ocupação, como música, esporte, tradição, entre outras coisas, assim diminuía muito a violência, que até hoje ainda continua na aldeia, como miss

> e mister na aldeia. Eles tinham ocupação na aldeia, são ações que realizamos na aldeia quando você era vereador. Naquele ano eram mais difíceis as coisas, mas parecia que tínhamos mais portas abertas de recursos e hoje está sendo ao contrário, tudo está favorável pra nós, mas parece que está sendo mais difícil de realizar ações na comunidade hoje. Cultura, por exemplo, naquele tempo praticava mesmo com seriedade e hoje está sendo mais difícil as coisas para fazer isso. Mas começamos projetos que vemos frutos disso até hoje. (Onides Borvão, 2024)

Liderança indígena é uma função voluntária para a comunidade, mas, naquela gestão, foi acordado com o Prefeito municipal que seu trabalho seria assalariado como professor, exercendo o cargo de liderança. Sendo assim, poderia exercer o cargo, sem faltar mantimentos na casa dele. Foi um acordo firmado entre nós e o Prefeito, antes mesmo da campanha política para eleição municipal.

Assim sendo, elaboramos planos e estratégias para garantir votos para a eleição. Assim tínhamos vantagem, porque a maioria das lideranças de vários grupos de famílias extensas estava atuando como funcionário da escola: vigia, inspetores de alunos, zeladoras, cozinheiras - todos articulados politicamente no início do ano da eleição, o que facilitou o trabalho de campanha política.

De acordo com as leis da natureza tudo tem seu preço e todas as ações geram reações. A minha caminhada de luta com a comunidade na qual estava inserido não foi diferente, estávamos trabalhando em conjunto, realizando ações positivas para a comunidade, com resultados concretos, algo que antes não existia na aldeia, sobretudo as conquistas realizadas para o coletivo. E a reação da comunidade da aldeia foi fortalecer ainda mais os trabalhos para continuarem as ações benéficas para todos. Dessa maneira ofereceram total apoio político à minha candidatura. Neste sentido, foi importante a criação de uma estratégia política para garantir a quantidade de eleitores e atingir a meta esperada.

O planejamento estratégico criado para traçar a meta eleitoral foi a convocação de lideranças chefes das famílias extensas para uma assembleia e conduzi-los para desafios maiores do que antes, rumo a um espaço desconhecido pelos indígenas. A ideia foi levar a marca e a presença indígena no território da política, um território imaterial que possui os seus condutores chefes antigos da política, cujo lugar era desconhecido por nós, visando, então, superar as barreiras e buscar novas conquistas, disputando de igual para igual entre indígena e não indígena. Precisávamos levar a comunidade a aderir à ideia, prosseguindo adiante, na garantia do direito, e obter voz na assembleia legislativa municipal, para pautar os interesses indígenas como prioridade, seja no âmbito particular ou no coletivo.

Assim foi realizado o preparo das lideranças da comunidade para reforçar a ideia e levar adiante o projeto em conjunto, sem que houvesse nenhum tropeço durante a campanha política, tendo em vista que haveria propostas irrecusáveis pela oposição no sentido de desviar a pessoa do projeto elaborado pelo coletivo.

As lideranças políticas de cada família extensa receberam orientações que pudessem servir de proteção contra os antigos políticos não indígenas dentro da sua família, no sentido de bloquear a ideia de brancos na tentativa de dominar os indígenas emocionalmente, no dia da eleição. As orientações foram as seguintes: - orientar os eleitores para pegar o dinheiro oferecido pelos candidatos não indígenas, mas, na urna, o eleitor vota no seu candidato indígena, da aldeia; - diálogo constante no grupo familiar, com entrega do número do candidato indígena, com foto; - levar a "cola" com o número do candidato, no dia da eleição; - focar no eleitor, ser mais amigo do seu eleitor.

Todas as lideranças da aldeia levaram essas orientações para o seu grupo familiar, instando a todos os membros da família a aderir ao plano estratégico eleitoral, criando uma identidade única, para reforçar o projeto da comunidade. Esse plano elaborado entre nós, lideranças, será mostrado adiante, no texto dos próximos capítulos.

Uma força conectada ao pensamento positivo de uma pessoa ligada, ao mesmo tempo, a várias pessoas, unifica a ideia e gera uma ação conjunta para finalizar um projeto em execução, seguindo planos elaborados anteriormente. Assim, a ideia foi gerada e apontou caminhos para alcançar os objetivos, sem olhar para o fracasso a ser encontrado. Dessa maneira, entramos em ação com toda a força unificada da comunidade na política.

Tendo em vista que havia mais candidatos concorrendo à mesma vaga, houve a necessidade de buscar alternativas de outros lugares para completar o espaço vazio que o plano mostrava para atingir a meta. Neste sentido, foram elaborados outros planos estratégicos, para buscar eleitores de outra aldeia para inserir no projeto e, assim, aumentar o número de eleitores que faltava para garantir a eleição. Para este fim, foram deslocadas as equipes de simpatizantes e companheiros para outra aldeia do mesmo município, chamada Sassoró. Embora nesta aldeia também houvessem candidatos pelo mesmo partido, ou candidatos de oposição em relação à minha coligação, fomos adiante em busca do resultado esperado. Insistentemente percorremos a Reserva Sassoró e obtivemos respostas positivas dos principais líderes daquela aldeia; alguns com respostas não esperadas, porém, na maioria dos casos, recebemos apoio com sucesso.

Naquele momento da campanha política, a aldeia Jaguapiré caminhava bem com os frutos dos trabalhos prestados, devido ao preparo anterior, que as lideranças conquistaram com a equipe de professores que atuavam naquela época. Por essa razão, a campanha política foi favorável à nossa equipe. Há que se levar em conta que, entre retomada e reserva, há um conceito diferente, sob o ponto de vista dos moradores de cada aldeia. Portanto, algumas comparações facilitaram totalmente o apoio dos moradores da Reserva Sassoró na nossa campanha eleitoral.

Um exemplo disso foi o fato de Jaguapire ser uma comunidade de retomada e estava colhendo bons resultados em termos de benefícios para a comunidade. Isso foi fundamental para as famílias concordarem com o nosso plano futuro, pois havia uma diferença na distribuição de recursos para a comunidade, na comparação entre Jaguapiré e Sassoró. Mesmo que não fosse muito, os recursos do governo para Jaguapiré, por ter uma quantidade menor de população, eram mais visíveis no aproveitamento, de modo que o discurso sobre melhorias e desenvolvimento para a aldeia, era derivado, na prática, da forma de organização da aldeia Jaguapiré. Havia facilidade de mostrar o trabalho realizado em conjunto na aldeia Jaguapiré, em todas as áreas - educação, saúde, agricultura, cultura, e esportes - com toda a comunidade. Além disso, inspirados com os resultados mostrados, algumas famílias da reserva Sassoró também aderiram ao nosso projeto de vereança, o que ampliou a ideia e reforçou a meta para atingir o objetivo da eleição.

Neste sentido, caminhamos lado a lado na expectativa de dias melhores para a qualidade de vida dos indivíduos e dos coletivos. Mostramos às pessoas a maneira de reduzir os problemas existentes no local, como: falta de óleo diesel para agricultura e de implementos agrícolas, mais professores indígenas na escola da aldeia, gestores indígenas, moradia com casas populares, valorização da cultura e de esportes, visando igualar os níveis de bem-estar em que os grupos ou pessoas individualmente se encontravam naquele momento. Este foi um trabalho realizado pela família Garay *Kuéra* - um conjunto que formou a base de sustentação política para a conquista voto a voto, composto também por grandes lideranças da aldeia, incluindo a liderança cacique-capitão daquela época.

Assim, foi realizada a campanha política nas duas aldeias - Sassoró e Jaguapiré. Foi um plano bem elaborado, com um propósito bem definido, que alcançou resultado positivo, a meta esperada. A campanha política partidária pode até confundir os adversários políticos, levando-os a concordar com aquilo que o outro grupo propõe, no

sentido de aderir ao projeto e conquistar o eleitor. De maneira leviana, é possível dizer que há uma estratégica manipuladora com relação ao eleitor.

Aconteceu um fato interessante durante a minha campanha política naquele ano, que, a meu ver, ajudou-me a garantir mais votos. Cada candidato, naquela campanha política, tinha o direito de ter três cabos eleitorais, pessoas escolhidas pelo candidato para trabalhar para ele. Ocorreu que, numa reunião, houve um equívoco de uma pessoa que era cabo eleitoral, na hora de finalizar o seu discurso. No término das falas na reunião, foi dada a palavra ao nosso companheiro da aldeia, o candidato a vereador, Sr. Vanildo Rocha (*in memoriam*), que discursou solicitando votos ao seu número como candidato da aldeia. Assim prosseguiu e finalizou com a última mulher que era seu cabo eleitoral, a qual nos surpreendeu ao finalizar a fala, indicando o meu número de candidato no palanque. Ela disse: *"Pe votake anga número 22147*"("votem no número 22147"). Ao perceber o erro, na sequência repetiu o número do seu candidato. Este mesmo candidato, no final da eleição, confessou ter votado em mim, assim também algumas pessoas de sua família. Isso foi um reforço na minha campanha eleitoral naquele ano de 2008.

Durante a campanha política, nas idas e vindas em busca de agregar mais alianças políticas, enfrentamos dificuldades nas idas à outra aldeia, devido à distância percorrida, mas, ainda assim, tivemos o resultado esperado no final.

Outra estratégia que usamos foi que, quando se aproximou a finalização da campanha política, a comunidade da minha aldeia se preocupou em trancar a entrada na aldeia, literalmente, dos não índios, para impedir a compra de votos de outros candidatos. Assim foram criadas, nas duas aldeias, uma espécie de barreira que impedia a entrada de pessoas estranhas durante a campanha política. Aliás, foi acordado com as lideranças, que pudessem entrar na aldeia apenas em alguns horários - entre a manhã e a tarde, até, no máximo, às 16 horas.

Nesta condição ficou complicado até a minha entrada na aldeia Sassoró, porque, como se tratava de candidato externo, eu também fui impedido de entrar na outra aldeia, para concluir minha campanha política eleitoral, porque as lideranças da aldeia Sassoro entenderam que, como também estavam buscando a eleição de vereador para a reserva, deveriam impediram a minha entrada, já que sou morador de outra aldeia. Mas nem por isso meus eleitores de Sassoró foram impedidos de votar em mim.

No dia da eleição apareceu na aldeia uma pessoa de extrema importância para o povo daquela comunidade, que estava fora buscando seus estudos. Naquele momento, a pessoa ajudou, reforçando a importância de um indígena na Câmara e, por isso, deveriam votar no candidato indígena.

Tudo ocorreu normalmente naquele dia e todos foram votar de acordo com as orientações recebidas. Todos nós, eleitores da comunidade, nos deslocamos para realizar o voto na urna eletrônica na cidade. A maioria dos indígenas que possuía título de eleitor foi para a cidade; assim que terminaram de votar, retornaram para a aldeia e alguns passaram na minha casa dizendo que já tinham votado e com o número certo.

Quando faltava algum tempo para encerrar a votação, fui votar com minha esposa e, depois da votação, ficamos na rua da cidade aguardando o resultado da urna. Na rua havia uma expectativa grande dos eleitores das duas coligações que disputaram a eleição naquele dia, entre prefeitos e nós candidatos a vereadores. Assim, estávamos dentre a multidão, esperando, era como se eu estivesse perdido na selva, não sabia exatamente o que estava acontecendo. Por volta das 19 horas, o resultado já havia sido divulgado pelo TSE de Iguatemi, porém ainda estávamos esperando algo concreto. Depois de alguns minutos olhando para o movimento das pessoas na rua, um senhor que era assessor de governo do Prefeito que também estava disputando a reeleição naquele ano, me encontrou e me parabenizou pela vitória. Eu estava tão ansioso, que não entendi exatamente o que era, e a minha esposa, então, com dúvidas, perguntou - “Será que você ganhou?”; respondi que talvez fosse positivo. Mas continuamos na rua, aguardando o resultado oficial, ou uma espécie de confirmação de outras pessoas. Eu estava com um aparelho celular que não parava de tocar, eram as pessoas que tinham ouvido a confirmação dos vereadores eleitos através da rádio da região, quando eu ainda estava em dúvida. Passadas algumas horas, por volta das dez horas da noite, veio o resultado final, nas mãos das pessoas que cuidaram da nossa campanha; elas subiram no palco, no meio da multidão, e confirmaram os eleitos na Câmara Municipal, pois a reeleição do nosso Prefeito já estava divulgada muito mais cedo pelos coordenadores do projeto.

Assim, voltei para a aldeia com a resposta da eleição: eu, Alfredo Martins Garay, eleito pelo partido do PR (Partido Republicano), em 2008, com 182 votos.

3.1.1 A Relação com as Parentelas e com a Capitania

A organização interna da política na aldeia é complexa, tem a sua estrutura pensada de forma conjunta, a partir do entendimento entre grupos, atrelados aos interesses coletivos de grupos familiares. O conjunto de famílias na aldeia é resultado da junção de vários *tekoha* (aldeia tradicional) que existiam ao redor da aldeia. Por isso, existem várias famílias extensas de outros lugares diferentes da região, com características e conhecimentos próprios. Ainda que sejam da mesma etnia, possuem diferentes maneiras de pensar e de agir. Normalmente, as eleições geram conflitos de opiniões na aldeia, porque, pela hierarquia tradicional indígena, sempre o mais velho é visto com mais sabedoria e como mais experiente, por isso tem o privilégio de indicar aos mais jovens e orientá-los como agir no território em que está inserido. E, de acordo com essas orientações, muitas alianças políticas são inaceitáveis dentro de grupos familiares extensos, devido às orientações recebidas dos anciões através dos líderes de cada grupo. Isso garante a continuação da organização familiar intacta, mantendo a tradição e a identidade de cada família extensa. O discurso bastante comum nessa ocasião é "*Ore rodesidi jepema rovota haguã"* ("Nós já decidimos em quem votar") e dificilmente um membro da família se posiciona contrário àquela decisão da maioria.

Durante minha gestão como vereador, a comunidade foi contemplada com uma patrulha mecanizada, pelo governo estadual, através de uma emenda parlamentar de um deputado federal, entregue na prefeitura municipal de Tacuru (MS). Entretanto, houve restrição, primeiramente por parte do poder Executivo, que não queria entregar na íntegra a máquina para a aldeia, por várias razões alegadas. O primeiro motivo era que a comunidade indígena da aldeia sempre criava conflito por causa do trator. Cada grupo familiar extenso queria sempre estar com a posse do trator para beneficiar sua família. Normalmente, a posse do trator ficava nas mãos da liderança principal cacique/capitão da aldeia, pois ele priorizava o atendimento dos membros da sua família mais próxima sobre qualquer recurso adquirido para aldeia, e os outros da comunidade ficavam para o atendimento em segundo plano. Isso, então, normalmente gerava conflito na comunidade. Muitas vezes o conflito incluía o poder Executivo também, porque se tratava de um patrimônio da Prefeitura. A pergunta, até mesmo da própria comunidade e de lideranças, era com quem poderia ficar o trator na aldeia, que não causasse divisão entre grupos familiares.

Outro motivo convincente para as lideranças da aldeia deixarem de receber a máquina foi a questão de recursos financeiros para a sua manutenção, pois, segundo o executivo, seriam muito altos os valores necessários para isso. E, realmente, esses motivos levaram as lideranças a acatar a decisão do Prefeito municipal, pois, se mantivessem o trator na Prefeitura, ela poderia cuidar da manutenção da máquina, sem custo algum para a população indígena, colocando à disposição para uso dos indígenas, em qualquer momento. Por outro lado, o Executivo também poderia usar a máquina todas as vezes que necessitasse fazer serviços no município, assim como para os assentados, pois a posse não era totalmente dos indígenas, mas sim da Prefeitura.

Um acordo foi feito entre as lideranças e o Prefeito municipal, de que a aldeia deixaria de receber a máquina, devido aos motivos apresentados acima. Porém essa decisão não afetou a organização da equipe, pois era consenso de todos, naquela ocasião. A máquina foi um complemento que ajudou a execução do projeto de lavoura na aldeia e acelerou o processo de plantio na comunidade. Foram realizadas as plantações em tempo hábil, assim a comunidade obteve resultados positivos ainda melhores.

Ainda que a comunidade estivesse com toda a organização estruturada, sempre havia pessoas insatisfeitas com o resultado das ações realizadas. Mas a cada fase das ações, o trabalho na comunidade avançava e tinha resultado positivo. As lideranças continuavam fazendo o trabalho de indicações junto ao vereador, na Câmara municipal, para ampliar recursos na aldeia, com o intuito de aumentar desenvolvimento na comunidade. Mas muitas instituições tinham barreiras burocráticas que dificultavam a entrega de recursos diretamente para a aldeia, pois seria necessário formalizar uma instituição para esse fim.Assim, foi fundada a primeira associação dos moradores da aldeia, com a finalidade de receber recursos diretos na aldeia, oriundos de instituições dos governos estadual e federal.

Esta Associação foi fundada com todas as normas exigidas por lei, cujo recurso foi adquirido em parceria com a própria Prefeitura municipal, incluindo até a parte jurídica para validar o processo, entre outros atos necessários. Quando a situação da Associação estava legalizada, veio outra barreira que impedia a entrada de recursos públicos direto na aldeia: pela regra: a Associação deveria estar ativa, no mínimo, por dois anos no mercado e com lei de utilidade pública municipal aprovada pela Câmara Municipal e, também, somente depois de dois anos de obter a lei estadual de utilidade pública, que habilita a associação a receber os recursos do governo direto na comunidade, assim como as emendas parlamentares. As lideranças buscaram a aprovação dessas leis. No entanto, essas exigências

praticamente inviabilizaram a aquisição de recursos diretos para a comunidade. Isso prejudicou o resultado do projeto e, normalmente, nessa condição, o indígena (no caso, o vereador) ficava com a culpa pela falha de uso do recurso público.

Essa associação criada na aldeia resultou pouco proveitosa para a comunidade, pois era uma instituição sistematizada pelo padrão de sociedade não indígena, que o indígena estava buscando aprender, especialmente a burocracia estatal. Trabalhar com recursos públicos barrou o comprometimento da entidade com a comunidade e dificultou ainda mais a possibilidade de aquisição de recursos financeiros para a aldeia, levando ao fracasso da associação nos anos posteriores.

Na continuidade da busca de recursos, as lideranças incansavelmente procuravam alternativas para solucionar os problemas da aldeia. A questão da agricultura estava sob controle, com o projeto em andamento, assim como a educação escolar indígena estava funcionando razoavelmente bem. As lideranças da aldeia iniciaram a solicitação de melhoria das condições de moradia e iniciaram o pedido de casinhas ao governo estadual, porque os recursos naturais para fazer as casas tradicionais indígenas estavam diminuindo na aldeia, e outros estavam em processo de recuperação. Portanto, houve necessidade de buscar essa parceria, juntamente com o vereador e o prefeito municipal que atuavam naquela gestão, para encontrar uma solução para este problema.

Naquela ocasião, o governo estadual estava com um programa de habitação, quando disponibilizava recursos para casinhas populares para os municípios e, em contrapartida, o Prefeito municipal deveria entrar com o terreno. Neste caso, as lideranças, o vereador e o prefeito reivindicaram casinhas populares do programa de habitação estadual.

Como haviam sido destinadas pelo Estado algumas casinhas populares para o município de Paranhos (MS), e o prefeito municipal daquela cidade estava com dificuldade de executar o programa, tanto na área urbana, como nas aldeias daquele município, assim sendo, o recurso ainda estava disponível e poderia ser transferido para outro município.

Então nosso município foi contemplado pelo programa e o recurso foi transferido de Paranhos para Tacuru, fazendo com que as lideranças da nossa aldeia obtivessem êxito na reivindicação. A aldeia Jaguapiré foi contemplada pelo programa do governo estadual com dezessete casinhas populares, naquela ocasião. O motivo alegado pelo governo para impossibilitar a execução daquele programa habitacional nas aldeias de

Paranhos foi a questão da regularização de terra indígena, mas a aldeia Jaguapiré já estava com a posse regularizada pelo processo de demarcação de terras da União.

Este resultado trouxe melhorias na moradia de alguns moradores da aldeia, mas trouxe indignação para outros. As lideranças e o vereador anunciaram o programa para a comunidade indígena, com critérios para as pessoas serem beneficiadas, escolhidos pelas próprias lideranças da aldeia. A ideia principal das lideranças foi beneficiar, primeiramente, as pessoas que ajudaram a fundar a aldeia, as que participaram da retomada da aldeia Jaguapiré, entre outros que seriam pensados para a distribuição das casinhas na aldeia. Foi feita uma reunião com a comunidade e decidido desta maneira. Porém houve problemas no cadastramento oficial das pessoas escolhidas, pois algumas não conseguiram regularizar os documentos para receber o benefício, e o prazo era pequeno. Por isso, aqueles que tinham sido escolhidos perderam o benefício das casinhas. Como resultado disso, formou-se um clima de conflito e tensão na comunidade. A Sra. Micaela Vargas, anciã da aldeia Jaguapiré, queixou-se: "*Mba'exala ore apegua tuja... oremboyketa*? *Umi ou akue kokue hete katu pemotenonde?* ("Como vão deixar de fora a gente mais antiga daqui? E os outros que chegaram por último serão atendidos primeiro?") Mas o programa teve sucesso na comunidade.

Na política interna da aldeia, os indígenas desconsideram totalmente o sistema de partidos políticos externos, porque a política interna da comunidade tem a sua estrutura organizacional própria, com visões diferentes, baseadas nas origens cosmológicas dos pensamentos de cada grupo familiar extenso, que torna uma política saudável e própria, porém, disputada e conflituosa. Esta é uma marca forte da comunidade para as autoridades externas.

> Quando falamos de povos indígenas, estamos debatendo uma população que tem como marca central a heterogeneidade sociocultural, cosmológica, fundiária, ambiental, histórica etc. e, portanto, também a experiência acumulada na interação com os nãos indígenas no campo da política partidária. (Paula, 2023, p. 334)

Explicar essa divisão de pensamentos entre as lideranças é complexo, porque cada grupo vem de uma localidade diferente, com visão de mundo formalizada naquele contexto em que habitava anteriormente. Por isso, quando acontece desencontro de opiniões entre grupos familiares gera uma reação diferente quando se trata da liderança de grupos, porque cada grupo já possui o líder natural que, geralmente, não aceita a subordinação de outros familiares.

No passado, historicamente, o indígena que não aceitava a condição de hierarquia familiar simplesmente mudava de lugar com a sua família nuclear pequena e formava outra aldeia, e, no decorrer do tempo, voltava a visitar sua família extensa. Mas esta prática atualmente se tornou impossível, exceto para aqueles que se mudam para outras aldeias ou reservas já existentes na atualidade. Assim, a política interna da comunidade se tornou muito mais complexa diante das situações conflitivas na comunidade.

O ex-vereador de Sassoro, Dilson Duarte, comentou sobre a política na aldeia:

> A sociedade branca tem a sua diversidade política, e já a nossa é tradicional único não existe partidário. A política guarani e kaiová não possui a hierarquia, mas possui os seus auxiliares para que possa ajudar o tendotá (líder), de modo opinar que se possa chegar ao senso comum e servir a ideia para todos. Os caciques tinham os seus membros que ajudavam na organização. E já os brancos tem interesse diverso, para eles esquerdo é liberdade, direita defende o interesse do capitalismo. Os indígenas formam ideia transformadora que vai ajudar a toda a coletividade, e a política dos brancos possuem direita e esquerda. (Dílson Duarte, 2023)

Também o professor Natanael Vilhalva (2023) entende que "a política dos brancos, na visão indígena, é política autoritária e a política dos Guarani e Kaiová é liberdade, não é riqueza, é receber e distribuir as coisas tudo na mesma proporção".

Uma característica das mais disputadas na comunidade, quando se trata dos conflitos de lideranças políticas na aldeia, é a qualidade da pessoa, que deve ser morador de família tradicional da Jaguapiré. O fator principal de conflito sempre foi a escolha dos representantes entre os grupos familiares mais antigos da aldeia. Os moradores novos geralmente são impedidos de serem candidatos como representantes da comunidade, quando há eleição para a escolha de liderança local.

Por outro lado, existem também as influências de partidos políticos na aldeia, em todas as eleições municipais de Tacuru. Os indígenas são eleitores comuns como quaisquer cidadãos brasileiros, e exercem sua função de cidadania brasileira escolhendo o seu representante nos órgãos representativos. Existem, também, indígenas interessados em participar da campanha política partidária e, normalmente, muitos são influenciados pelas lideranças políticas do município, como prefeito, ex-prefeito, vereadores e ex-vereadores do município.

Nessa política há diferença na escolha do representante municipal, relacionada ao poder aquisitivo que cada candidato possui, seja indígena ou não indígena. Segundo o ex-cacique/capitão da aldeia, Sr. Onides V. Borvão: "Assim existem também os

políticos partidários, que são diferentes de nós, só vêm nos dias da campanha política na aldeia e se fazem como indígenas também, apenas para ganhar os votos dos indígenas. Traz cestas básicas prontas para aldeia e não traz as coisas para produzirmos".

O indígena também está inserido no sistema político convencional adotado pela velha política tradicional dos não indígenas, através da compra de votos dos eleitores. Principalmente daqueles indígenas que ficam fora das disputas de poder político dentro da comunidade; estes buscam alternativas para garantir o espaço territorial, através da política, votando em não indígena, por alguns benefícios adquiridos junto ao candidato não indígena. Diante da situação contextual externa da comunidade, isso traz uma crítica para a organização das lideranças no momento atual na comunidade, porque, para a pessoa do indígena, é apenas uma das alternativas encontradas para se opor e garantir o seu espaço territorial como poder de decisão individual, contrapondo-se diante da organização imposta pela liderança na aldeia.

Dessa maneira ocorrem as disputas por espaços territoriais imateriais na política indígena, seja interna ou externamente na comunidade, uma disputa entre os candidatos indígenas e não indígenas.

Numa família extensa há uma opinião formal sobre a escolha da pessoa a ser votada, pois está dentro de cada grupo um pensamento coletivo que rege as decisões de forma hierárquica, dos mais velhos aos mais novos, para a escolha do candidato às eleições. A decisão da liderança deste ou daquele grupo deve ser respeitada entre os familiares. E, por isso, às vezes, a decisão do grupo sobre a escolha do candidato não responde à expectativa esperada no grupo. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento, que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistência, produzindo constantes conflitos.

Para a maioria dos indígenas da aldeia Jaguapiré, o político indígena deve ser o responsável em fornecer tudo o que cada um necessita, como objetos materiais e imateriais. Os indígenas esperam que o político vereador possa resolver as situações, sobre quaisquer circunstâncias. Entende-se que foi eleito para solucionar problemas individuais de cada um. Entretanto, o representante legal do momento encontra dificuldade neste sentido, pois o recurso não é suficiente para todas as necessidades da comunidade, ou seja, para seus eleitores. Isso torna os eleitores indígenas revoltados com muita facilidade, geralmente contrariando o seu próprio parlamentar do município: o vereador. Nas palavras do ex-cacique capitão, Onides Velario Borvão (2023), quando eu atuava como vereador:

> Isso é na aldeia uma coisa natural, nós temos conflito na aldeia, falta de união total, sempre tem aqueles que tumultuam a situação e aumentam o conflito na aldeia, afetando a questão de organização das lideranças. Muitas vezes as pessoas entendiam que o vereador se beneficiava do recurso que vinha para a comunidade. Mas, com muita luta nossa, conseguíamos alguns benefícios para a comunidade. Os grupos pessimistas geravam mais pontos negativos sobre os trabalhos realizados e espalhavam para a comunidade ideias falsas, que atrapalhavam o andamento do projeto. Também faltaram mais alguns reajustes para continuar o projeto.

Notadamente, existem dois fatores em ação nessa condição: o território material e imaterial. No território material destaco a aquisição de materiais para os eleitores, para sanar as inúmeras necessidades de todas as pessoas ou grupos familiares. Os pedidos mais frequentes na comunidade são: cobertura de eternit, cestas básicas, combustíveis, peças de encanamentos para água, entre outras coisas que aparecem todos os dias.Também existe a demanda por empregos nas áreas da educação, saúde e agricultura na aldeia.

A disputa de espaço territorial imaterial entre a comunidade indígena e o parlamentar indígena é quanto ao modo de agir conforme a visão indígena, porque o vereador é uma figura nova na organização interna da comunidade, portanto é visto de maneira tímida pela população indígena, e ainda permanece sob a subordinação da liderança/cacique da aldeia. No entanto, a comunidade o reconhece como um verdadeiro executivo municipal (prefeito) da aldeia. O seu poder é limitado a legislar e agir com a comunidade, de acordo com suas necessidades e reivindicações. O eleitor indígena, quando é negado o seu pedido, geralmente se torna um adversário político do seu vereador, situação que, normalmente, causa conflito no grupo familiar.

As autoridades externas, como os vereadores, prefeitos e outras instituições governamentais ligadas à questão indígena têm olhares diferentes sobre ela, por isso requer ainda mais união entre os grupos familiares no sentido de ficarem mais resistentes e fortes, politicamente. Os não indígenas entendem que os indígenas ainda estão na fase inicial do processo da política partidária. De fato, há uma falta de preparo mais eficiente da parte da organização indígena para responder a toda a expectativa esperada pela comunidade, pois o sistema utiliza o modo convencional de escolha de pessoas através de suborno, durante as eleições, que atinge o lado das emoções dos indígenas. Mas, no contexto atual, aos poucos está reduzindo esta prática entre indígenas e não indígenas.

As filiações de lideranças indígenas a algum partido geralmente acontecem de acordo com as influências de políticos externos, para assegurar um cargo de emprego, ou devido ao benefício concedido anteriormente, que faz com que o indígena se filie a um

partido quase por obrigação, o que contraria o modo tradicional do povo indígena. Sem perceber, o indígena se torna um dos membros do partido, cujos dirigentes desconhecem o lado verdadeiro dos povos originários e até tem um posicionamento contrário à questão indígena.

É sabido que, no Mato Grosso do Sul, existe uma forte articulação dos setores ruralistas, que dominam a política e os partidos e que se posicionam contra a autonomia indígena de forma geral e, em especial, contra os seus direitos territoriais. Paralelo a isso, existe um forte preconceito contra os indígenas, considerados como primitivos e atrasados, arruaceiros, invasores de terra, etc. Essa é uma situação com a qual o vereador e as lideranças indígenas têm de lidar no dia a dia da relação com as instituições, principalmente com os políticos dos partidos, os funcionários da prefeitura etc. Isto exige muita habilidade do indígena. E, nesse enfrentamento, os indígenas usam de estratégias para superar essas dificuldades, como: tornarem-se parceiros de grupos partidários, para que haja uma boa relação no município entre indígenas e latifundiários. Por exemplo, nas datas comemorativas do "dia do índio", os fazendeiros fazem doações para a aldeia, no sentido de demonstrar uma convivência harmoniosa com os indígenas ou, até mesmo, para esconder a situação de conflitos nos territórios indígenas do município.

O senso comum na comunidade é de suma importância, que é de unificar o pensamento, alinhar-se em direção a uma nova perspectiva de organização política interna pois beneficiaria a maioria da comunidade, direta ou indiretamente. Isso facilitaria o trabalho de qualquer líder que estivesse diante da comunidade como responsável pelo grupo.

Assim, pois, iniciei o trabalho com a comunidade da aldeia Jaguapiré e, também, com a comunidade da aldeia Sassoró, coletivamente, entrosado na luta pelo interesse destas comunidades. Uma tarefa difícil, inicialmente, foi solucionar muitos interesses das comunidades, pois muitos canais de recursos estavam fechados para esta população, ainda que houvesse uma boa organização nas aldeias. Esta condição é resultado da herança do sistema colonial português sobre os povos indígenas, com a discriminação total contra eles. São barreiras enfrentadas pelos líderes indígenas, independentemente de serem parlamentares ou não, pois é uma ideologia que pesa sobre os indígenas, que ainda estamos superando, de maneira gradual.

O conceito de poder de um vereador, para a comunidade indígena, é diferente do conceito de poder de um líder natural da comunidade indígena. Para a maioria

dos indígenas, o vereador é uma pessoa que ganha muito dinheiro e que tem a obrigação de retribuir esse valor, a qualquer momento que necessitem. Entendem que há um recurso disponível para o vereador, a ser utilizado em qualquer circunstância. Trata-se de uma visão distorcida por pessoas não indígenas para a comunidade, justamente para denegrir a imagem do vereador indígena, buscando ganhar votos na próxima eleição, resultando na divisão de votos dentro de um grupo familiar extenso. O vereador é visto, então, pela comunidade, como aquela pessoa que tem o poder de executar as ações desejadas pela comunidade, desde o menor até o maior interesse.

De fato, muitas ações são conquistadas para a aldeia, mas de forma conjunta, que vêm das ideias coletivas da comunidade, liderança e professores, porque uma ideia é compartilhada entre todos e é absorvida e decidida pela maioria, como prioridade coletiva, gerando a necessidade de execução daquela ação. Neste caso, ganha a força conjunta da comunidade. Isto impacta a autoridade executiva e torna o resultado aprovado, beneficiando a comunidade com o sucesso esperado. Este, normalmente, se torna um projeto de ações dentro da terra indígena, fruto da organização coletiva, com pensamentos positivos e com muito sucesso. Isto abre caminhos para a juventude indígena ter um olhar diferente, com o intuito de aproveitar as oportunidades existentes, advindas de direitos constitucionais, para conquistar o próprio espaço, num território extremamente cobiçado pela sociedade, principalmente não indígena.

Devido à existência de um espaço imaterial no território não indígena, há confronto de pensamentos com a sociedade envolvente. Todas as ações geram uma reação, pois, quando há uma ação de grande importância para a comunidade indígena, causa, inevitavelmente, uma divergência de opiniões na sociedade do entorno municipal, como, por exemplo, a escolha de gestores indígenas, investimentos de obras na escola da aldeia, implementos e maquinários na aldeia e entre vários outros recursos. E isso a sociedade não indígena tem dificuldade de aceitar, uma vez que, até então, os recursos públicos só beneficiavam os brancos, seja na cidade como no campo. Esse território imaterial da política, que também envolve a sociedade indígena diretamente, quando é conquistado, torna-se muito valioso para todos, inclusive para a sociedade não indígena.

A verdadeira atividade de um vereador no município é ser o fiscalizador, legislador, ou seja, a pessoa que tem a responsabilidade de elaborar leis aos munícipes para garantir os direitos da população, inclusive dos indígenas. Mas há muito caminho ainda a ser percorrido para concretizar esse entendimento na comunidade.

A comunidade indígena, no contexto geral, começa a visualizar um conjunto de ferramentas que abrem caminhos para buscar soluções às barreiras enfrentadas no cotidiano, aos problemas enfrentados pela comunidade, que são negociáveis no território político partidário externo. Um acordo político entre lideranças políticas da aldeia teria a possibilidade de solucionar, minimamente, uma questão emergencial da comunidade indígena, cujo interesse fosse coletivo. No entanto, esse fato só seria colocado em prática, se a organização indígena fosse estruturada formalmente na terra indígena. A possibilidade disso existirá somente quando houver uma aliança política entre as lideranças tradicionais indígenas, internamente.

3.1.2 A Relação com os Partidos

Após minha eleição, iniciou-se outra campanha entre os vereadores eleitos naquele ano. Dentre os nove eleitos, incluindo eu, teríamos que formar maioria na Câmara Municipal para fazer a escolha do presidente do legislativo. Antes desta disputa, houve um período de busca de parceria outra vez, entre os vereadores eleitos: cada interessado teria que conquistar votos de outros colegas eleitos, para chegar à presidência. Esta disputa sempre é concorrida, pois é uma espécie de segundo poder depois do prefeito, no município, por isso sempre existem pessoas interessadas neste cargo. Assim, durante dois meses ocorreu essa articulação política entre os vereadores eleitos. Eu, porém, por ser uma pessoa que ainda precisava aprender muitas coisas na casa de leis, estava analisando a situação, para formalizar uma opinião. Então, os interessados pela presidência da Câmara me procuraram para uma conversa amigável e para a possibilidade de somar com eles.

Durante esta articulação política dos vereadores eleitos, eu percebia que havia divergência de opiniões e interesses particulares sobre o cargo de presidente da Câmara. Concluí, portanto, que havia uma disputa de poder acirrada para presidir a Câmara Municipal. Naquela disputa havia dois lados interessados: alguns dos recém-eleitos foram se aliando aos vereadores mais antigos, já reeleitos várias vezes no município de Tacuru, que sempre conduziram a Câmara Municipal nos anos anteriores. Nesta disputa, eu, como vereador, tive que compreender a situação, buscar parcerias com pessoas experientes, para tomar minha decisão, cujo mandato na presidência valeria por dois anos.

Na mesma época, um colega professor, Ezaul Martins, que era indígena morador da aldeia Sassoró, também foi reeleito vereador. Fui procurá-lo para esclarecimento sobre o assunto. Depois de alguns dias, ele se aliou aos demais vereadores eleitos pela primeira vez, e me procurou, juntamente com outros colegas. Naquela reunião foi traçado o plano de manter o grupo até o final da disputa pela presidência, sem escolha de nome. Percebi, porém, que tudo já estava predefinido, que deveria ser indicada uma pessoa reeleita pelo segundo mandato.

Nas palavras do ex-vereador Ailton Milani Granjeiro:

> Na verdade o apoio ao Ezaul... ele veio de uma, de mania que tinha um político aqui em tacuru, né? que já tocava aqui a câmara por aproximadamente quase vinte anos, né? Trocava só entre dois, entre duas figuras políticas, no caso, que seria na época o Valmir e o Pedrinho e, quando a gente se elegemos, nois tínhamos ali dois indígenas que seria, né, o Ezaul e você, né, Alfredo? Então fizemos aquela articulação até na verdade, na verdade até partiu de mim porque eu tomei iniciativa assim, ne! Procurando finado Paulo Melo [foi vereador junto na mesma gestão - *in memoriam*] pra que nois fizesse uma articulação de tirar essa mania de muitos anos, de duas figuras políticas, né! Aí, como a gente sabia que tinha dificuldade de nois receber votos por ser de uma ala de oposição, aos que tava! Nois fizemos o quê! Nois chamamos vocês dois que seria os dois indígenas, né, e ouvir a possibilidade da gente tomar a câmara e, colocando o projeto com Ezaul ou com você, foi citado isso ai você também na época, você sugeriu na época que fosse o Ezaul, ne! Então, assim! Fizemos aquela manobra, aquela articulação que deu certo, na verdade, aquilo lá fez com que viesse um crescimento muito grande na representação indígena no município, ne! E tivemos até um sucesso muito grande naquela questão da língua guarani, né! Que foi um projeto de vocês e a gente apoiou também, então, assim, foi uma oportunidade de nois faze uma mudança política, quebrá um ciclo que vinha de muito longo, com a figura do Ezaul. (Entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2024).

Passados alguns dias, o grupo do outro vereador, que já foi eleito várias vezes por Tacuru, também me procurou com a mesma intenção, com o objetivo de formar parceria para votar nele no dia da escolha de presidente da Câmara Municipal de Tacuru. Neste contexto, o Sr. Valmir Otilio da Silveira me disse: “Venho aqui hoje te dar uma proposta... Sou candidato à presidência da câmara e quero teu apoio, você é novo agora na política e vou te ajudar durante o mandato”. E eu lhe respondi: “Gostaria muito, porém tenho um amigo e colega indígena sendo candidato e não poderia deixar de apoiá-lo, qual seria o entendimento da nossa comunidade ao estarmos com opiniões divididas?” Então ele reagiu dizendo: “Você é inteligente!” Após ter recebido as duas propostas, analisei-as e conclui que, se uma pessoa experiente que já passou pela Câmara poderia assumir o cargo, então qual seria o impedimento para o meu colega vereador indígena reeleito naquele ano ser presidente?

Esperei outra vez a vinda dos colegas e, quando retornaram após alguns dias, coloquei em pauta essa proposta, pois percebia que eu era a chave importante para a escolha do presidente da Câmara Municipal naquele ano: "Posso apoiá-los, desde que coloquem os meus amigos e parentes indígenas como protagonistas com o primeiro indígena presidente na Câmara Municipal de Tacuru". Não se via outra coisa na face dos meus colegas vereadores diante de mim a não ser a surpresa de todos. Assim retornaram com a decisão, depois de alguns dias, e confirmaram a proposta.

Nessas idas e vindas já se aproximava o ano novo de 2009. Normalmente, a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos acontece no ano novo. Quando faltava um dia antes do ano novo, na véspera de eleição para escolha de presidente da Câmara Municipal, fizemos uma viagem para Mundo Novo, para garantir a parceria entre os cinco vereadores que tínhamos formado para fazer a presidência indígena da Câmara e não perdermos os nossos parceiros com compra de votos da outra chapa que também estava formada.

Durante a viagem, cada um dos vereadores eleitos, que estavam dentro de um veículo que pertencia a um dos nossos colegas, comentava sobre o recurso estimado para conseguir a quantidade de votos que o elegeu naquela eleição. Cada um falava de acordo com o seu potencial econômico. Porém, quando chegou a minha vez, fiquei até com receio de dizer algo, porque, na verdade, eu não tinha valor econômico algum para gastar, exceto o recurso dos três cabos eleitorais, doado pela própria coligação, pagos para a minha campanha. Então anunciei o valor que eu dispunha. Todos ficaram surpresos com minha resposta que era em torno de quinhentos reais naquela época. Foi uma surpresa para todos, porque cada um apresentou um valor em torno de 200 vezes mais, em relação ao que eu gastei (em torno de 100 mil reais cada um). Depois seguimos a viagem, silenciosamente, rumo à cidade de Mundo Novo.

O objetivo daquela viagem era para uma troca de experiência com outro vereador que também fora reeleito na cidade de Mundo Novo (MS). O fato marcante nessa viagem não foi a informação do vereador antigo, mas sim o que aconteceu conosco naquele dia. Estávamos passeando na beira do rio Paraná com o veículo e resolvemos alugar um barquinho (bote) para adentrar no rio. Fomos no barquinho, em oito pessoas, todos com peso acima do normal, e o barco quase foi engolido pela correnteza do rio Paraná. Para mim tudo era normal, pois eu não conhecia o limite de peso para aquele tipo de barco. Quando chegamos ao local do destino, ficamos nas praias no meio do rio Paraná, em ilhas que são

sempre frequentadas por turistas da região, e nós, vereadores, estávamos prestigiando aquele lugar. Em seguida, formou-se um temporal ao norte do local em que estávamos e já veio a chuva. De acordo com as pessoas que nos conduziram, tratava-se de uma chuva passageira, que não precisávamos nos preocupar. Começou a ventar, a relampejar, a trovejar, enquanto caía pingos grossos de chuva, com força nas nossas costas, causando dor, quando um dos nossos colegas saiu correndo atrás do seu chapéu no meio da areia, mas morrendo de medo a cada trovão. Enquanto estávamos na água esperando a chuva passar, eu olhava para o lado e só via água, olhava para cima e também era só água; naquele instante me senti como um peixinho dentro da água. Em seguida o temporal passou e voltamos para cidade de Mundo Novo.

No dia seguinte voltamos para Tacuru, onde aconteceria a posse de todos nós vereadores eleitos, prevista para acontecer às nove horas da manhã no centro da cidade na quadra poliesportiva de Tacuru. Formamos a chapa 2, para disputar com a chapa 1, A sessão iniciou e foi presidida pelo vereador reeleito e que estava no mandato da presidência na gestão anterior, o Sr. Valmir Otílio da Silveira. Ele conduziu a sessão solene de posse dos vereadores eleitos e do prefeito e vice de Tacuru, até a eleição da presidência da Câmara.

Diante do combinado anteriormente, fomos vitoriosos: nosso colega Ezaul Martins foi escolhido como o primeiro indígena de Mato Grosso do Sul à presidência da Câmara Municipal, em Tacuru, e também de MS.

Durante os primeiros meses de vereança, fui adquirindo habilidade de exercer a atividade de legislador. Inicialmente analisei que cada parlamentar ali comigo era uma pessoa com poder e que nenhum poderia se beneficiar com o cargo que possuía. Logo em seguida percebi que ali se concentravam várias opiniões e que, ao mesmo tempo, todos estavam certos, tinham razão. Como um lugar que concentra divergência de opiniões, dificilmente um apoiava a situação proposta pelo outro, porque cada vereador defende o interesse do seu eleitorado e não renuncia a isso.

Na condição em que me encontrava, pensei muito para agir de forma aceitável entre todos no início do mandato como vereador: passei a usar minhas estratégias particulares, no sentido de me posicionar de forma neutra nos momentos específicos e agir com habilidade nos momentos em que era mais necessário, visando adquirir algum recurso de interesse da minha comunidade, buscando o apoio da maioria dos meus colegas vereadores. Nessa situação, para o mundo dos políticos, eu era denominado de “ensaboado”, pois

transitava nas duas alianças políticas que existiam na casa de leis municipais de Tacuru. Uma habilidade adquirida na família dos Guarani era ser pacífico e agir nos momentos certos e sem volta. A partir do momento em que a decisão fosse feita por uma ação, deveria ser persistida até que fosse concluída com sucesso.

Na tribuna da Câmara, sempre fui defensor da população indígena, sempre que havia recurso destinado à Tacuru, naquela gestão de 2009/2012. Eu era favorável a haver a repartição de recurso também para a população indígena. As indicações ao prefeito e também outras sempre foram reivindicações voltada para a comunidade indígena, seja nas áreas de educação, saúde, agricultura, esporte, habitação, entre outros recursos individuais.

Um fato constrangedor ocorreu comigo durante o uso da tribuna, numa sessão ordinária daquela casa de leis: era um discurso crítico aos colegas sobre a eleição comprada e votos indígenas comprados, pois, naquele período, ocorriam boatos de que os votos na aldeia eram fáceis de comprar. Então fui defender a causa dos nossos eleitores e da própria causa indígena na tribuna. Antes de colocar, aqui, exatamente o que eu queria expressar, primeiramente é necessário explicar como funcionava a transmissão da sessão para o público de Tacuru.

Havia uma rádio, cujo nome era Ondas Verdes FM, que fazia transmissão de todas as sessões ordinárias da Câmara, e que atingia a totalidade do público da cidade, pois este era o único rádio do município. Contudo, naquela sessão em que me dirigi para defender os eleitores indígenas do município, a população esperava uma resposta sobre a situação ou esperavam complicar ainda mais a situação, como diz o ditado popular:"*colocar mais lenha na fogueira*". Os ouvintes da Rádio Ondas Verdes FM, naquele dia, estavam ansiosos para ouvir algo sobre a situação. Inicialmente fiz um discurso sobre a luta dos povos indígenas e depois sobre a situação precária nas aldeias, sobre o modo de vida no pequeno espaço deixado pelo Estado para a população indígena. Ao mencionar as políticas internas da aldeia, vinculadas aos partidos políticos, alguns políticos queriam influenciar e manipular as ideias para a comunidade indígena. Na sequência, continuei o discurso sobre a compra de votos na aldeia: eu defendia que, àquelas alturas, os povos indígenas já possuem suas ideias próprias sobre os políticos, sejam indígenas ou não, e que a maioria da população indígena, hoje, são letrados, portanto, difíceis de serem manipulados, mesmo que seja financeiramente. Assim, os políticos que pensam em ir à aldeia comprar votos estão colocando seus recursos em vão. Os indígenas já têm entendimento sobre a importância de um representante político indígena, e que, se o atual vereador indígena não for melhor, então, provavelmente, escolherão outro

para representar a aldeia. Portanto, continuo dizendo que o eleitor indígena sempre votará consciente.

Naquela altura do meu discurso, a transmissão via rádio Ondas Verdes FM tinha sido desconectada, justamente para que a população não pudesse ouvir o meu discurso. Assim, quando encerrei minha fala na tribuna, ao voltar para minha cadeira, observei o clima tenso entre meus colegas vereadores por causa do meu discurso. Só após o término da sessão, fui informado que a rádio tinha ficado fora do ar, durante a minha fala na tribuna, e as pessoas queriam me ouvir, se o discurso tinha agradado ou desagradado alguns políticos da cidade.

3.2 A Eleição e a Vereança em Sassoró

A aldeia Sassoro é uma reserva indígena bem antiga, que já passou por várias lideranças indígenas, e muitas autoridades civis, principalmente as do município. Neste tópico, a intenção é relatar sobre as pessoas que fizeram parte da política no município, moradores da aldeia Sassoró, que foram vereadores e que tiveram grande importância para a comunidade indígena e para a população de Tacuru.

Trago um relato da primeira pessoa eleita pela comunidade da aldeia Sassoró, no município de Tacuru, o Professor Dílson Duarte Riquelme, uma pessoa que passou pela Câmara municipal na gestão ocorrida entre 1989 e 1992, eleito pela maioria da população da aldeia Sassoró, pelo partido PMDB. Foi vereador durante um mandato pelo município, mas depois de tentar a reeleição várias vezes, não conseguiu mais. O Sr. Dílson Duarte Riquelme (2024) explicou sobre a sua vereança naquela época:

> Naquele tempo, pra mim, o mais importante foi conhecer exatamente o que significa política para nós indígenas e o que significa política para os brancos, no sistema deles. O importante pra mim foi que descobri o que significa a política nos dois lados. O que não foi assim tão legal pra mim, foi a questão de nosso eleitorado, eram muito poucos, tinha poucas pessoas que tinham título naquela época. E tinham pouco conhecimento sobre a política, exemplo: naquele tempo existia pessoas de Sassoró que foram tirar título em Amambai, outros iam em Iguatemi para tirar o seu título. Então assim aconteceu com eles naquela época, por falta de conhecimento e de informação para a comunidade. E o motivo pelo qual eu não prossegui como vereador começou aparecer intrusos e invejosos, que se faziam de que entendiam as coisas de política, mas, na verdade, não sabiam nenhum por cento da situação, pois eram influenciados pelos não indígenas na comunidade, sempre criavam um grupo de oposição, porque eles realmente não queriam ver a gente estudado e entendido, não querem deixar crescer e esclarecer para a comunidade menos esclarecida. Essas coisas para os não indígenas sempre usam como estratégia contra nós indígenas mesmo. E o outro momento importante de minha participação como vereador foi a questão de minha participação direta na elaboração da lei orgânica do município de Tacuru, incluindo todos nós indígenas do município.

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
Eleições Municipais 1988
Município: Tacuru

Comparecimento	3.096	Eleitorado	
Abstenção	941		4.037

Cargo: Prefeito

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
ABEL AUGUSTO RODRIGUES	PFL	1.577
ONIDES MORESCHI	PMDB	959
Votos Brancos		501
Votos Nulos		59

Cargo: Vereador

Eleitos

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
OVIDIO FERREIRA GONCALVES	PDT	146
LIDIOMAR VIEIRA	PDT	142
JOAO CARLOS CASARIN	PFL	119
ELIZEU FRANCISCO FINGER	PMDB	108
MARIA APARECIDA PALHANO	PFL	108
DILSON DUARTE RIQUELME	PMDB	96
VITO SANTOS PEREIRA	PFL	96
VALMIR OTILIO DA SILVEIRA	PMDB	91
SATURNINO DA FONSECA	PMDB	84

(https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1988-tacuru/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1988-Tacuru.pdf)

Nota-se, pela tabela acima, que Dilson Duarte Riquelme estava entre os eleitos de 1988, no município de Tacuru MS.

Até o ano de 2005 mais nenhum vereador indígena foi eleito, até que, naquele ano, novamente um indígena Kaiowá, Sr. Ezaul Martins, professor pedagogo, foi eleito para a Câmara municipal de Tacuru mais uma vez.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - MS
Eleições Municipais 2004
SDR 2004 - Versão 1.1

Classificação dos candidatos

Data : 29/11/2011
Hora : 15:16

Município TACURU
Cargo Eletivo Prefeito Turno 1º Turno

ORDEM	NÚMERO	PARTIDO	CANDIDATO	NASCIMENTO	VOTOS	SITUAÇÃO
1º	43	PV	CLÁUDIO ROCHA BARCELOS	24/12/1967	2507	Eleito
2º	13	PT	VALTER GUANDALINE	24/4/1957	1790	Não eleito

NOMINAIS	4297
BRANCOS	26
NULOS	324

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - MS
Eleições Municipais 2004
SDR 2004 - Versão 1.1

Classificação dos candidatos

Data : 29/11/2011
Hora : 15:16

Município TACURU
Cargo Eletivo Vereador Turno 1º Turno

ORDEM	NÚMERO	PARTIDO	CANDIDATO	NASCIMENTO	VOTOS	SITUAÇÃO
1º	15666	PMDB	VALMIR OTÍLIO DA SILVEIRA	7/9/1958	250	Eleito
2º	45123	PSDB	PAULO PEDRO RODRIGUES	10/6/1970	244	Eleito
3º	45789	PSDB	ANTONIO MARCOS PALHANO	9/7/1977	231	Eleito
4º	43789	PV	JOSÉ ALVES DOS ANJOS	28/9/1967	227	Média
5º	13444	PT	NASCIMENTO OTÍLIO DA SILVEIRA	7/8/1953	161	Eleito
6º	15000	PMDB	EZAUL MARTINS	28/1/1973	160	Eleito
7º	12112	PDT	JOSIMAR BEZERRA DA SILVA	13/11/1973	160	Eleito
8º	14777	PTB	JORGE ESPINDOLA SOUZA LIMA	3/11/1969	140	Eleito
9º	45456	PSDB	ANCILO CASTELÃO	7/9/1967	130	Suplente
10º	13580	PT	ANTONIO NOGUEIRA	4/5/1971	123	Média
11º	22222	PL	JOSÉ ANTONIO DE SOUZA	20/5/1956	120	Suplente
12º	12111	PDT	ALÍRIO DO NASCIMENTO	1/12/1953	112	Suplente
13º	40123	PSB	PAULO SERGIO LOPES DE MELLO	26/12/1971	104	Suplente
14º	45678	PSDB	IDILIO VERA	23/8/1962	102	Suplente
15º	25789	PFL	JOSÉ CARLOS LOPES FERREIRA	31/1/1965	101	Suplente
16º	14563	PTB	JULIÃO DUARTE	29/2/1960	100	Suplente
17º	15555	PMDB	IZABEL RODRIGUES DA SILVA	10/3/1959	97	Suplente
18º	14123	PTB	FÁTIMA CARVALHO OLIVEIRA DA SILVA	15/9/1968	91	Suplente
19º	14555	PTB	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	20/10/1961	82	Suplente
20º	45369	PSDB	BRUNO PELEGRINI	11/4/1941	80	Suplente
21º	12222	PDT	EVANILDA TOSATTI VILHALVA	24/8/1966	80	Suplente
22º	22123	PL	LIDIOMAR VIEIRA	15/5/1956	71	Suplente
23º	13222	PT	ADAIR NUNES	14/7/1974	65	Suplente
24º	12333	PDT	EZEQUIEL PAULINO DA SILVA	10/4/1968	59	Suplente

Página 1

Até o ano de 2005 mais nenhum vereador indígena foi eleito, até que, naquele ano, novamente um indígena Kaiowá, Sr. Ezaul Martins, professor pedagogo, foi eleito para a Câmara municipal de Tacuru mais uma vez.

Inicialmente enfrentou um grande desafio no cargo, mas superou-o no decorrer do mandato. É um desafio porque se trata da administração de recursos públicos, que, desde então, já era rigorosa a atribuição de leis para o uso das verbas, principalmente para o presidente da Câmara municipal. A população da cidade, no início do mandato, criou uma expectativa de desconfiança sobre o parlamentar, por ele pertencer a uma etnia indígena,

pois o preconceito contra os povos indígenas é um racismo institucional. Devido à renovação do presidente da Câmara, conversas falsas foram distribuídas para a população por um dos antigos vereadores que sempre atuava no poder como Presidente da Câmara; porém, com apoio dos companheiros parlamentares, apoiadores da causa, rapidamente foram isolando a questão e superado o problema com ações positivas para a população tacuruense.

Para a comunidade indígena foi um avanço importante àquela conquista do cargo mais alto de um parlamentar na Câmara municipal, ainda mais com um indígena presidindo a casa das leis de Tacuru, MS. Porém, dentro da comunidade indígena, refletiu muito pouco essa ação de presidente, pois é um cargo importante no âmbito da casa de leis, principalmente para os vereadores, que tratam de aprovar ou não as leis, depois de discutir e colocá-las em votação no plenário, acatar ou desacatar uma decisão, representar os demais vereadores em outros lugares.

No primeiro dia de vereador como presidente, ele usou a tribuna e falou: "Estarei trabalhando com vocês a partir de hoje na Câmara, como presidente da Câmara, pela primeira vez e sou indígena; apesar da minha dificuldade de falar bem em Português, procurarei atender a todos da melhor forma possível". Ele não tinha dificuldade de se expressar, mas só fazia uso da palavra na tribuna quando era necessário ou que fosse de extrema importância.

Durante o mandato como presidente da Câmara municipal, conduziu a casa de leis de Tacuru por dois anos, e trouxe vários projetos importantes para o município, principalmente para a comunidade indígena, especificamente a aldeia Sassoró. Deixou o mandato de presidência com êxito e sua gestão de presidente foi aprovada pela maioria, pois tratou a todos os colegas vereadores de forma equânime.

Uma de suas ações mais importantes como presidente da Câmara foi trazer e aprovar o projeto de cooficialização da língua Guarani em Tacuru, MS, fato que também garantiu o fortalecimento da identidade no município e de todos os falantes desta língua étnica, que moram na cidade de Tacuru.

Atuou bastante na área de educação escolar indígena, aprovando leis importantes para o município de Tacuru, como a aprovação das escolas indígena pólo nas duas aldeias - escola pólo indígena Ubaldo-Arandu-Kuemi, na aldeia Sassoro, e escola Tomasia Varga, na aldeia Jaguapiré, entre outros projetos de lei referentes à educação escolar indígena. Outros setores também foram contemplados, como saúde indígena,

percorrendo as aldeias, com a SESAI-MS (Secretaria Especial de Saúde Indígena MS), pela melhoria no atendimento à saúde da população indígena de Tacuru, MS. Do mesmo modo atuou na agricultura indígena, buscando recursos com os demais parceiros políticos, para aquisição de implementos agrícolas e de outros insumos, como óleo diesel, para as duas comunidades. Na área do esporte também teve importante participação: apoiou o esporte nas aldeias, incentivando campeonatos, como futebol de salão e futebol de campo, de forma a proporcionar a interação dos atletas do município. Quanto à assistência social, atuou garantindo a segurança alimentar para os indígenas que mais enfrentam dificuldade de garantir a renda familiar, além de incentivar a comunidade a buscar rendas extras na aldeia, como incentivo ao comércio na aldeia, produção de artesanatos, capacitação de mecanização, esporte e ao pequeno produtor indígena de mandioca para fecularia.

Desse modo cumpriu com sua obrigação perante a comunidade, mas, no final do mandato, simplesmente deixou de dar continuidade à atividade parlamentar, pois, segundo ele: "Já trabalhei dois mandatos, acho que já fiz o que tinha fazer, vou deixar para outros indígenas interessados para nos representar". Assim, terminou apoiando apenas um dos candidatos da aldeia Sassoro, que era o Sr. Marcos Gomes, candidato pelo PSD, no ano de 2012, o qual não chegou a ser eleito, mas fez 86 votos.

Esse ex-parlamentar também dizia: "O trabalho do vereador tem hora para sair de casa, mas não tem hora pra voltar". Era uma realidade dos vereadores indígenas naquela época, pois quando terminava um, iniciava outro compromisso no mesmo instante. Por isso, muitos parlamentares usavam de malandragem para fugir de compromissos; exemplo: quando um eleitor ligava ao vereador, ele dizia: "Liga-me amanhã, agora estou de viagem, tudo bem?" (fala de alguns ex-vereadores da cidade). Desta forma deixava de atender o seu eleitor, de forma educada, no entender do vereador, mas quando a pessoa era descoberta, também criava-se um clima desconfortável entre eles.

No caso do vereador que trabalhava com honestidade não tinha hora para chegar em casa, porque atendia a todos os seus eleitores, que foi o nosso caso - meu e de Ezaul Martins. Na entrevista com o ex-vereador, ele comentou sobre a presidência da Câmara de vereadores:

> Em primeiro lugar eu mesmo tinha interesse de ser presidente da Câmara naquela época; quand fui conversar com outros vereadores e joguei a palavra confiança, pra ver se eles possam ter confiança em mim e votar em mim! Ai então foi uma pressão muito grande que enfrentei durante o mandato, porque envolvem todos, os deputados, prefeito e governador também, mas, sempre tive confiança, e a certeza que eles querem ouvir. Sobre a presidência, primeiro falei

> com você, e você me falou que poderia contar com você, e depois conversei com outros colegas não indígenas, que me passaram mais informação. E a política é isso, a articulação. Ainda assim, um político vereador saiu de nos, o vereador Ze do Gercindo, o deputado deu pressão nele e ele saiu do grupo. Que consegui ser vitorioso e a população aprovaram o meu mandato, consegui para a Câmara municipal recursos próprios. E se um dia eu for candidato como prefeito, eu posso usar esses trabalhos para fazer minha campanha. Assim comecei a articulação, assim foi como presidente da Câmara". (Ezaul Martins, 2024)

Porque não saiu mais candidato a vereador?

> Eu, como indígena, tenho que pensar diferente, sentia que eu tinha que dar oportunidade para outro indígena, isso foi o motivo que não sai mais. E mesmo que se eu fosse continuar na política teria que ser vice ou próprio prefeito para continuar na política, esse foi o meu pensamento, por isso não quis mais ser candidato para vereador, mas até hoje estou na política, todos nos dependemos da política. (rs,rs,rs). (Ezaul Martins, 2024)

Qual foi a maior dificuldade durante o mandato?

> Não consegui atender tudo que a população queria, como escola estadual, quadra, ampliação da escola, posto de saúde, e a minha maior dificuldade foi a questão de campo de futebol, a dificuldade que tive, por mais que tinha apoio do deputado tive a dificuldade. (fala do Ezaul Martins, 2024)

É importante assinalar que todas essas reivindicações foram atendidas depois que o ex-vereador saiu do mandato, as quais, atualmente, estão todas em funcionamento, de acordo com o que foi solicitado anteriormente, exceto o campo de futebol.

O que mais gostou como vereador? – perguntei ao ex-vereador Ezaul Martins. Ele respondeu que foi "conversar com as pessoas, receber as pessoas, dialogar e levar as reivindicações aos deputados, prefeitos e governos". (Os arquivos estão gravados em dispositivo eletrônico portátil.)

Ezaul foi reeleito para o segundo mandato, no ano de 2008, para a gestão de 2009-2012. Tive a honra de estar na mesma gestão trabalhando em prol das nossas comunidades. Eu, Alfredo Martins Garay, também fui eleito como vereador naquele ano, pelo mesmo partido do colega. Uma das razões de estarmos lado a lado, trabalhando, foi justamente por estarmos no mesmo partido e, pela legenda somada na coligação, tivemos maior número de votos em relação aos outros candidatos que estavam disputando a eleição.

No final deste mandato, o Sr. Ezaul Martins decidiu sair da política, encerrando sua carreira política por vontade própria, e passou a não concorrer mais nas eleições.

Na eleição do final do mandato (2012), tentei uma reeleição, porém, devido a não alcançar número suficiente de votos na legenda, não fui reeleito, então eu também não mais me candidatei após aquela derrota.

Entretanto, naquela eleição de 2012, entrou outro colega professor da aldeia Sassoró, também como vereador, o Sr. Ancilo Castelão, como único representante dos indígenas, na Câmara Municipal, entre os anos de 2013 a 2016. Em entrevista, o ex-vereador declarou:

> Eu fiz bastante projeto pra aldeia, uns 15 projetos não foram aprovados pra mim, consegui 50 casinha popular com D. Vander Loubet. Mandei 20 pra jaguapiré e 30 pra Sassoro, solicitei maquinas agrícolas pra aldeia, escola estadual, 3 poços artesiano pra aldeia, 118 kits sanitários, e assim as pessoas não dão importância pra isso, não valoriza o trabalho do vereador, assim como eu hoje sou apenas professor da escola. E esses que vieram depois de mim não pensaram na comunidade, so pensaram em si mesmos. (Ancilo Castelão, 2024)

Ele também explica como deve ser um bom vereador:

> Ser um bom vereador é fazer as coisas certas, correr atrás de benefícios pras comunidades, pensar só na comunidade, fazer projeto de habitação, projeto mais poço artesiano, ampliação de escola, mais maquina agrícola pra aldeia, trazer alguns deputados pra ver a situação da aldeia, trazer conselho tutelar para fazer palestra sobre as drogas e bebidas alcoólicas. Ancilo Castelão, 2024)

Na sequência, a eleição de 2016 foi um momento de recuperação das vagas indígenas no pleito municipal. Foram duas pessoas indígenas eleitas pelo povo da aldeia Sassoró: a professora Luzia Montiel e Ivalino Goulart, por coincidência, são parentes próximos. Eles trabalharam, também, durante um mandato e tentaram a reeleição, mas não tiveram sucesso na campanha. Assim, na eleição seguinte, no ano de 2020, não entrou nenhum indígena na Câmara municipal de Tacuru para representar as duas comunidades indígenas do município.

A aldeia Sassoro é uma Reserva indígena dividida em micro-áreas regionais; cada lugar possui um nome específico, semelhante aos nomes de bairros na cidade. E desta forma também são distribuídos os moradores na aldeia, conforme o parentesco familiar de cada região. Como as famílias extensas são organizadas internamente no grupo, isso facilita aos candidatos políticos indígenas se articularem para ganhar votos. E dessa forma foram eleitos dois vereadores representantes da aldeia, na campanha política de 2016: a professora Luzia Montiel e Ivalino Goularte - ambos são da mesma família, como cunhados. Ivalino é casado com a irmã da professora Luzia Montiel.

	CANDIDATO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTOS	%
1º	Zé Antonio	PTB	ELEITO	416	7,57%
2º	Dr Marcelo Veterinario	PMDB	ELEITO	398	7,24%
3º	Valino	PT	ELEITO	313	5,69%
4º	Professor Regis	PTB	ELEITO	283	5,15%
5º	Som	DEM	ELEITO	273	4,97%
6º	Joao Baresi	PTB	ELEITO	233	4,24%
7º	Luzia Montiel	DEM	ELEITO	230	4,18%
8º	Edinho	PPS		223	4,06%
9º	Valmir Silveira	PEN		223	4,06%
10º	Paulo Mello	PP	ELEITO	205	3,73%
11º	Andre Vera	PPS		189	3,44%
12º	Algacir	PSC		180	3,27%
13º	Daiana Pedrotti	PT do B	ELEITO	170	3,09%
14º	Luizinho	PTB		154	2,80%
15º	Ratinho	PEN		122	2,22%
16º	Juliao	PTB		105	1,91%
	+ MOSTRAR MAIS				

Fonte: TSE https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultados-eleicoes-2016-primeiro-turno/tacuru-ms/vereador/

Durante a campanha política naquele ano, cada um percorreu diferentes lugares para realizar a campanha política: a professora Luzia percorreu mais a área entre a escola e a região de microárea Ramada, onde concentrou maior quantidade de votos. Já o seu cunhado, que é ligado com o parentesco de outra região de microárea chamada de Galino-kue (Galino = nome de antigo morador daquela região*; kue*= ex,era*)*, teve a maior quantidade de votos, por ser membro pertencente a uma família extensa da região. Dessa forma tiveram êxito na campanha política e foram eleitos pela comunidade da aldeia Sassoro.

Um fato que intrigou a comunidade durante a campanha para eleger os dois vereadores foi a disputa entre duas coligações partidárias majoritárias no município, em que cada candidato estava na coligação oposta - PMDB e PR. Eram dois candidatos a prefeito municipal, naquela campanha política. Assim, cada candidato a vereador estava apoiando um candidato a prefeito diferente, dividindo os votos. Mas a sigla de Ivalino Goulart era o PT, o que trouxe vantagem para o candidato, sendo mais bem aceito na comunidade, e isso, garantiu os votos que o elegeu com a quantidade de eleitores suficiente.

A professora Luzia fez um número de votos expressivo do outro lado da coligação, assim, também garantiu a sua eleição naquela campanha política. Assim sendo, durante o mandato dos dois parlamentares, trabalharam em lados opostos, em relação ao partido, com opiniões diferentes. Todos os vereadores necessitam de apoio do prefeito municipal para garantir recursos para a comunidade. Foi o caso do vereador daquela época, Ivalino Goularte, que não teve apoio político do prefeito para ajudar os seus eleitores. Mas a professora Luzia tinha apoio político do prefeito, portanto, os recursos destinados à aldeia, foram direcionados pela vereadora, e isso ajudou no fortalecimento político dela. Dessa maneira foi conduzido o exercício de vereança dos parlamentares indígenas naquela gestão.

No final do mandato, Ivalino Goularte mudou de partido, com intuito de receber apoio político dos deputados, para se fortalecer e alavancar sua campanha para a reeleição. Mas ele não obteve o resultado esperado, perdendo muitos votos, pela questão partidária e pelo não atendimento à comunidade como era previsto, pois enfrentava a oposição partidária do prefeito naquela gestão. O ex-vereador Ivalino Goularte falou sobre a política:

> Eu nunca não tenho interesse mais em ser político, não quero mais nem saber da candidatura para vereador. Fui traumatizado mesmo pela política, porque tive um mandato muito difícil, o povo me apertava, o prefeito naquela época não me ajudava, e foi difícil, por isso, nunca mais quero me candidatar. (Ivalino Goularte, 2024)

Por outro lado, a professora Luzia tinha possibilidade de ser reeleita, mas também obteve resultado negativo. Aconteceu assim, devido à candidatura da própria filha, que também concorreu à vaga de parlamentar naquele mesmo período de campanha. Foram candidatas por partidos diferentes, e isso impediu que a professora fosse reeleita, faltando apenas sete votos. Por isso, naquele período, as comunidades indígenas ficaram sem representação na Câmara municipal.

CAPÍTULO 4 – DILEMAS, IMPASSES E RESULTADOS NO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Através dessa organização política, a comunidade conquistou avanço importante para todos, pois a maioria dos chefes de famílias extensas foi beneficiada e obteve resultados positivos nas ações realizadas.

A comunidade indígena é uma população que sempre foi independente em termos de sobrevivência, são pessoas muito humildes, que pensam de forma diferente, de acordo com a visão cosmológica de cada grupo familiar extenso. O recurso financeiro sempre ficou em segundo plano para a população indígena. A importância maior sobre o presente está no pensamento dos indígenas, porque a acumulação de riquezas ainda está distante deste pensamento. Uma das razões para isso é o paradigma indígena extremamente ligado ao presente, de viver intensamente, ainda que sob condições de pobreza, pois reconhece a dificuldade, mas não se encontra na pobreza, como a sociedade ocidental entende. Pelas orientações recebidas dos nossos mestres tradicionais, para responder a todas as necessidades dos seres humanos, o nosso Ser Supremo já preparou tudo, está tudo em volta, basta apenas querer e agir. Assim, o povo segue com a intenção de viver intensamente no presente e dificilmente prepara o futuro.

Um exemplo da questão citada acima é que, tradicionalmente, não possuem o hábito de conservar o alimento para dias posteriores. Uma das explicações é que toda alimentação adquirida no dia deverá ser consumida durante aquele mesmo dia, porque, se deixar para depois, talvez fique imprópria para o consumo, já que, com o calor excessivo, os alimentos normalmente estragam, pois não havia geladeira no passado. Outro ponto importante, justificado pelos indígenas tradicionais, é a questão da sustentabilidade com relação aos recursos naturais. Para qualquer ato de caça ou de pesca, a quantidade não deve ultrapassar o limite das pessoas que consumirão o alimento e, quando houver sobra de carne de caça ou de pesca, ela deverá ser compartilhada com outras pessoas, para aproveitar por completo. Assim, também, para a próxima caça ou pesca, podem obter outra oportunidade na natureza.

Quanto aos recursos advindos dos tempos atuais, a comunidade indígena na aldeia não aproveitava o benefício de seus direitos garantidos por lei, para todos os cidadãos, pois o indígena também é cidadão comum perante as leis do Estado brasileiro. Poucos benefícios eram mais procurados e aproveitados, tais como o auxílio maternidade e a

aposentadoria dos idosos. Outros benefícios sociais garantidos por lei não eram reconhecidos na aldeia, como, por exemplo, a questão de acidentes de trânsito, benefício por invalidez, benefício sobre leis trabalhistas (FGTS), seguro-desemprego, viuvez, entre outros direitos estabelecidos pelo Estado. Esses direitos eram pouco explorados, pela falta de informação. Mas algumas pessoas procuravam pagar um advogado, que cobrava um valor muito alto, tornando incompensável a busca pelo direito ao benefício.

Dessa forma, com a organização interna das lideranças com o vereador municipal da aldeia, a comunidade teve a oportunidade de resgatar os seus direitos garantidos por lei, informando toda a população sobre a questão dos benefícios. Para muitos houve a necessidade de deslocamento, a fim de requerer os seus benefícios nos órgãos do governo como: INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, FUNAI etc. O acompanhamento das lideranças nesse processo foi importante para a comunidade, abrindo caminho para que os indígenas pudessem procurar seus direitos. Este trabalho foi realizado com sucesso através da parceria entre lideranças, vereadores e prefeito municipal, pois toda ação requer recurso financeiro, que foi a principal dificuldade encontrada durante a gestão: buscar recursos para a comunidade indígena.

Outro trabalho conquistado para a comunidade durante a gestão, na conjuntura de trabalho das lideranças e vereadores, foi ajudar no levantamento das casinhas de moradia no modo tradicional. Devido às poucas casas de alvenaria construídas na aldeia durante a gestão, foi necessário viabilizar alternativas para garantir a confortabilidade e segurança na moradia. Neste caso, foram providenciadas folhas de Eternit para cobrir as casinhas tradicionais dos moradores, garantindo, assim, mais segurança e comodidade familiar, para aguardar a próxima remessa do programa do governo relativo às casinhas populares. Aqueles que foram contemplados com o programa ficaram satisfeitos com os benefícios.

Outras ações aconteceram de forma conjunta com outros vereadores municipais relacionadas às leis municipais: houve a criação de leis e indicações para o prefeito, deputados e governos estadual e federal. Os trabalhos realizados de forma articulada politicamente, na parte externa, como vereador, foi o acompanhamento da equipe de vereadores para a busca de recursos em prol do município, com trabalhos realizados em parceria vinculada aos deputados estaduais e federais. Na esfera estadual, todos os vereadores tinham deputados apoiadores, de acordo com o partido correspondente, para atender as demandas de indicações e projetos realizados para o município. Esta parceria existia entre

todos os parlamentares, para apoiar todas as indicações e projetos realizados em prol da comunidade, seja indígena ou para a cidade. Neste sentido, as aprovações sempre foram por unanimidade.

No entanto, as respostas das autoridades sempre foram demoradas, porque todos os recursos públicos são monitorados de acordo com as leis em vigor, como os destinados para a Prefeitura., Por isso, muitas vezes, a execução do projeto, no período do mandato, não era possível realizar, mas muitos acontecem na gestão seguinte.

Essas idas e vindas atrás de recursos para o município eram feitas, ao mesmo tempo em que eu acompanhava as articulações políticas das lideranças indígenas da *Aty Guasu* (Grande Assembleia indígena do povo Guarani e Kaiowá). Tivemos um chamado das lideranças da *Aty Guasu*, para acompanhar e intermediar um conflito na região de Paranhos, quando havia ocorrido uma retomada de terra indígena no local. Assim, fomos colaborar no sentido de apoiar o movimento. Naquela ocasião, ocorreu uma violência horrível e fatal da parte dos fazendeiros sobre dois indígenas, naquela área de conflito. Um foi brutalmente assassinado no local e o outro nunca foi encontrado. O indígena que desapareceu era um professor, por esse motivo, tínhamos ainda mais motivos para dar apoio àquele movimento.

Eu e meu colega vereador Ezaul seguimos em direção ao território da retomada da terra indígena, cujo nome é Ypo'i (*y* = córrego*; po'i* = estreito - córrego estreito). Quando estivemos na região para o apoio ao movimento de retomada, fomos informados de uma notícia desagradável e, ao mesmo tempo, perigosa, pois havia estranhos rondando o nosso veículo. Então repensamos a estratégia e resolvemos buscar alternativas para continuar o apoio.

Dessa maneira percorremos a capital do Estado, com a finalidade de encontrar parcerias para apoiar o movimento de retomada de terra indígena, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Era uma situação complicada entre indígenas e latifundiários, naquele momento, e também foi complicado para os vereadores indígenas, porque os deputados, normalmente, são pessoas ligadas aos latifundiários, ou ele próprio, dono de terra, uma classe da bancada ruralista.

Quando estivemos com o então deputado da mesma sigla pela qual fomos eleitos, ele nos recebeu em seu gabinete. Antes mesmo de iniciar a fala sobre o assunto, o deputado se antecipou e falou sobre o conflito de terra existente na região de Paranhos MS,

exatamente sobre a questão que tínhamos interesse de solicitar apoio para o encaminhamento às autoridades competentes. Mas, devido ao diálogo sobre o tema, ficou impossível continuar com a conversa. Ele nos disse assim:

> Aqui vocês podem vir quantas vezes que quiserem, tragam as reivindicações da comunidade que a gente vai atender vocês, com todas as possibilidades que existem, mas, não tragam o pedido sobre a terra, porque aqui eu não vou resolver absolutamente nada, quem tem que resolver esse problema é o pessoal de Brasília, portanto tem que levar esses problemas para eles resolverem. O que a gente pode fazer é ajudar vocês a se deslocarem para Brasília, assim poderem resolver sobre a questão. (deputado Londres Machado, 2009)

Nesta luta para a demarcação de terras indígenas, naquela ocasião, o que marcou para, nós vereadores indígenas, foi a derrota na questão política partidária, porque foi difícil encontrar apoio dos deputados. Portanto, concluímos que nós, indígenas vereadores, continuaríamos no apoio, porém sabendo que teríamos dificuldade com a questão.

Uma das leis mais importantes, na qual tive participação direta, como autor, foi a lei municipal de co-oficialização da língua Guarani, de autoria do meu colega professor atualmente - e ex-colega vereador - na mesma gestão, o Sr. Ezaul Martins. Ao saber da reprovação de uma lei semelhante, tramitada na Câmara municipal de Paranhos, Ezaul buscou o projeto de lei para reformular e colocar em pauta na mesa da diretoria de Comissão e Justiça da Câmara Municipal. Era uma oportunidade imperdível, naquela ocasião, para a aprovação daquela lei - a co-oficialização da língua Guarani, porque este vereador era o primeiro presidente indígena da Câmara Municipal de Tacuru (MS). Deste modo, ele conquistou a co-oficialização de língua Guarani no município, como a segunda língua oficial da cidade, uma conquista de extrema importância para todos os falantes da língua Guarani, inclusive aos não indígenas falantes do idioma no município.

4.1 O Desmoronamento da Equipe de Lideranças

Uma ação burocrática externa à comunidade causou um impacto extremamente negativo na nossa organização, que estava se fortalecendo de forma totalmente autônoma com a comunidade. Todas as lideranças tradicionais faziam parte dessa organização, sendo alguns chefes de famílias extensas contratados no quadro de funcionários da educação escolar da aldeia. No entanto, contraditoriamente, a organização ficou enfraquecida, quando foi realizado um concurso público pela Prefeitura municipal de Tacuru. As lideranças contratadas perderam seus cargos para outras pessoas que atingiram notas maiores na prova de concurso.

Assim iniciaram-se as divergências de opinião na comunidade, o que resultou em declínio do progresso das ações na comunidade, ainda que os benefícios fossem mantidos na aldeia. As razões são justificáveis, devido à questão da diferença entre a oralidade e a escrita, pois a escrita fugia do contexto indígena, e o concurso foi escrito. Embora tenham noção da importância da escrita, na época, a escrita só tinha validade para as crianças, porque todas as crianças indígenas irão precisar no futuro. Isto foi um golpe na organização existente na aldeia Jaguapiré, porque a maioria da composição de lideranças era de funcionários indicados pela própria organização, aprovados por unanimidade, e tinham como finalidade trabalhar coletivamente para melhorar o andamento das ações na aldeia. Todos os funcionários da aldeia faziam parte desta organização, que tinha como papel fundamental garantir o progresso na aldeia.

O resultado do concurso foi péssimo para todos, porque a maioria das pessoas da organização não foi aprovada no concurso público realizado. Com isso houve o recuo das lideranças em continuar enfrentando a luta pela comunidade, pois muitos deles tinham necessidade de sair da aldeia em busca da sua sobrevivência familiar, da renda familiar; outros recuaram porque foram desmotivados por perderem o salário proporcionado pela Prefeitura. Somente o cacique/capitão, com o vereador, ficaram para conduzir as tarefas e buscar os recursos para a comunidade.

A partir desse acontecimento, a organização das lideranças começou a se desvalorizar, cada um seguindo com o seu grupo familiar, de forma individual, mas continuavam participando da organização, pois as conquistas concretizadas prevaleceram, ainda que tivessem desistido da organização.

Um resultado da minha participação na vida política foi perceber que os próprios colegas do partido manipulavam os eleitores indígenas para se posicionar contrários ao projeto do político indígena, principalmente nas vésperas da eleição, com o intuito de repartir votos dos próprios indígenas para a comunidade ficar sem vereador. Outro ponto foi a exigência financeira da parte do eleitor para concluir o seu voto. Uma maneira bem popular era a fala: “se você me der tanto, eu voto em você”. Nesta circunstância, os oportunistas políticos da cidade concretizavam o seu modo de agir com os eleitores, aproveitando-se para induzi-los a vender seu voto. Sem perceber, é mais um eleitor perdido para o projeto de um candidato a vereador indígena, ainda que tenhamos consciência de que é importante um representante indígena na Câmara Municipal Legislativa. Neste caso, considerei que a política, de um modo geral, possui um sistema corrupto que exclui as pessoas honestas e abre

oportunidade para as pessoas com interesses individuais, justamente para usar os recursos públicos em seu benefício próprio.

Com o resultado da eleição em 2008, num total de 182 votos na urna, a comunidade elegia, pela primeira vez, um indígena da aldeia Jaguapiré para a gestão de 2009 a 2012. Foi um resultado já previsto pela maioria da comunidade naquela campanha, um marco referencial na história da política em Tacuru, MS, com a participação de indígena na política do município. Assim iniciou-se um novo olhar sobre a população indígena quanto à organização da estrutura interna da comunidade que, no município, gerou uma expectativa renovada. Neste sentido, construiu-se uma nova esperança para o indígena e abriu-se um novo caminho de recursos para as comunidades. Assim, garantimos a prática dos direitos indígenas, já conquistados através das lutas constantes dos Guarani e Kaiová, colocando, de fato, em prática todos os direitos já garantidos por lei para a população indígena no município.

Inicialmente, a ideia era forçar o sistema, de modo a levar para dentro da aldeia o centro de referências da política indígena (*teko joja*), em aliança com os partidos políticos (*karai política*), no sentido de fortalecer a luta e o povo indígena e fazer sair do papel os direitos, praticando-os. No período de quatro anos, tivemos êxito no trabalho, com muitas conquistas para comunidade. Porém, não houve um senso comum para a continuidade daquele trabalho, desencadeado a partir do momento da nova campanha política, do ano de 2012, e durante as negociações com as lideranças políticas, o que resultou num resultado negativo após o término da campanha.

Mas a quantidade de votos indígenas mostrou que o trabalho teria que ser redobrado com a comunidade. Assim foram realizadas parcerias com a comunidade, no sentido de buscar recursos, em conjunto com o outro colega parlamentar indígena da aldeia Sassoro, para as duas aldeias, podendo facilitar o atendimento de benefícios para a comunidade.

Na disputa pela reeleição, em 2012, perdi em torno de 100 votos consecutivos. Foram várias as razões para esse fato acontecer: alguns grupos simplesmente não quiseram mais votar; outros grupos votaram, por dinheiro, em outros candidatos; outros, ainda, apoiaram outros candidatos externos, devido à questão financeira ou doações para os eleitores. Por isso fragmentou-se muito a base do meu eleitorado, restando aqueles que foram fieis e que são votantes conscientes, conseguindo manter os seus votos comigo.

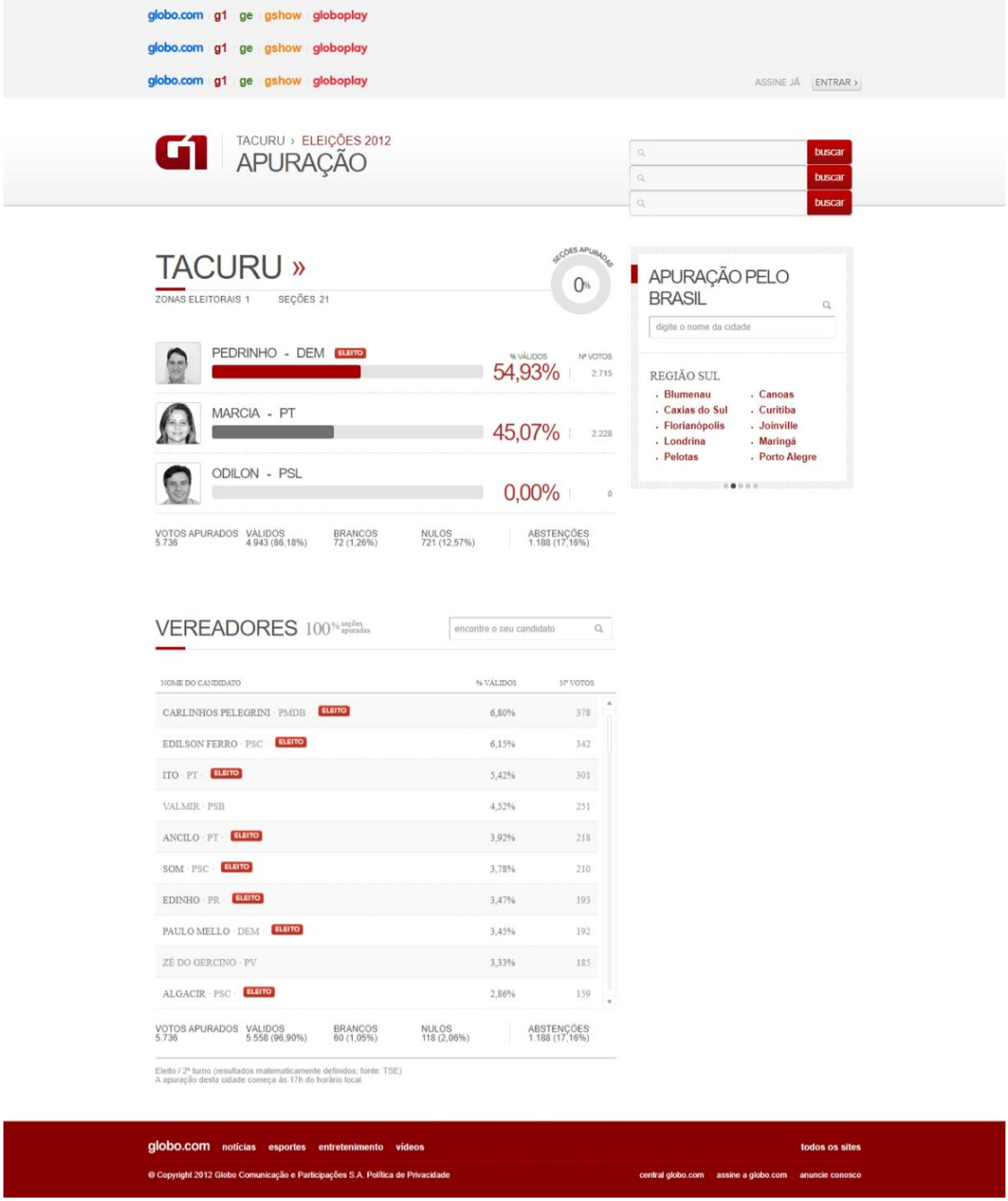
Uma fala importante, que ficou na minha memória, foi de um deputado muito antigo no MS, com 44 anos de mandato como deputado estadual:

> Existem dois tipos de eleitores: o eleitor gato e eleitor cachorro. O eleitor gato é aquele eleitor que, você ajuda, ajuda e no dia em que você negar qualquer coisa para esse eleitor ele pula para outro lado, ou vai procurar outro político para apoiar e pedir aquilo que você não deu pra ele. E o eleitor cachorro é aquele eleitor que você ajuda e mesmo não ajudando ele sempre está com você, nunca te abandona. Esse é o eleitor cachorro. (Deputado Londres Machado)

Fora da minha comunidade, eu atuava com o grupo da maioria de vereadores da cidade, para facilitar a aprovação das minhas indicações, projetos e outros. Para isso, era necessário fazer parte da maioria dos vereadores na Câmara, e, no final da gestão, aconteceram várias fragmentações no nosso grupo de vereadores, devido à sigla partidária na qual estávamos filiados. No período aberto para os vereadores trocarem de partido, meu colega Ezaul tinha buscado um partido independente para a aldeia Sassoró, com intuito de formar um partido em que somente indígenas fossem filiados. Inicialmente atingiu-se a meta esperada, para o qual eu também fui convidado a me filiar. O partido era o PSD (Partido Social Democrático), porém recusei o convite, pois não tinha interesse em trocar de partido. Essa decisão me colocou numa situação complicada, porque a minha base no grupo de veradores na Câmara formaram outro grupo de maioria, para fazer uma coligação partidária e concorrer novamente à reeleição, mas meu partido ficou de fora deste grupo.

Também devido à questão partidária, eu não poderia somar com aquele grupo que eram os meus colegas de trabalho na Câmara. Ficamos em dois vereadores para apoiar o outro lado da coligação. A disputa pela prefeitura ficou entre o candidato do DEM, o Pedrinho, que não é indígena, e a professora MARCIA, pelo PT. O resultado ficou da

seguinte forma, citada baixo:



https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/apuracao/tacuru.html

Na situação do gráfico acima é possível perceber que muitos dos que foram meus companheiros antes, se tornaram candidatos na campanha em que eu estava buscando a reeleição. Isso ocasionou muita divisão de votos entre nós indígenas, na aldeia Jaguapiré: o candidato Gilmar fez 49 votos e Livrado fez 19, totalizando 58 votos, que perdi na minha

própria aldeia, devido à influencia externa dos políticos da cidade. E outros eleitores, por outras razões, deixaram de votar em mim.

Naquela eleição, também, a comunidade indígena preferiu a candidata do PT (Partido dos Trabalhadores), professora Márcia, pela simplicidade da pessoa e também devido a que este partido foi mais aceito pela comunidade naquele momento. A outra razão é que o partido PT também estava melhor no auge da política nacional. Contudo, foi difícil para mim o manuseio da política, porque havia duas propostas em ação: apoiar o PT ou o DEM. Naquelas alturas também os meus companheiros foram todos com o PT, ficando apenas em dois vereadores na base de coligação com o DEM. O desfecho final dessa história foi que o PSD, do vereador Ezaul, ficou sem eleger nenhum indígena pelo partido, assim como para mim o resultado ficou negativo, o número de votos foi muito baixo, pois perdi em torno de 100 votos, na dúvida da escolha entre ficar no mesmo partido ou não.

Outro ponto que atingiu meus eleitores foi a imposição forçada de candidaturas indígenas, pelos líderes de grupo que mais me apoiaram, justamente para dispersar meus eleitores e, assim, inviabilizar minha reeleição. Dois grandes líderes de grupos, que anteriormente eram meus parceiros, se lançaram candidatos, fazendo com que o número de eleitores se dividisse entre nós; por isso ficamos sem representação na Câmara, desde então.

Outro ponto que, no meu entender, talvez tenha sido falha minha, foi a escolha do partido para concorrer à reeleição: escolhi ficar no partido em que eu estava desde o início, o PR (Partido Republicano). Dessa forma tive apenas 86 votos válidos, na tentativa da reeleição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as hipóteses levantadas inicialmente sobre esta pesquisa, depois de várias entrevistas realizada na aldeias e fora da aldeia, através de diálogo com os eleitores indígenas e após ter ouvido os ex-vereadores indígenas e o ex-prefeito do município de Tacuru, concluo que a comunidade indígena está inserida no contexto geral da política do município. Todas as campanhas políticas do município foram decididas com o apoio da comunidade indígena das duas aldeias, com seus representantes eleitos pela maioria dos eleitores indígena. Isso se deu justamente devido à existência da dominação própria dos grupos indígenas sobre os seus familiares, que faz valer a identidade tradicional indígena, no que diz respeito aos mais velhos - estes devem ser respeitados no núcleo familiar tradicional, ou seja, quando o líder do grupo acata uma decisão para votar em certo candidato, torna-se uma decisão irrevogável, principalmente pelo grupo dominante da aldeia, que são os líderes de cada grupo familiar extenso. Isso facilita escolher o lado de uma coligação partidária. Assim, cada grupo familiar tem a opção de escolher seus candidatos a vereador, conforme a ligação de parentesco ou próxima, entre os grupos familiares. Isso acontece independentemente da sigla dos partidos políticos. Dessa maneira, ocorre uma corrente de informações, que propagam a campanha política na comunidade indígena, independentemente da finalidade do projeto.

Quando um membro de uma família extensa ficar insatisfeito com lideranças ou com gestores da escola, encontra maneiras de responder à sua indignação com a situação, e se torna oposição, como adversário político, pelo simples fato de não ter sido atendido pelas lideranças, gestores da educação ou de outros tipos de divergência na comunidade, assim como no uso de recursos e maquinários para o preparo do solo,entre outros. Essas pessoas sempre encontram motivos para se tornar candidatos de oposição do seu próprio companheiro da aldeia. Por isso, muitas lideranças se tornam candidatos para mostrar a sua posição como adversário político, mesmo sabendo que não existe nenhuma possibilidade para eleição.

Devido às divergências internas, os eleitores indígenas se tornam presas fáceis para os políticos corruptos da cidade, que se aproveitam da situação e atacam diretamente o lado emocional dos eleitores indígenas, que passam a ser dominados pela promessa dada. Com isso, alguns eleitores indígenas ignoram a proposta do candidato patrício (da própria aldeia), ou aceitam ser candidatos a vereador por oposição, simplesmente

para mostrar que "vou sair candidato para atrapalhar ele", justamente para inviabilizar o outro candidato que poderia ser eleito, tirando os votos dele e impedindo sua eleição. Isso ocorre devido aos candidatos não indígenas que os influenciam, justamente para que esses votos possam apenas somar na legenda do seu partido. Assim sendo, os candidatos não indígenas são beneficiados com esses votos, mesmo que seja com a mínima quantidade.

De acordo com essa situação, a meu ver, existem duas linhas de pensamento entre os indígenas, que conduzem às ações de ligações políticas internas e externas na comunidade indígena. Uma linha de pensamento é a cosmovisão indígena de orientação cosmológica sobre o mundo. O segundo raciocínio são as influências de pensamentos não indígenas para a comunidade, de maneira duramente impostas. Estas influências são causa de conflito entre o modo de ser indígena tradicional (*ava reko*) e o modo de ser indígena na realidade atual (*teko pyahu*). São estes dois pontos que regem o sistema de política na comunidade, que se cruzam no pensamento indígena e no pensamento do coletivo não indígena.

Esta é uma divergência complexa para o indígena, mas há o reconhecimento desse conflito e é preciso mudar, recomeçar e compreender a complexidade do problema e apontar possíveis soluções a esta situação para toda a população.

É por isso que os indígenas da aldeia Jaguapiré e da aldeia Sassoró têm dificuldade com os resultados das urnas nas eleições no município. Ainda que os próprios indígenas sejam protagonistas, eles elegem representantes que não os representam durante a gestão do período de mandato na Câmara Municipal. Estes fatos trazem poucos resultados dentro da comunidade e causam muito mais conflitos entre grupos familiares na aldeia, gerando muita divisão entre as famílias extensas na comunidade, no contexto geral. Assim sendo, deixam de apoiar ou escolher um dos seus patrícios para vereador na Câmara Municipal.

Outro fator importante a ser destacado como foco da pesquisa: por qual motivo um vereador indígena tem dificuldade de continuar como parlamentar. Quando o indígena é eleito como vereador, eleito por uma parte dos grupos da aldeia, a comunidade entende que este representante deve atuar como se fosse um Prefeito dentro da aldeia, e isso atrapalha o desempenho do vereador na sua representatividade junto à comunidade. De fato, o representante deve trabalhar com todos os munícipes na questão legislativa, e com função de fiscalizador, mas os eleitores entendem que o vereador trabalha apenas para o grupo dos

que nele votaram. Como não é assim que funciona, o próprio grupo de apoio do vereador o condena, como quem está incorreto no modo de agir com seus eleitores, pois deixa de dar-lhes assistência com prioridade. Então, por ser da natureza do homem, que "toda ação gera uma reação", estes sujeitos se tornam oposição ao parlamentar indígena, passando a oferecer apoio político a outros políticos não indígenas em troca de benefícios próprios.

Toda ação dessa natureza causa um fracasso no trabalho prestado pelo vereador indígena, na comunidade, abrindo sempre mais oportunidades ao círculo vicioso da antiga política convencional, facilitando a compra de voto dentro da comunidade, e tornando cada vez mais dificultosa a eleição de um vereador indígena ou a manter aqueles que já estão no poder.

A ideia aqui é solucionar estes problemas através de incentivo aos jovens, para que tenham consciência no ato de escolher seus representantes, mostrando à população indígena a importância de um representante na Câmara municipal. E, se precisar haver mudança de um vereador que foi escolhido, deve-se eleger outra pessoa da própria comunidade local.

Esta é uma saída para o enfrentamento da situação, buscando possibilidades para revertê-la. É preciso desconstruir o entendimento e o conceito equivocado da política partidária convencional e construir outra política, aos poucos, através da educação de jovens eleitores indígenas. Não importa se serão as mesmas pessoas, mas que seja mantida a vaga de indígena na representatividade da Câmara Municipal. Através de força e união podemos garantir melhorias do desempenho no mundo político propriamente indígena, construindo coletivamente um novo olhar sobre a política, uma nova maneira de construir o político indígena com seriedade, para enxergar o representante a partir do resultado de conhecimentos coletivos e do entendimento do que é ser político indígena para todos e de todos.

Fui vereador por um mandato, no município de Tacuru (MS), na gestão 2008-2012, fiz o que era possível, ajudei, trabalhei e conclui o meu mandato de forma completa. Fui para a reeleição, mas não fui reeleito, porque os meus colegas vereadores induziram as lideranças dos grupos que me apoiavam anteriormente e fizeram dois candidatos entre eles. Assim perdi muitos eleitores nas urnas, enquanto outros entenderam que, durante a minha gestão, eu não os ajudei como queriam, por isso procuraram outros candidatos.

A política da saúde indígena sempre foi um tema importante dentro da política partidária, principalmente quando está nas mãos de um parlamentar indígena, porque

conhece a realidade dos fatos. É uma política de interesse exclusivo dos povos indígenas, que possui sua especificidade e é bastante complexa. De acordo com os anciões indígenas tradicionais, a questão da saúde indígena está ligada à territorialidade, porque território, para os indígenas, é *tekoha* (*teko*=vida, ser*; ha*= um lugar para o *teko; tekoha* = modo de ser ou de viver num lugar específico e próprio). Assim, sem o *tekoha* não há vida, sem o *tekoha* não há dignidade para os indígenas, e isso também é saúde. Deste modo se processa e acontece o *teko joja* (política indígena). O bem viver do indígena é estar bem, com todos os elementos da natureza, no seu território. Pois então, a saúde indígena é um tema sempre complexo de debater fora da comunidade, porque cada lugar tem sua realidade diferente e única. Assim, o território não é um simples lugar de moradia, mas tem ligação com a ancestralidade originária cosmologicamente.

Isso quer dizer que, quando o indígena pensa sobre o território, traz a imagem da junção de vários elementos ligados com a natureza, da qual o indígena também faz parte de tudo, a territorialidade. Neste sentido, nos conflitos fundiários entre indígenas e latifundiários há um desencontro de pensamentos sobre o uso de um determinado lugar. Os não indígenas têm olhares sobre a terra como mercadoria (vinculado ao capitalismo) e os indígenas têm olhares sobre a terra como a plenitude da vida na natureza, quando se lembra do passado, do presente e da vida contínua.

Um tema destes, quando é tratado num debate, durante uma sessão na Câmara municipal, normalmente causa um ambiente desconfortável para alguns parlamentares, devido à composição do grupo de interesses pertencente aos grandes latifundiários.

Adoção

O fato da minha mãe não ter me entregado nas mãos daquela mulher estranha, foi a primeira vitória da minha vida. É claro que foi uma decisão de minha mãe, por instinto de mulher, do amor que teve pelo filho. Dessa maneira, no meu caso, tive êxito para ficar na família. Mas várias outras crianças não tiveram a mesma sorte, porque muitas foram levadas indevidamente de seus familiares, para outra realidade, porque muitas pessoas não indígenas procuravam, e ainda procuram, adotar crianças indígenas sem o procedimento legal existente, fato que se repete ainda nos dias atuais com crianças indígenas. Outros se aproximam de famílias indígenas, principalmente de crianças indígenas, passando-se como espécie de madrinha e depois leva a criança como sua adotiva.

Por isso, é importante o papel dos parlamentares indígenas, que devem ter um olhar sobre esse tema com mais rigidez e pensar na criação de leis específicas sobre a questão, de modo garantir que a adoção de crianças indígenas, caso necessário, seja de acordo com os trâmites da legalidade.

Território

O território indígena tem uma abrangência muito ampla e possui características complexas, porque, para os indígenas, o território não é apenas a terra, enquanto valor de mercadoria, mas tem todo o envolvimento cosmológico tradicional ancestral indígena, com o ritual, a crença, a língua, os costumes, as tradições e o modo de ser, pois sem o território não há vida, e sem a vida não há território.

Portanto, o vereador indígena, que também está inserido num território tradicional, quando pensa em contribuir com a questão das retomadas, por exemplo, coloca em risco o seu mandato perante os demais colegas vereadores, ou até mesmo de ser isolado pelos colegas, devido à força de grupos contrários à demarcação de terras indígenas, o que tornaria inviável o trabalho nesse sentido. No entanto, sempre é importante o apoio de parlamentares indígenas nos movimentos das lideranças, para reforçar a organização, de forma conjunta, no sentido de encontrar uma fonte de apoio ao objetivo comum das lideranças, um canal de instituição governamental que possa atender o pedido sobre o território ancestral indígena. Este seria o caminho para o vereador indígena encontrar e somar com as lideranças, de forma conjunta, para encontrar a solução do problema do território.

Saúde

Devido às muitas perdas de vidas indígenas no passado, tanto de crianças como de adultos, por falta de atendimento médico, ou por falta de medicamentos adequados, os indígenas vinham, gradativamente, diminuindo sua população. Com a força das lideranças, a partir de 1998 e 1999, a instituição ligada ao governo federal - FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) introduziu o projeto piloto para atender a saúde indígena, tirando a responsabilidade da FUNAI, que, no decorrer do tempo até os dias atuais, vinha se adaptando e se adequando à realidade da população indígena, para oferecer o melhor atendimento na saúde indígena nas aldeias.

Neste ponto, os vereadores indígenas têm um papel importante para atuar como apoiadores da instituição e também da própria comunidade, no sentido de oferecer melhorias ao atendimento à saúde indígena. Exemplo: projetos de água potável na aldeia,

porque a principal fonte da vida é a água, e todos nós necessitamos de água limpa para viver. Muitas aldeias indígenas necessitam de Implantação de UBSs (unidade básica de saúde), mais conhecida como posto de saúde, assim também necessitam de veículos, como ambulância que possa atender os idosos e gestantes, crianças e deficientes indígenas. Hoje já há veículos deste tipo na instituição do DISEI MS (distrito sanitário de saúde especial indígena MS), porém estes devem ser para uso exclusivo dos indígenas na aldeia, etc.

Como seria um bom vereador para a comunidade?

A comunidade indígena é uma comunidade originária que resistiu a muita opressão no passado, viram seus bens materiais e imateriais sendo roubados ou destruídos, foram agredidos, sofreram genocídios e perda de seus territórios. Praticamente perderam tudo, e hoje se encontram em territórios reduzidos, confinados em pequenos espaços, esperando a ajuda de alguém para poder sobreviver. Todas as instituições de governo (escola, assistência, SPI/FUNAI) ou da sociedade (igrejas), inseridas entre os povos originários, foram com o intuito de colonizar, integrar o indígena na sociedade majoritária, cujo pensamento eurocêntrico é o de anular, no indígena, o seu modo de pensar cosmologicamente, e fazer dele um pequeno agricultor ou trabalhador comum. No decorrer do tempo, as fases foram acontecendo e oprimindo os povos indígenas, mas, ainda assim, resistem até os dias atuais.

A política partidária é uma das formas de o indígena abrir caminhos para reconstruir sua organização e, de fato, encontrar solução para os problemas que enfrentam no dia a dia. Por esse motivo, os indígenas esperam do político indígena mais que o necessário, pois, além do papel de fiscalizador, deve resolver outros problemas do cotidiano da aldeia. O vereador indígena deve continuar avançando na política e subir da posição de vereador para vice-prefeito, até atingir a posição máxima como prefeito municipal indígena, assim poderá suprir melhor as necessidades do povo, que são: emprego, moradia, água, agricultura, educação e saúde. Para este fim, o político deve atuar de forma conjunta e mostrar interesse de resolver os anseios da população indígena, além disso, o político deve ter uma boa parceria com as lideranças políticas internas e externas, com intuito de receber apoio político e, assim, garantir uma imagem aprovada pela população, principalmente pelo eleitor indígena.

De acordo com o ex-vereador de Sassoro, professor Ancilo Castelão (2024), o bom vereador deve ser:

> Um bom vereador é fazer as coisas certas, correr atrás de benefícios pra comunidade, pensar só na comunidade, fazer projeto de habitação, projeto mais poço artesiano, ampliação de escola, mais maquina agrícola pra aldeia, trazer alguns deputados pra ver a situação da aldeia, trazer conselho tutelar para fazer palestra sobre as drogas e bebidas alcoólicas.

Para o professor Holiwanderon Garay Duarte (2024), um bom vereador, que também pensa em reeleição, "deve atender a necessidade de todos, assim poderá sair de novo candidato, que tem possibilidade de ganhar de novo, ser porta voz da aldeia, e assim conforme trabalhar será considerado como bom vereador".

Para a professora Edilaine Castelão Duarte:

> É muito importante ter um representante na câmara, porque o vereador indígena representa toda a comunidade, reinvidicando as nossas necessidades da aldeia, seja na educação, na área de saúde, agricultura, esporte e lazer, solicitando melhor qualidade de vida para a aldeia, e só um vereador indígena conhece a nossa realidade, as nossas necessidades. Um bom vereador indígena é o que luta pelo seu povo.

Esta professora avalia o trabalho dos ex-vereadores da seguinte forma: "Quando temos representante, as nossas necessidades são atendidas, pois o vereador não-indígena só aparece na época de eleição para pedir votos; quando temos vereador(a) indígena nossas necessidades eram atendidas".(Edilaine Castelão Duarte, 2024)

O professor Edson Lopes (2024), de Sassoro, assim descreve o bom vereador:

> Aquela pessoa atuante, tanto na cidade como nas áreas rurais, nas comunidades indígenas. Junto com prefeito buscar recurso para o município, em todos os setores da área de saúde, transporte, esporte, principalmente ouvir os anseios da população, em relação à saúde, o bem estar da população, em cada município das aldeias, das áreas rurais.
>
> Aqui na aldeia, se não me engano já tivemos vários vereadores, tanto homem como mulher, quatro homens e uma mulher, e cada um trabalharam pela aldeia. Buscaram recurso para aldeia. Sabemos que um vereador sozinho não consegue fazer um bom trabalho, tem que buscar parcerias com município, governo federal, estaduais, senadores, parcerias com empresas públicas, cada um dos ex-vereadores deixaram o seu legado, porque só o indígena conhece a realidade indígena, conhece realmente o que necessitamos dentro da aldeia.
>
> No primeiro momento, o papel do vereador é fiscalizador do poder executivo, como é gasto o dinheiro que vem do governo federal, estadual, da arrecadação do município, para que o Prefeito possa gastar e gerir bem esse dinheiro, para que esse dinheiro possa ser bem aplicado na educação, saúde e esporte no município.

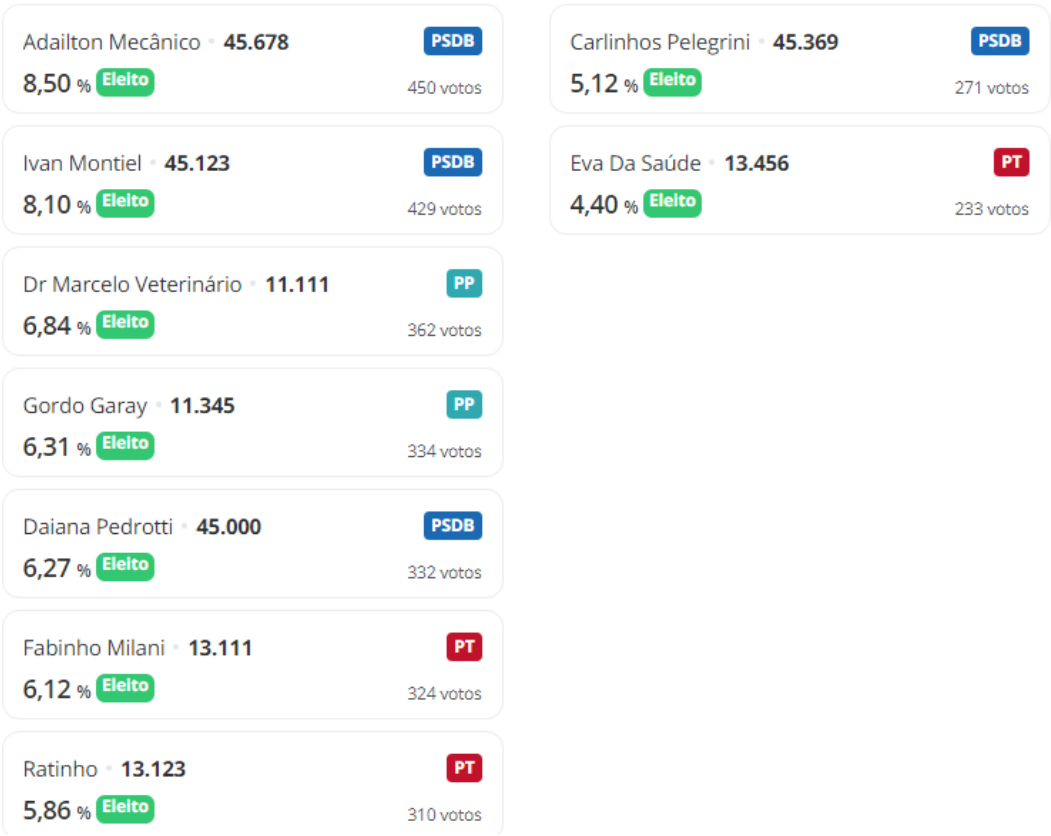
O bom vereador para a comunidade deve ser articulador, intermediador de recursos para o povo, saber justificar a importância de suas reivindicações, saber solicitar, e estar disponível para atender o eleitor em quaisquer circunstâncias, com conquistas contínuas para os eleitores, pois, a qualquer momento, pode haver perda de alguns parceiros para outros

candidatos, fatos comuns na política. A aquisição de recursos públicos é importante, porém é pouco valorizado pelos eleitores, em relação ao mandato do vereador indígena, por isso o vereador deve saber ouvir o eleitor, agir sempre com uma conduta positiva, sem jogar a esperança do eleitor para o futuro. Ex: "volte amanhã que vou conseguir". A resposta deve ser no presente, com sim ou não. É melhor conquistar o lado emocional dos eleitores, de modo que o ele possa sempre lembrar do vereador. Outro ponto importante é a visita domiciliar dos eleitores, mantendo o contato ativo e sempre suprir seus anseios.

Os membros familiares do candidato ou do parlamentar em exercício também são fundamentais. Quando a família é unida em prol da candidatura de um único concorrente da família, possibilita a facilidade de eleger o candidato e, dessa forma, impede a divisão de eleitores dentro das famílias extensas. Se houver divisão familiar neste sentido, a evasão de eleitores familiares será de grande possibilidade.

Neste sentido, um político renomado da cidade de Tacuru, com vários mandatos de vereador e de vice-prefeito duas vezes, mais um mandato de prefeito por Tacuru MS, disse sobre a importância da família unida: "Família unida é família inteligente, sempre vai pra frente". (Pedrinho - político da cidade de Tacuru, 2024) Usou esta frase numa das conversas que tive com ele, quando se referiu à familia Garay, que sempre participou das disputas eleitorais na política de Tacuru MS, e que demonstra um conjunto de forças para representação na política partidária do município.

Neste clima de união familiar foi reorganizada a última eleição de 2024, na aldeia Jaguapiré, município de Tacuru MS, conseguindo eleger mais um membro da família como vereador de Tacuru MS, para representar a comunidade da aldeia Jaguapire, cujo nome popular é Gordo Garay (Altair Nunes Garay). Assim também foi eleito, pela comunidade da aldeia Sassoro, o Sr. Ivan Montiel. Segue abaixo o resultado da eleição, registrado no TSE:



(Fonte: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/eleicoes/2024/resultado-das-apuracoes/tacuru.ghtml)

A comunidade indígena, aos poucos, vai aderindo ao processo tradicional da política partidária, porém de acordo com a realidade indígena, pois o sistema tradicional da política partidária acompanha o modo de organização política da comunidade indígena, adequando o sistema ao cotidiano na aldeia.

Concluo que a política indígena partidária está na fase inicial de organização e que, no decorrer da sua construção, enfrentará grandes desafios, até que se conclua um método específico de política partidária indígena, para, assim, garantir uma verdadeira bandeira indígena com os demais representantes da classe política brasileira. Porque a política indígena (*Teko Joja*) é totalmente diferente de *karai* política (política partidária), e o parlamentar indígena transita pelas duas, às vezes de maneira confusa e contraditória, mas sempre buscando se referenciar na organização familiar e política predominante em suas comunidades, sempre buscando atender suas demandas e necessidades.

Referências Bibliográficas

AGNEW, John; OSLENDER, Ulrich. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. **Tabula Rasa**, n. 13, 2010, p. 191-213.

BENITES, Tonico. A luta pela identificação e demarcação do tekoha Jaguapiré. Guarani e Kaiowá: Modos de Existir e Produzir TerritóriosVol. II, Antonio Augusto Rossoltoloris, Levi Marques Pereira, Jones Dari Goeltert (org.)-1. Ed. Curitiba: Appris, 2022.

BEZERRA, Ana Geórgia; SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. Votar de graça para quê, se o candidato eleito não fará nada pelo município?: Compra de votos, troca de favores e concessão de cargos a aliados, nas eleições municipais de Alagoinha do Piauí – **Anais do 32º Simpósio Nacional de História**, 2008, pp.1-16. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693018489_ARQUIVO_f794a85aeb77bb13492cb424b5394905.pdf (último acesso 15/05/2024)

BRAND, Antônio. Quando chegou esses que são nossos contrários: a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. **Multitemas**, 1998.

BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, 2004, p. 137-150.

BROPP, Camille. **Voto invisível:** por que as pesquisas sobre política deveriam usar a geografia eleitoral – UFPR, 21 de julho de 2023. Disponível em: https://ciencia.ufpr.br/portal/voto-invisivel-por-que-as-pesquisas-sobre-politica-deveriam-usar-a-geografia-eleitoral/ Último acesso 23/08/2024.

CAVALCANTE, Thiago LV. Colonialidade e colonialismo interno: a política de criação de reservas indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e algumas de suas consequências contemporâneas. **Reserva indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos**, Vol. II, Antonio Augusto Rossoltoloris, Levi Marques Pereira, Jones Dari Goeltert (org.)-1. Ed. Curitiba: Appris. 2019.

GIFFONI, Johny Fernandes. A aplicação das 100 regras de Brasília como fundamento da interpretação para a proteção dos direitos indígenas: a Defensoria Pública e a Convenção 169 da OIT. In: **Defensoria como metagarantia:** transformando promessas constitucionais em efetividade. Congresso Nacional de Defensores Públicos (04-07 nov. 2015: Paraná) Livro de teses e práticas exitosas. Paraná: Anadep. 2015.

DE PAULA, L. R "O tempo da política vem aí": os povos indígenas e as eleições legislativas municipais de 2024. LR de Paula, S Pataxó, R Verdum. Estudos Eleitorais 17 (1). 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRUPIONI, Luis. Da aldeia ao parlamento: a educação escolar indígena na nova LDB. **Em Aberto,** v. 14, n. 63, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/Alfredo/Downloads/2286-Texto%20do%20artigo-2256-1-10-20190822%20(1).pdf: último acesso 16/04/2024.

JÚNIOR, Paulo Alves Pereira. A sociedade paraguaia representada nos estudos sobre a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner. **Revista de Ciências do Estado**, v. 1, n. 2, 2016, p. 42-71.

LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Rev Sociol Polit**. 2004, 22 Jun p.153–77.

LOURES, Hellen. **Representatividade na política brasileira e a resiliência indígena, um ato de resistência** – Conselho Indigenista Missionário, 28 de outubro de 2022. Disponível em: https://cimi.org.br/2022/10/a-representatividade-na-politica-brasileira-e-a-resiliencia-indigena-um-ato-de-resistencia/ último acesso 23/08/2024.

MARTIN, Júlia Saint. Qual a importância dos indígenas na política brasileira? – **Politize**, 06 de março de 2023. Disponível em: https://www.politize.com.br/indigenas-na-politica/ último acesso 23/08/2024.

MONDARDO, Marcos Leandro. O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de Tekoha. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, dossiê, 2020, p. 133-150.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Europa-América, 1973.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no Estado de Mato Grosso do Sul: Disputas territoriais nas retomadas pelo tekoha-tekoharã (Movement ethnic socio-territorial Guarani and Kaiowa in the state of Mato Grosso do Sul: taken over by the...). **Revista Nera**, n. 21, 2013, p. 114-134.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de ciência política**. Principia Editora, 2010.

PIMENTEL, Spensy K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social: PPGAS-USP (2012). Disponível em: https://vitaalere.com.br/download/Elementos%20para%20uma%20teoria%20política%20kaiowá%20e%20guarani.pdf último acesso 12/06/2023.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PACHECO, Tania. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). **Ciência & saúde coletiva**, v. 24, 2019, p. 383-392.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 21, 23 p., 2008.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço; PEREIRA, Regina Celi Mendes. Desafios da educação escolar indígena. **Revista escrita**, v. 2010, n. 11, 2010.Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16373/16373.PDF último acesso 24/04/2024.

SILVA, Liana Amin Lima da. **Parecer sobre a implementação da consulta prévia na América Latina**. Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia: povos tradicionais - Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SILVA, Paulo Renato da. Uma historiografia sobre a 'falta': a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). **Revista de História** (São Paulo), p. a01517, 2019.

TELES, Tayson Ribeiro. Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais. **Estação Científica** (UNIFAP). Macapá, v. 7, n. 1, p. 33-48, 2017.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia**. História geral da África**, v. 1, 2010, p. 157-179.

Documentos acessados

Acervo Socioambiental. **Área indígena Jaguapiré** – Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GKD00065.pdf último acesso 23/08/2024.

Convenção 169 da OIT. In: Defensoria como metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade. Congresso Nacional de Defensores Públicos (04-07 nov. 2015: Paraná) **Livro de teses e práticas exitosas**. Paraná: Anadep, 2015. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/25714/Johny_Fernandes_Giffoni.pdf último acesso 24/04/2024.

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1988-tacuru/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1988-Tacuru.pdf

https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/apuracao/tacuru.html acesado em 30/12/2024

https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/eleicoes/2024/resultado-das-apuracoes/tacuru.ghtml acessado em 30/12/2024 as 11:30.